

André Selayaran Nicoletti

**A ELITE POLÍTICA JUVENIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988:  
UMA ANÁLISE DA PRESENÇA JOVEM NA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Sociologia Política.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Helena Hahn Lüchmann

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nicoletti, André Selayaran

A elite política juvenil pós-constituição de 1988: uma análise da presença jovem na Câmara dos Deputados / André Selayaran Nicoletti ; orientadora, Lígia Helena Hahn Lüchmann , 2018.

140 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, , Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Juventude.. 3. Carreiras Políticas. 4. Trajetória Política. 5. Engajamento. I. Hahn LÜchmann , Lígia Helena . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



## **Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

### **“A elite política juvenil pós-constituição de 1988: uma análise da presença jovem na Câmara dos Deputados.”**

#### **André Selayaran Nicoletti**

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Profª. Drª. Ligia Helena Hahn Luchmann  
(PPGSP/UFSC)  
Presidente/Orientadora

Profª. Drª. Patricia Rodrigues Chaves da Cunha  
(PPGCPOL/UFPEL)  
Via Skype

**Ernesto Seidl**  
Coordenador PG em Sociologia Política  
PPGSP/CFH/UFSC

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges  
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Julian Borba  
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Ernesto Seidl  
(Coordenador PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2018.



Dedico este trabalho a todas aquelas pessoas que acreditaram que eu pudesse estar vencendo mais esta batalha, em especial aos meus pais, José Luiz e Magda e minha orientadora, Dra. Lígia Lüchmann.



## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade de integrar o corpo discente deste curso, do qual tenho maior orgulho e apreço, não só pela dedicação e comprometimento dos seus docentes e alunos, mas também pela sensibilidade acadêmica de suas pesquisas, tornando-se referência no campo da sociologia e da política. Agradecimento também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa durante boa parte desta caminhada e por ter possibilitado a experiência de aprendizagem no exterior através de Estágio Doutoral realizado no Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).

Ao Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) pela oportunidade de fazer parte do quadro de pesquisadores, acrescentando qualidade em minha formação profissional e acima de tudo oportunizando a formação de grandes amigos.

À minha orientadora e amiga, Professora Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann, pela orientação, paciência, parcerias, diálogos e ensinamentos transmitidos ao longo dessa caminhada. Lígia, não tenho palavras para agradecer a tua generosidade acadêmica, humildade e auxílio ao longo desta árdua e difícil caminhada. Agradeço imensamente as oportunidades que me concedestes, especialmente a de integrar o quadro dos teus seletos orientandos.

Aos docentes do programa pelos ensinamentos e debates travados ao longo da academia os quais foram fundamentais para o processo de amadurecimento intelectual, conhecimentos que levarei ao longo da minha carreira.

Às colegas de orientação e núcleo, Heloísa Carginin Domingos, Luana do Rocio Taborda e Márcia Inês Schaefer, pela troca de conhecimento e parceria ao longo desses anos. Aos amigos que conquistei no programa, em especial, Déberson Jesus, Lúcio Dall Fôrno e Yasmin Calmet Ipince, pelos momentos vivenciados e pela torcida de sempre. Ao amigo André Terra de Carvalho pela disponibilidade em auxiliar na formatação dos gráficos desta tese e pela amizade sedimentada ao longo dos anos.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares, amigos e todas aquelas pessoas que compartilharam comigo o fim de mais uma etapa, sempre torcendo, valorizando, e acreditando no potencial do trabalho.



## RESUMO

A juventude, enquanto objeto de investigação social, vem, há bastante tempo, se estabelecendo como um segmento social importante do ponto de vista da análise política e social, especialmente por se constituir como um contingente populacional expressivo e com relevante impacto e reflexos na estrutura social e política da sociedade contemporânea. No entanto, ainda é incipiente a produção do conhecimento que investiga a participação política juvenil nos espaços da tradicional política, principalmente, a presença dessa população nos poderes executivos e legislativos de todas as esferas. Nesse contexto, percebendo haver fortes evidências de um deslocamento do campo de ação da juventude, com um notável esvaziamento dos jovens em partidos políticos, esta tese de doutoramento buscou evidenciar esse fluxo migratório, visando analisar a elite política juvenil desde a redemocratização brasileira até os dias atuais. Para isso, centrou seu objeto na participação política convencional, especificamente, na presença de jovens deputados/as federais eleitos/as em todo território brasileiro no período compreendido entre 1990-2014, o que corresponde a sete legislaturas, dirigindo esforços em estabelecer a formação da trajetória política; os padrões de recrutamento partidário e as formas de participação e engajamento. Os dados encontrados por esta tese reforçaram alguns estudos mais generalistas no campo das elites políticas, sinalizando que muitos resultados se repetem e isso é dado pela natureza das regras institucionais, uma vez que as elites políticas se reproduzem na mesma direção de suas regras. A jovem elite política deste país é predominantemente composta por homens brancos, escolarizados, com predomínio de formação no campo jurídico, com baixo patrimônio adquirido – característico do universo pesquisado – e em sua massiva maioria (85,39%) herdeiros de capital político familiar. É o campo da esquerda do espectro ideológico, contudo, o mais aberto para a presença de jovens sem herança de capital político familiar.

**Palavras-chave:** Juventude. Carreiras Políticas. Trajetória Política. Engajamento.



## ABSTRACT

Youth, while object of social investigation, has long established itself as an important social segment from the perspective of political and social analysis, especially as it constitutes an expressive population contingent that has relevant impact and highlights on the contemporary society's social and political structure. Nonetheless, the production of knowledge that investigates the youth's political engagement in the traditional political spaces is still incipient, notably the presence of this community in the executive and legislative branches of all spheres. On this context, being aware of strong evidences of a displacement of youth's field of action, with a noteworthy vacancy of young people in political parties, this doctoral thesis has attempted to show this migratory flow, aiming to analyse the youth political elite since the Brazilian redemocratization up to current days. Therefore, it has focused on the conventional political engagement, mainly on the presence of young congressmen/congresswomen who were elected in the Brazilian territory from 1990 to 2014, which coincides to seven legislatures, aiming to stablish the formation of the political trajectory, as well as on the partisan recruitment patterns and forms of participation and engagement. The data discovered by this thesis reinforce other studies, made of broadly perspective of the political elites's field, signaling that many results repeat themselves, which is due to the nature of the institutional rules. This country's young political elite is mainly comprise of white, educated man, trained chiefly in legal areas. This elite has low acquired patrimony, and its expressive majority, 85,39%, are heirs to their family's political capital. With that said, it is ideology's left field the one that is the most open to the presence of young people who haven't got any political capital legacy.

**Keywords:** Youth. Political careers. Political trajectory. Engagement.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Disposição de Ocupação de Cadeiras por Jovens na Câmara dos Deputados (1990-2014), por Estado da Federação .....	105
Figura 2 - Espectro Ideológico .....	109



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos Distintos de Implementação de Agenda.....	45
Quadro 2 - Regiões do País, Unidades da Federação e Ocupação das Cadeiras por Jovens Deputados na Câmara Federal no período 1990-2014.....	106
Quadro 3 - Relação de Partidos e Número de Jovens Eleitos/as Deputados/as Federais entre 1990-2014 no Brasil .....	108
Quadro 4 - Espectro Ideológico e número de Jovens Eleitos/as Deputados/as Federais entre 1990-2014 no Brasil .....	110
Quadro 5 - Número de Jovens Eleitos/as Deputados/as Federais entre 1990-2014 e Espectro Ideológico da elite política .....	111
Quadro 6 - Relação Gênero/Espectro Ideológico e Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 ....	113
Quadro 7 - Divisão dos jovens Deputados/as Eleitos/as entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil, por faixa-etária e espectro ideológico .....	115
Quadro 8 - Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil, por escolaridade e espectro ideológico .....	117
Quadro 9 - Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil, por formação e espectro ideológico...115 .....	119
Quadro 10 - Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 2006-2014 para a Câmara Federal no Brasil, por patrimônio e espectro ideológico .....	121
Quadro 11 - ivisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a em 2014 para a Câmara Federal no Brasil, por cor e espectro ideológico.....	123
Quadro 12 - Espectro e Herança Familiar de Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 ....	126
Quadro 13 - Abrangência territorial do patrimônio político herdado pelos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014.....	128
Quadro 14 - Herança de Capital Político Familiar e Regiões do País que elegeram Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014.....	128
Quadro 15 - Formação de Capital Político pelos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014, entre aqueles sem herança política .....	45



Quadro 16 - Ocupação de Mandato Eletivo Anterior na Trajetória Política dos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014.....	131
Quadro 17 - Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que foram vereadores antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Partido, Campo e Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória.....	133
Quadro 18 - Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que foram Deputados(as) Estadual antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Partido, Campo e Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória .....	145
Quadro 19 - Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que nunca ocuparam cargo eletivo antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Partido, Campo e Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória .....	136
Quadro 20 - Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 com baixa abrangência territorial e que nunca ocuparam cargo eletivo antes de serem Deputado(a) Federal, considerando a principal capitalização de voto. ....	138



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Espectro Ideológico e número de Jovens Eleitos/as Deputados/as Federais entre 1990-2014 no Brasil .....	110
Gráfico 2 - Relação Gênero e Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 .....	113
Gráfico 3 - Divisão dos jovens Deputados/as Eleitos/as entre 1990-2014 para a Câmara Federal do Brasil, por faixa-etária .....	115
Gráfico 4 - Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil por escolaridade .....	118
Gráfico 5 - Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil por formação .....	120
Gráfico 6 - Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 2006-2014 para a Câmara Federal no Brasil por patrimônio.....	122
Gráfico 7 - A Herança de Capital Político Familiar entre os Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 .....	126
Gráfico 8 - Formação de Capital Político pelos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014, entre aqueles sem herança política .....	130
Gráfico 9 - Ocupação de Mandato Eletivo Anterior na Trajetória Política dos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 .....	131
Gráfico 10 - Porcentagem de Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que foram vereadores antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória.....	134
Gráfico 11 - Porcentagem de Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que foram Deputados(as) Estaduais antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória.....	131
Gráfico 12 - Porcentagem de Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que nunca ocuparam mandato eletivo antes de serem Deputados(as) Federais .....	137



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
DEM – Democratas  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PEN – Partido Ecológico Nacional  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PHS – Partido Humanista da Solidariedade  
PL – Partido Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PP – Partido Popular  
PP – Partido Progressista  
PPS – Partido Popular Socialista  
PRB – Partido Republicano Brasileiro  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PRP – Partido Republicano Progressista  
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional  
PROS – Partido Republicano da Ordem Social  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSC – Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PST – Partido Social Trabalhista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTC – Partido Trabalhista Cristão  
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil  
PTR – Partido Trabalhista Renovador  
PV – Partido Verde  
SD - Solidariedade  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>2</b>	<b>AS ELITES POLÍTICAS E A IMPORTÂNCIA DOS PARTIDOS: UMA ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>35</b>
2.1	SOCIOLOGIA DO PODER E DAS ELITES: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	35
2.2	A ELITE POLÍTICA BRASILEIRA PRECISA DE PARTIDOS POLÍTICOS.....	40
2.3	A DUPLA FACE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	42
<b>2.3.1</b>	<b>Partidos Fortes Institucionalmente e Disciplinados nas Votações do Congresso – uma constatação pouco possível? .</b>	<b>42</b>
<b>2.3.2</b>	<b>A outra face dos partidos políticos: fragilidades no grau de identificação partidária.....</b>	<b>46</b>
2.4	A DIFERENCIAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESPECTRO IDEOLÓGICO AINDA FAZ SENTIDO NO BRASIL .....	50
2.5	DA ESQUERDA PARA A DIREITA: PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL E SUA CLASSIFICAÇÃO NO ESPECTRO IDEOLÓGICO .....	57
<b>3</b>	<b>DA DISPUTA PELO CONCEITO DE JUVENTUDE AOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: UMA REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>61</b>
3.1	A MULTIPLICIDADE DE CONCEITOS: O QUE AS CIÊNCIAS SOCIAIS E ÁREAS AFINS TÊM ENTENDIDO SOBRE JUVENTUDE?.....	61
3.2	JUVENTUDE COMO FASE DE “MORATÓRIA” .....	68
3.3	VARIAÇÕES E PERSPECTIVAS NA DEFINIÇÃO DO “COORTE ETÁRIO” NOS ESTUDOS DE JUVENTUDE.....	70
3.4	A FORMAÇÃO DAS ATITUDES POLÍTICAS: OS CAMPOS DA SOCIALIZAÇÃO.....	72
3.5	AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE CULTURA POLÍTICA E DO CAPITAL SOCIAL PARA O CAMPO DA SOCIALIZAÇÃO.....	77
<b>4</b>	<b>DO ENGAJAMENTO POLÍTICO JUVENIL À CONSTRUÇÃO DE CANDIDATURAS COMPETITIVAS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA .....</b>	<b>85</b>
4.1	ENGAJAMENTO POLÍTICO E JUVENTUDE.....	85
4.2	A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NO BRASIL: DA DÉCADA DE 80 ATÉ AOS DIAS ATUAIS.....	89



4.3	CARREIRAS POLÍTICAS E TRAJETÓRIAS: BREVES CONSIDERAÇÕES .....	95
4.4	O RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO DE JOVENS LIDERANÇAS COMO FORMA DE COMPREENSÃO DE PARTE DO SISTEMA POLÍTICO .....	99
<b>5</b>	<b>OS JOVENS DEPUTADOS FEDERAIS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988: PERFIS, TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>103</b>
5.1	BRASIL DA JUVENTUDE? .....	103
5.2	O PERFIL SÓCIO OCUPACIONAL DA JOVEM ELITE .....	112
5.2.1	A relação de gênero dos/as jovens deputados.....	112
5.2.2	Faixa-etária predominante entre os eleitos .....	114
5.2.3	A escolaridade dos eleitos .....	116
5.2.4	O patrimônio dos eleitos .....	120
5.2.5	Jovens de todas as cores? .....	122
5.2.6	Alguns apontamentos .....	123
<b>6</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO: O PESO DAS FAMÍLIAS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA BASE DAS TRAJETÓRIAS.....</b>	<b>125</b>
6.1	A HERANÇA DE CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR COMO UM PREDITOR PARA O SUCESSO ELEITORAL DE JOVENS CANDIDATURAS.....	125
6.2	A DIMENSÃO LONGITUDINAL DA ANÁLISE .....	139
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>145</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A juventude, enquanto objeto de investigação social, vem, há bastante tempo, se estabelecendo como um segmento social importante do ponto de vista da análise política e social, especialmente por se constituir como um contingente populacional expressivo e com relevante impacto e reflexos na estrutura social e política da sociedade contemporânea. Inúmeros pesquisadores (BRENNER, 2011; BAQUERO, 2008; ABRAMO, 2005; GAUTHIER, 2005; SOUSA, 2002; SCHMIDT, 2001; GROppo, 2000; BOURDIEU, 1983) já se debruçaram sobre esse nicho epistemológico, revelando traços do comportamento desse segmento social e das relações travadas no seio da sociedade contemporânea. Entretanto, ainda é incipiente a produção do conhecimento que investiga a participação política juvenil nos espaços da tradicional política, principalmente, a presença dessa população nos poderes executivos e legislativos de todas as esferas, merecendo por parte da ciência uma investigação sobre o perfil, formas de recrutamento e redes de relações estabelecidas por essa elite política juvenil. Vale ressaltar que é expressivo o número de jovens com direito a exercer o sufrágio eleitoral. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualizados em outubro de 2017, a juventude – compreendida entre os 16-34 anos – constitui mais de 53 milhões de eleitores, o que corresponde a 36,71% do eleitorado brasileiro. Nessa direção, observa-se uma população significativa e que necessita ser melhor compreendida.

É importante que se diga que existe uma percepção no senso comum e, em alguns estudos (KEIL, 2004), de que a juventude já protagonizou uma série de movimentos sociais e de protestos, mas que nos últimos tempos encontra-se apática e inerte em relação à vida pública. Alguns cientistas chegam a afirmar que a juventude atual encontra-se apática e despolitizada, não apresentando boas relações com as instituições democráticas. No entanto, Cicchelli (2009) ressalta que essa visão é uma distorção da realidade, afirmando que os cientistas que assim preceituam fazem suas análises partindo da juventude da década de 80 – juventude essa ávida pela militância partidária. A autora observa que a juventude atual mudou seu eixo de ação encontrando espaço em outros ambientes da sociedade civil, entre eles, nas associações e nos movimentos sociais. Tal entendimento é compartilhado por Baquero (2008) e Muxel (1997).

Nessa direção, alguns trabalhos direcionados ao estudo da cultura política, das atitudes e do comportamento dos cidadãos vêm indicando

que se existe apatia política ela não é característica exclusiva da juventude, mas de toda sociedade (MOISÉS, 2008; BAQUERO; PRÁ, 2007). Os estudos apontam, ainda, no sentido de haver um descrédito muito grande por parte dos cidadãos em suas instituições políticas, colocando o poder legislativo nas últimas posições em termos de confiabilidade (BAQUERO, 2003; MOISES, 2008).

A literatura tem indicado que a participação política em geral pode ser observada de duas formas: nos espaços convencionais e não-convencionais da política. Dito em outras palavras, a participação política convencional, ou tradicional, refere-se às ações políticas como as diretamente ligadas aos processos eleitorais: votar, candidatar-se, ou trabalhar para eleger um candidato; enquanto as não-convencionais tratam, sobretudo, de participações reivindicatórias, de expressão ou pressão, como greves, ocupações ou abaixo-assinados (BORBA; RIBEIRO, 2011). Em relação à juventude, aqui compreendida como uma categoria social heterogênea, mas com características comuns que as unem (SCHMIDT, 2001), o que se verifica de fato é que os/as jovens têm apresentado preocupação com os desfechos políticos e com a agenda de reivindicações sociais, apesar de apresentarem resistência quanto à forma tradicional de fazer política, preferindo participar em movimentos sociais, ONGs e associações desvinculadas do Estado (BAQUERO, 2008; MUXEL, 1997; NAZZARI, 2006).

Dessa forma, os escritos de Ciências Sociais – principalmente os estudos de Janice Tirelli Ponte de Sousa (2002), João Pedro Schmidt (2001), Madeleine Gauthier (2005), Rute Baquero (2008) e Marília Pontes Sposito (2009) - têm centrado sua análise na participação dos jovens fora da arena da política tradicional, influenciados certamente pelos resultados das pesquisas que apontam um deslocamento do eixo de ação desse grupamento social. A participação dos/as jovens no processo político formal enquanto candidatos/as a cargos públicos, apesar de existir, não tem sido objeto de investigação da literatura especializada<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No Brasil o estudo de Ana Karina Brenner (2011) “Militância de Jovens em Partidos Políticos: um estudo de caso com universitários” é a principal referência que busca associar participação política juvenil e espaço convencional da política. Alguns estudos de composições de elites políticas como os de Kerbauy (2005) tangenciam o debate, mas nenhum deles se debruça especificamente sobre a composição das elites juvenis no país. Em 2013, Amanda Machado e Paulo Peres apresentaram no 37º Encontro Anual da ANPOCS o trabalho denominado “Recrutamento Partidário de Jovens: Proposta

Assim, percebendo haver fortes evidências de um deslocamento do campo de ação da juventude, com um notável esvaziamento dos jovens em partidos políticos, esta tese de doutoramento tem como pressuposto analítico evidenciar esse fluxo migratório, visando analisar a elite política juvenil desde a redemocratização brasileira até os dias atuais. Para isso, centrará seu objeto na participação política convencional, especificamente, na presença de jovens deputados/as federais eleitos/as em todo território brasileiro no período compreendido entre 1990-2014, o que corresponde a sete legislaturas, permitindo apresentar um estudo de caráter longitudinal. Nessa perspectiva foi preciso observar as “estruturas de oportunidades políticas” trazidas na concepção de Sidney Tarrow (1994, 1996), ou seja, as dimensões consistentes do contexto político que podem encorajar ou desencorajar pessoas de participarem de ações coletivas.

Compreender a elite política juvenil do país implica ingressar num nicho acadêmico muito caro à Sociologia Política, por investigar os mecanismos de socialização política; as formas de recrutamento político-partidário e o espectro ideológico dos partidos políticos, já que a investigação realizada por Brenner (2011) aponta que os/as jovens eleitos por partidos políticos de esquerda são mais propensos a apresentarem um grau elevado de ativismo político, cujo programa e diretrizes partidárias priorizam a formação política de novas lideranças que emergem de movimentos sociais, associações e entidades estudantis. Aproximando-se desse entendimento tomamos como referência o trabalho de Marengo dos Santos e Serna (2007) que indica uma diferença importante entre a construção de carreiras políticas na esquerda e na direita do espectro ideológico, destacando que os parlamentares mais a direita tendem a manter menos dependência da estrutura do partido e as lideranças apostam mais nas características individuais dos candidatos (profissão, recursos econômicos) para o seu recrutamento, ao passo que a construção da carreira política na esquerda possui maior dependência da estrutura do partido (principalmente econômica) e as lideranças priorizam no recrutamento indivíduos providos de capital político associativo.

A juventude, porém, é também uma minoria no que diz respeito ao exercício do poder e da prática política convencional. Condição

---

de uma Tipologia” que foi aprofundado em trabalho de tese desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, intitulado “Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul” cuja autoria é de Amanda Machado.

similar a de outros grupos minoritários na sociedade, como é o caso das mulheres e negros. Em estudo de nossa autoria realizado em nível de mestrado constatamos que entre 22 cidades da região sul do Rio Grande do Sul o índice de candidatos jovens ao cargo de vereador foi de 16,26% (NICOLETTI, 2013), um percentual baixo em um universo dominado por parlamentares mais velhos.

Assim, diante da constatação de que a juventude, em sua maioria, não se faz presente nos espaços da política tradicional, em especial nos parlamentos, preferindo ocupar outros espaços políticos, nasceu o interesse em investigar a existência ou não de características, condicionantes ou atributos comuns que tem levado alguns jovens ao êxito nas candidaturas para cargos eletivos revelando como se constitui a elite política juvenil do país.

Por isso, nossa problemática de pesquisa encontra guarida na seguinte inquietação: dada a baixa participação da juventude na política convencional, ou tradicional, busca-se verificar, dentre os/as jovens eleitos (as) deputados (as) federais, entre 1990-2014, nos estados-membros integrantes do Brasil, quais fatores de ordem política e social os fizeram optar pela participação na política convencional? Dirigindo esforços em estabelecer a formação da trajetória política; os padrões de recrutamento partidário e as formas de participação e engajamento.

Nesse contexto, buscando encontrar uma resposta provisória para a problemática de pesquisa suscitada consideraremos como ponto de partida algumas constatações teóricas trazidas no cerne da produção acadêmica e que tangenciam o debate que procuraremos desenvolver ao longo deste texto. Assim, buscaremos perpassar por alguns pontos que consideramos cruciais para compreender a formação das carreiras políticas dos/as jovens pesquisados, assumindo como premissa que os espaços de socialização são centrais para o estímulo ao engajamento, onde a família, a escola, a igreja, o mercado de trabalho e os movimentos sociais – aqui compreendidos em sentido amplo – ocupam um espaço privilegiado para o despertar ao engajamento político (BRENNER, 2011; SCHMIDT, 2001; FERREIRA; SOUSA, 1996).

Se a fase juvenil é propícia a ser considerada como um período de moratória psicossocial, onde aos jovens é permitido o adiamento de algumas funções sociais (MARGULIS; URRESTI, 1996; ERIKSON, 1968) nos parece prudente considerar que a construção da carreira política ainda jovem cumpre uma tentativa de transição entre o mundo juvenil e o adulto. A ocupação de postos parlamentares permite aos eleitos assumirem responsabilidades importantes com o futuro do país,

além do investimento de tempo para a consolidação de sua carreira política que pode ser iniciada por diferentes meios.

Filiamo-nos ao entendimento de que a construção da carreira política difere conforme a linha do espectro ideológico ao qual o parlamentar está vinculado (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007; MARENCO DOS SANTOS, 2000). Por isso, estabelecemos como hipótese central desta pesquisa que existe maior probabilidade de os/as jovens Deputados/as Federais, eleitos/as entre 1990-2014 por agremiações de direita, escolheram participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral influenciados por um capital político familiar, sendo, portanto, herdeiros de capital político. São, portanto, em sua maioria, filhos de políticos tradicionais. Essa hipótese é corroborada nos trabalhos já mencionados. Já no que diz respeito aos jovens Deputados Federais eleitos por agremiações de esquerda, no mesmo recorte espacial-temporal, acreditamos existir maior probabilidade de terem sido motivados a participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral como fruto de sua atuação em movimentos sociais, associações e entidades estudantis, muitas vezes desvinculados do capital político familiar, corroborando o que Marengo dos Santos e Serna (2007) encontraram em seus estudos, ou seja, de que os parlamentares de esquerda possuem maior nível de dependência das estruturas partidárias, por tenderem a serem desprestigiados de capital político familiar.

Importante referir a necessidade de um mapeamento das elites políticas juvenis, visto uma visível carência de estudos no campo. Em um levantamento sobre o estado da arte nos estudos sobre juventude realizados pela professora Marília Sposito (2009) junto aos programas de pós-graduações em Educação, Ciências Sociais e Serviço Social das universidades brasileiras, verificou-se a ausência de estudos retratando relações entre juventude e representação no parlamento federal, estadual e municipal, o que por si só justificou uma investigação nesse sentido.

Esperamos estar contribuindo com a ciência por jogar luz sobre diversos aspectos pouco explorados do exercício do poder no país, como a relação entre identidade social e a representação legislativa, o perfil e a formação de uma elite política jovem no país, a participação da juventude no exercício do poder legislativo federal; a identificação de formas de engajamento e atuação partidária na construção de carreiras políticas das novas gerações, entre outros. Estas são apenas algumas das possibilidades de trabalhos que tentamos abordar, contribuindo assim, para o desenvolvimento da investigação do campo da Sociologia Política.

Dessa forma, investigar a presença jovem no legislativo federal engrossa os estudos relacionados à temática da socialização política e formação de elites e revela traços importantes da política partidária. Importante consignar que este trabalho não tem a pretensão isolada de elucidar o recrutamento partidário da jovem elite política - apesar de tangenciar esse debate - uma vez que a metodologia empregada e a coleta de dados realizada são insuficientes para estabelecer análises próprias desse nicho de estudo, resguardando folego para apresentar um panorama geral da presença jovem no parlamento federal, principal objetivo desta tese.

Quanto a parte metodológica empregada para a consolidação desta tese, levando em consideração de que o presente trabalho volta-se para investigar representantes jovens eleitos/as, a pesquisa recairá sobre a parte da população juvenil denominada de jovens adultos. Portanto, o nosso “coorte etário” se estenderá no espectro que compreende dos 21 (idade mínima necessária para um cidadão ser empossado no cargo de deputado estadual, conforme a legislação brasileira) aos 29 anos de idade (considerada como limite de juventude pelo Estatuto da Juventude em vigor no Brasil desde 2013). Dessa forma, nosso objeto de pesquisa serão os jovens deputados federais eleitos no Brasil entre o período de 1990 a 2014, que na oportunidade em que concorreram possuíam entre 21-29 anos de idade, seguindo assim a tendência nacional e internacional de delimitação das faixas-etárias.

Visando delimitar melhor a abrangência do estudo, elegemos em compreender, como já explicitado, a presença jovem na Câmara dos Deputados, acreditando que a análise de sete eleições permitirá esboçar um estudo de caráter longitudinal importante para fazer inferências que possibilitem uma compreensão mais ampla do fenômeno.

A tese foi organizada de modo a permitir uma boa base de capítulos teóricos que discutam, principalmente: a teoria das elites; o conceito de juventude, envolvendo os mecanismos de socialização política, as formas de engajamento e recrutamento político; e os estudos sobre a participação da juventude no Brasil, atentando para a composição do espectro político ideológico dos partidos políticos.

O primeiro capítulo tratará sobre o referencial teórico acerca da teoria das elites, perpassando por um estudo sobre a importância dos partidos políticos, sua dupla face e as considerações quanto à existência ou não de um espectro ideológico que ainda faça sentido nas análises políticas.

Já no segundo capítulo a nossa preocupação foi a de estabelecer um estado da arte sobre a disputa acadêmica ao redor do conceito

“juventude”, informando o leitor sobre os principais pontos do debate: socialização política; moratória social, “coorte etário” e formação de atitudes políticas.

O terceiro capítulo encerra o arcabouço exclusivamente teórico desta tese, retratando um pouco da literatura sobre sociologia da militância e engajamento político juvenil, nos valendo de distintos estudos que colocam a juventude contemporânea no centro de suas análises, finalizando com considerações sobre carreiras políticas, trajetórias e recrutamento partidário de lideranças.

É o quarto capítulo o que inaugura a apresentação dos dados empíricos coletados para esta tese, é neste espaço que passaremos a analisar os dados secundários referentes à identificação dos representantes; as agremiações a que pertencem; a classificação dessas agremiações segundo o referencial teórico utilizado; a disposição da presença jovem por estados e regiões do país; o perfil social dos eleitos, nos valendo de informações como sexo, idade e grau de escolaridade.

No quinto e último capítulo nos valem de apresentar os dados que tangenciam o debate sobre a trajetória dos jovens parlamentares, elucidando as influências pessoais e institucionais no alavancar de suas carreiras.

Assim, convidamos o leitor a iniciar a leitura deste trabalho de doutoramento – que é resultado de um processo constante de amadurecimento teórico adquirido ao longo de toda a formação acadêmica – e, sobretudo, um trabalho que apesar dos seus limites cumpre o seu objetivo de contribuir com a agenda de estudos no campo da sociologia política da juventude.



## **2 AS ELITES POLÍTICAS E A IMPORTÂNCIA DOS PARTIDOS: UMA ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS**

As Ciências Sociais vêm, há bastante tempo, ocupando parte de sua agenda para investigar a formação de “elites” como variável constituidora das dinâmicas e das relações sociais, apresentando como consequência a formação de estruturas que garantem a proliferação de desigualdades baseadas na constituição de uma minoria que detém recursos e capitais simbólicos (BOURDIEU, 1989) que os colocam em condições privilegiadas no desenho do poder das sociedades contemporâneas. Esses estudos têm colaborado com a academia no sentido de apontar as bases estruturantes de um sistema desigual que se reproduz com lógicas e signos próprios cuja finalidade exclusiva é conquistar e manter o poder nas mãos de algumas pessoas. Por isso, identificar o perfil social, as trajetórias, a formação das carreiras e o recrutamento partidário das elites políticas ajudam – do ponto de vista sociológico – a entender quais grupos estão excluídos do poder, apontando direções possíveis no fortalecimento da democracia e possibilitando a reflexão da inserção ou não de novos atores entre os grupos dirigentes.

Muitos trabalhos já foram produzidos com a finalidade de demonstrar o perfil social das elites políticas (GRILL, 2008; PERISSINOTTO et al., 2007; RODRIGUES, 2002; CORADINI, 2001), entretanto, a investigação da presença jovem nos parlamentos brasileiros – como já explanado – vem sendo observada precariamente.

Nesse sentido, a nossa pretensão neste capítulo é esboçar algumas perspectivas analíticas que têm sido incorporadas pela chamada sociologia do poder ou das elites, incluindo nas análises a discussão sobre partidos políticos e a constituição do espectro ideológico no Brasil, já que esses elementos serão centrais para as análises que passaremos a apresentar nos capítulos seguintes.

### **2.1 SOCIOLOGIA DO PODER E DAS ELITES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

O surgimento de elites políticas é inerente a qualquer sociedade democrática, nem mesmo a adoção da democracia plenamente direta é capaz de extinguir a formação de elites políticas, isso porque, como veremos a seguir, o modelo ideal da democracia direta – idealizado tendo como referência a democracia ateniense – apresenta vícios na sua

forma prática do exercício do poder, constituindo-se numa falsa ideia de que todos possuam as mesmas condições de deliberar diretamente.

O que estamos querendo evidenciar é que a ação direta em democracia não significa, necessariamente, que todos os atores utilizem da prerrogativa da fala e da discussão. A história demonstra que o espaço discursivo das assembleias, apesar de contar com a presença direta dos cidadãos, não os obriga que tenham atuação vocal. É o que Nádía Urbinati (2010) destaca em seu artigo “Representação como Advocacy: um Estudo sobre Deliberação Democrática” falando-nos em três tipos de cidadãos que participavam da democracia direta ateniense: a participação calada (cidadãos que participavam das assembleias, mas não dominavam o campo da discursividade); a cidadania passiva (caracterizada em cidadãos que, apesar do direito que tinham em participar das decisões da “polis” pouca importância davam para a sua presença nas assembleias) e a cidadania plenamente ativa (cidadãos imbuídos no propósito de ocupar de forma ampla o espaço da retórica, buscando influenciar a decisão de outras pessoas através de mecanismos fartamente conhecidos de persuasão). São os cidadãos plenamente ativos que se estabelecem como elites políticas, pois acabam tornando-se representantes de uma maioria calada. Nesse sentido, Urbinati (2010) traça um comparativo entre essas formas de participação da democracia ateniense e as equivalentes na democracia contemporânea, afirmando que o nosso direito de voto corresponde à participação calada; a abstenção de votar corresponde à cidadania passiva; e a representação corresponde à cidadania plenamente ativa.

Iris Young (2006) destacou que mesmo em assembleias de umas poucas centenas de pessoas a maioria seria de participantes passivos, que ouviam um pequeno número de pessoas defenderem algumas posições, depois, pensavam e votavam. É nessa direção que Urbinati (2010, p. 58), enfatiza:

De fato, a presença política “direta” de todos os cidadãos não evitava que a ekklesia ateniense fosse uma assembleia na qual a grande maioria se abstinha de participação ativa. As reformas da época de Péricles e subsequentes visavam a desencorajar a ausência, não o silêncio. É verdade que o princípio básico da democracia ateniense era a isegoria – o direito individual de falar na assembleia. No entanto, os cidadãos adultos de sexo masculino eram pagos para comparecer, não para falar.

Também não é totalmente correto dizer que na Grécia os oradores expressavam suas próprias ideias, afinal, muitas vezes expressavam suas ideias para promover interesses de terceiros e, neste sentido, falavam por alguém ou algo, mesmo se ninguém lhes dava mandato algum (URBINATI, 2010; MANIN, 1996). Por isso, podemos afirmar que o surgimento de elites políticas é anterior ao nascimento da própria ideia de representação política – em que pese a emergência de ambos estarem fortemente relacionados.

Como podemos perceber nem mesmo na Grécia o paradigma da democracia consolidou-se como uma ferramenta capaz de despertar nos cidadãos a plena participação política, pois, como visto, existia um grau considerável de representação dos calados e dos cidadãos passivos. No entanto, todos tinham, em tese, o direito de participar das decisões sem representantes. A omissão ou negligência indicava que a sua conduta com a polis não estava perfeitamente estreitada. O silêncio também poderia implicar em aceitação com as diretrizes que estavam sendo estabelecidas, por isso a opção em não participar ou assistir calado o que estava sendo estabelecido.

Foi com base na evidência da representação que os estudos de elites foram inaugurados em 1896 com as publicações do italiano Gaetano Mosca. Esse autor inseriu no debate intelectual a necessidade de estudar os grupos dirigentes como forma de compreender os elementos que faziam reproduzir um processo oligárquico nas sociedades. Esses estudos foram institucionalizados academicamente sob a denominação de “teoria das elites” cujos precursores estão Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels (SEIDL, 2013). Esses autores, que se consolidaram como clássicos no campo intelectual acreditavam terem encontrado uma “lei sociológica” cuja premissa estava na ideia de que “em qualquer sociedade, em qualquer organização, haveria sempre uma minoria que governa e uma maioria que é governada” (PERISSINOTTO; CODATO, 2007, p. 40). Sob esse pressuposto pode-se afirmar que inexistem sociedades sem “elites”.

Durante muito tempo o termo “elite” foi utilizado como sinônimo de um grupo social favorecido economicamente – influenciados por um reducionismo promovido, em grande parte, pela teoria marxista, que centrou seus esforços no combate ao capital econômico, acreditando ser esse o grande responsável pelas desigualdades sociais e políticas encontradas na sociedade. No entanto, o que podemos afirmar é que o conceito de elites é instrumental e, portanto, deve ser contextualizado para o campo de estudos que se quer investigar, já que assume características polivalentes existindo várias elites: econômicas, políticas,

eclesiásticas, militares, culturais, intelectuais e etc. Por isso, a necessidade de utilizar o termo no plural, ou seja, “elites”. Flávio Heinz (2006) citando o sociólogo suíço Giovanni Busino, afirmou que o termo elite compõe:

A minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual se manifesta sua preeminência. Plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade. (BUSINO apud HEINZ, 2006, p. 7).

A importância em estudar “elites” está assentada na possibilidade que os estudos têm em revelar os padrões de recrutamento e as relações estruturantes que fazem prevalecer desigualdades, possibilitando a reflexão de novas possibilidades para inserção de novas elites. Na Roma Antiga, por exemplo, o voto censitário – reservado apenas aos mais abastados economicamente – era uma realidade que afastava os plebeus do acesso ao poder. Lá os governantes possuíam um perfil social homogêneo (eram oriundos das camadas mais altas da sociedade). Na percepção de que havia uma nítida exclusão das camadas mais baixas no acesso ao poder a plebe se rebelou, conquistando a possibilidade de também ocupar postos. Essa inserção só foi possível pela necessidade que alguns grupos encontraram em estar presentes no parlamento, é o que Anne Phillips (2001) tem chamado de “política da presença”, destacando que somente a presença de dado segmento na arena da política tradicional somado as ideias desse grupamento são capazes de suprir as carências discursivas no espaço destinado à retórica e decisão. É nesse sentido que os estudos sobre elites políticas colaboram com o fortalecimento da democracia, ou seja, demonstrando que vários grupos – entre eles mulheres, índios, negros e jovens – são minorias na

comparação com o perfil social predominante dos “poderosos”. Essas constatações podem levar a discussões sobre a necessidade de criação de mecanismos que possibilitem cada vez mais a pluralidade de percepções na nossa política. A política de cotas para candidaturas femininas é um exemplo desse avanço.

O fato é que a representação política e a formação de elites são temas muito próximos, pois, via de regra, um é decorrente do outro. Segundo Benjamin Constant (1985) a complexificação das sociedades modernas promoveu uma profunda mudança no habitus social na medida em que o crescimento populacional, as distintas relações de trabalho e as diferenciações sociais foram ganhando força e espaço nas contemporâneas sociedades. Se antes tínhamos uma sociedade antiga que era chamada a decidir os rumos políticos e que participava de forma ativa das deliberações públicas – ressalvados as peculiaridades já esboçadas acima – nas modernas sociedades não existe tempo e interesse suficiente para que um mesmo cidadão possa, ao mesmo tempo que cuida dos seus afazeres particulares, também ocupar-se da responsabilidade de decidir. Não há também condições do exercício da democracia direta tendo em vista a densidade populacional da grande maioria das cidades. Nessa direção nasce a representação política onde os atores sociais delegam, através do voto popular, que outras pessoas o representem no espaço da deliberação e decisão política.

Schumpeter (1984) chegou a afirmar que muitas vezes os eleitores não conseguem compreender a dinâmica social e para tal, sua principal função é eleger uma elite política capaz de decidir da melhor maneira possível os rumos da nação. Por essa perspectiva teórica o papel do povo em uma democracia seria o de eleger um grupo político capaz de deliberar e tomar as melhores decisões, ou seja, constituir uma elite. Alguns críticos desse processo chegaram a afirmar que a formação de elites política pela via representativa é uma forma institucionalizada de afastar a grande massa das fatias do poder (MIGUEL, 2003).

Hoje a elite política brasileira contempla certa heterogeneidade, mas ainda estamos longe de termos uma democracia representativa plural, já que vários grupos sociais não possuem assento no nosso parlamento ou, quando possuem, são minorias sem chances de que suas pautas ganhem fôlego na discussão parlamentar.

## 2.2 A ELITE POLÍTICA BRASILEIRA PRECISA DE PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos têm sido objeto de investigação da literatura especializada desde as clássicas obras de filosofia política, num contexto fortemente marcado pelo predomínio dos homens nos ditames do regramento social. Ocupam um grau considerável de hegemonia no cerne do espaço público, principalmente no Brasil, onde a filiação a partido político é requisito básico para a investidura como candidato ao legislativo e executivo de todas as esferas - municipal, estadual e federal. De acordo com Álvaro Barreto (2008) a existência dos partidos políticos está mais do que consagrada em nosso sistema jurídico visto que a legislação atribuiu o monopólio do mercado eleitoral a essas instituições.

Tal objeto de estudo ocupa um espaço privilegiado nas análises políticas e desperta o interesse de muitos pesquisadores que estão preocupados em desvendar diferentes concepções sobre a mesma categoria analítica. Nesta seção nossa preocupação está em demonstrar a importância dessa instituição para a formação e reprodução de elites políticas, perpassando por discussões conceituais importantes para as análises que faremos nos capítulos seguintes.

A etimologia da palavra “partidos” encontra sua origem na expressão “partis” do latim, cujo significado pode ser compreendido como divisão, facção. O emprego desse vocábulo apresentou diversas conotações no vocabulário acadêmico, sendo utilizado para designar facções, clãs, clubes onde se reuniam os deputados de assembleias revolucionárias, comitês que preparavam as eleições censitárias, bem como as vastas organizações populares que enquadram a opinião pública nas democracias modernas. O cientista político francês, Maurice Duverger – um dos grandes autores clássicos no estudo dos partidos – em sua famosa obra “Os Partidos Políticos” destacou que “em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo” (DUVERGER, 1957, p. 19), já que atualmente a ciência política tem utilizado tal expressão para designar um grupamento de pessoas com ideologias e interesses comuns dispostas a manter ou conquistar poder.

Tocqueville (1997, p. 136) enfatizou que “os partidos são um mal inerente aos governos livres; não têm, entretanto, em todos os tempos, o mesmo caráter e os mesmos instintos”. Portanto, os partidos políticos se constituem como instituições que, ao longo dos anos, sofreram modificações em sua constituição, formação e desenvolvimento,

apresentando muitas vezes divergências conceituais importantes entre autores e épocas. Norberto Bobbio (1998) definiu os partidos políticos partindo da concepção trazida por Max Weber de que devem ser encarados como associações que visam um fim deliberado, quer de modo objetivo – através de um plano com propósitos materiais ou ideais – quer de maneira pessoal – objetivando obter benefícios e glória para os chefes – destacando que a conjunção dessas duas concepções também é possível. A visão weberiana denota de uma percepção de partidos como instrumento político para a conquista de votos numa sociedade cada vez mais burocratizada.

Giovanni Sartori (1982, p. 32) investigou os partidos e os sistemas partidários e ao definir tais instituições apropriou-se do conceito estabelecido por Burke, a saber: “o partido é um grupo de homens unidos para a promoção, pelo seu esforço conjunto, do interesse nacional com base em algum princípio com o qual todos concordam”. Maria D’Alva Kinzo (2005) apresenta uma conceituação mais contemporânea de partidos políticos, afirmando:

Partidos políticos são instituições que surgiram como produto da ação de atores políticos nas arenas decisórias e eleitoral, portanto se deve avaliar o sistema partidário brasileiro tanto em sua eficácia em manter a governabilidade democrática, como em sua capacidade de estruturar a competição eleitoral (KINZO, 2005, p. 65).

Portanto, em última ratio os partidos políticos podem ser conceituados como um importante instrumento para conquistar ou manter poder, consolidando-se como um meio importante e necessário para a constituição de elites políticas. São, portanto, em sentido ideal, mediadores dos interesses entre sociedade e Estado.

Embora os partidos políticos sejam instituições importantes para a democracia eles não são isentos de apresentarem características antidemocráticas. Robert Michels, por exemplo, apresentou o que chamou de “lei de ferro das oligarquias”, demonstrando que muito embora a concepção de partidos políticos direcione para uma instituição democrática eles no fundo acabam tornando-se organizações oligárquicas, monopolizando as decisões nas mãos de poucas pessoas e construindo uma ideia artificial de “soberania das massas” (MICHELIS, 1982).

Feito essas considerações conceituais parece-nos importante

estabelecer, brevemente, um diálogo entre esses conceitos e o impacto da produção intelectual no cenário da discussão epistemológica sobre partidos políticos no Brasil, é o que buscaremos fazer na próxima seção.

## 2.3 A DUPLA FACE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Primeiramente é preciso destacar que existem dois entendimentos distintos sobre o papel dos partidos políticos no cerne do espaço público, o que aqui chamaremos de dupla face dessas instituições. Essa distinção justifica-se pelo cenário de análise que o pesquisador está investigando, uma vez que a literatura aponta para fragilidades dos partidos políticos no grau de identificação partidária com a massiva maioria do eleitorado (KINZO, 2005) e, ao mesmo tempo, com fortes indicativos de que sejam disciplinados, fortes e coesos nas suas relações institucionais, especialmente, no diálogo entre executivo/legislativo (VILAROUCA, 2008; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2006; MARENCO DOS SANTOS, 2006; DINIZ, 2005; FIGUEIREDO, 2004; AMORIM NETO; TAFNER, 2002; PALERMO, 2000).

Por isso, a necessidade de haver por parte do pesquisador um cuidado redobrado nas análises que faz sobre as fragilidades ou não dessas agremiações. Redobrado, pois, conforme o campo de análise desse objeto os resultados apresentados podem diferir completamente. A seguir iremos apresentar a dupla face dos partidos políticos no Brasil.

### **2.3.1 Partidos Fortes Institucionalmente e Disciplinados nas Votações do Congresso – uma constatação pouco possível?**

A fragilidade dos partidos políticos é um tema bastante recorrente no meio científico, tanto é verdade que alguns cientistas afirmam que a ausência de disciplina partidária é uma das características negativas do nosso sistema político (SCHIMITT, 1999). Existe uma transição significativa no sistema político brasileiro que deve ser pontuada, a saber: a migração do bipartidarismo ao pluripartidarismo, ocorrida em 1979. A ditadura militar implantou no Brasil, através do Ato Institucional n. 2 de outubro de 1965, o bipartidarismo (ARENA-MDB), com o objetivo claro de garantir um partido forte que representasse os interesses do regime autoritário vivenciado no país daquela época, representado pela sigla ARENA. De outro lado, o MDB, de oposição que se constituiu num primeiro momento em um aglomerado de políticos contrários ao regime, mas sem peso político suficiente para derrubá-lo.

No entanto, com o passar dos anos, a oposição ao regime ditatorial acabou ganhando espaço no cenário político, desestabilizando o partido governista que passava a perder fôlego e espaço. Como estratégia de se manter no poder e enfraquecer a oposição os representantes do regime, estrategicamente, propõe o fim do bipartidarismo em 1979. Nesse contexto, as forças políticas se reorganizaram e surgiram novos partidos: o Partido Democrático Social (PDS), herdeiro do capital político arenista; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) sob a liderança de Ulysses Guimarães; o Partido Popular (PP), que abrigava políticos moderados tanto da antiga ARENA quanto do MDB e se posicionava como uma via alternativa para a sucessão presidencial de 1985.

A disputa pela herança política de Getúlio Vargas causou uma contenda judicial entre os partidários de Leonel Brizola e os da Deputada Federal Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio) pelo comando do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A questão foi resolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que julgou favorável a Ivete Vargas, levando os brizolistas a fundarem o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em São Paulo surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) com expressão dos movimentos sociais sindicais que resultaram da greve dos metalúrgicos na região do ABC Paulista, sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva (MELO, 2005)

Merece destaque a própria evolução do sistema partidário criado em 1979, a partir da extinção de Arena e MDB. Tal sistema sofreu sua primeira fratura quando dissidentes do então PDS resolveram fundar o Partido da Frente Liberal (PFL), com abalo sentido no PDS, o qual não resultou em uma crise do sistema partidário em seu conjunto, pelo contrário, a cisão era necessária para liberar os parlamentares que assim o quisessem da incômoda vinculação ao antigo regime (MELO, 2005).

Importante consignar que entre 1969 a 1985 a Constituição Brasileira determinava a perda de mandato para quem se opusesse às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou mudasse de partido – a não ser que a mudança estivesse vinculada à formação de um novo partido. Foi em maio de 1985 que a fidelidade partidária foi abolida pela Emenda Constitucional n. 25, assegurando o direito de mudar de partido, sendo criadas várias legendas: PL, PCB, PCdoB, PSB, PDC, PTR, PMN e PSC (LIMA, 2007). Foi a Constituição Federal de 1988 que consagrou a existência do pluripartidarismo, surgindo o PSDB, PRN, PV, PSD, PRP, PST, Prona e PTdoB. Hoje no Brasil da pluralidade partidária temos mais de trinta partidos políticos.

O período pós-redemocratização do Brasil registrou uma série de pesquisas e observações que indicavam para fragilidades das instituições democráticas brasileiras, respaldados pelo descrédito de que nossa engenharia institucional fosse capaz de manter a estabilidade do regime democrático, afinal, a combinação presidencialismo, federalismo, representação proporcional e multipartidarismo não encontrava amparo no mundo acadêmico de que pudesse colaborar para o sucesso e/ou estabilidade do regime democrático (MARENCO DOS SANTOS, 2006).

O brasilianista Scott Mainwaring (2001) foi um dos autores mais pessimistas, afirmando que o Brasil pode ser considerado um caso único de subdesenvolvimento partidário no mundo onde os partidos políticos, no longo prazo, dificilmente seriam capazes de servir de suporte para a democracia. Destacou que “frequentemente, as elites políticas criam partidos para promover seus próprios interesses e os líderes estatais extinguem sistemas partidários por temerem que signifiquem uma ameaça”. Um dos problemas levantados pelo autor está na forte fragmentação partidária brasileira, representando um alto custo para a formação de coalizões governamentais, maximizando as chances de ocasionar uma paralisia decisória e um impasse entre o Executivo e Legislativo (CHASQUETTI, 2008; FIGUEIREDO, 2004).

Entretanto, diversos estudos empíricos demonstraram que os partidos políticos no Brasil são fortes institucionalmente e disciplinados nas votações do Congresso Nacional, elucidando que as agremiações que compõe as bases do governo votam conforme a orientação de seus líderes e garantem a aprovação da agenda da presidência (VILAROUCA, 2008; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2006; MARENCO DOS SANTOS, 2006; DINIZ, 2005; FIGUEIREDO, 2004; AMORIM NETO; TAFNER, 2002; PALERMO, 2000).

Estudos de Figueiredo e Limongi (2009) apontaram que o Poder Executivo raramente é derrotado no parlamento, atingindo elevadas taxas de “sucesso legislativo”, aprovando a sua agenda com folga (embora a homogeneidade ou heterogeneidade ideológica das coalizões sejam variáveis importantes a serem consideradas). O governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, construiu uma base de sustentação no Congresso Nacional coesa do ponto de vista do espectro ideológico, tendendo ao centro-direita, o que minimiza as chances de conflito com a base, favorecendo a aprovação da agenda (PALERMO, 2000). De outro lado os governos Lula/Dilma estabeleceram uma base altamente heterogênea congregando uma série de partidos políticos que possuem ideologias que vão da esquerda para a direita, maximizando as

chances de que conflitos ideológicos constriam, em muitos pontos, a implementação da agenda presidencial.

Nesse sentido a ideologia assume uma posição de destaque, promovendo importantes rupturas no jogo político. Assim, buscamos apresentar duas perspectivas teóricas sobre a governabilidade brasileira, destacando nuances que consideramos importantes no pensar as estruturas de relações entre executivo/legislativo e a decisão política parlamentar. O quadro abaixo elucida a nossa tentativa de sistematizar duas tipologias para entender parte do ordenamento institucional brasileiro, vejamos:

Quadro 1 – Tipos Distintos de Implementação de Agenda

<i><b>Tipos Distintos de Implementação de Agenda</b></i>	<i>Características</i>	<i>Resultados</i>
<b>Presidencialismo de Coalizão</b>	Distinção Calcada no binômio oposição/situação	O presidencialismo de coalizão faz sentido em temas consensuais da agenda (maioria dos projetos enviados ao Congresso Nacional). Quando os temas são controversos passa a emergir a força das ideologias, causando tensões nas relações executivo/legislativo, especialmente na base de sustentação do governo.
<b>Ideologização da decisão</b>	Distinção calcada no espectro ideológico (esquerda/centro/direita)	Quando a base de sustentação ao governo não é coesa do ponto de vista ideológico a votação de temas controversos (a Reforma do Código Florestal, por exemplo) passa a apresentar rupturas e tensões que são externadas pelas diferenças ideológicas marcadamente de esquerda, centro e direita, comprometendo até certo ponto o sucesso da perspectiva teórica do presidencialismo de coalizão.

Fonte: Tipologia criada pelo autor.

Assim, como vimos, o sistema institucional brasileiro é sustentado com base em dois pilares. De um lado o “presidencialismo de coalizão”, onde o chefe do poder executivo detém os mecanismos institucionais necessários para atrair a oposição para a base de sustentação de seu governo (cargos, ministérios, emendas), conquistando assim maioria parlamentar em temas consensuais das bancadas (ABRANCHES, 1988) e, de outro, a ideologização da decisão, quando os interesses das bancadas se sobrepõe ao da coalizão.

Não há dúvidas de que a magna carta de 1988 garantiu ao chefe do poder executivo uma série de mecanismos institucionais capazes de fazê-lo angariar apoios no congresso e/ou impor seu poder de agenda. Entre os postulados estão as medidas provisórias e o poder de veto. Importante também é a reserva de proposição de matérias cuja iniciativa é exclusiva do executivo, ou seja, as matérias mais importantes da atividade legislativa só podem tramitar no Congresso Nacional se iniciadas/enviadas pelo próprio executivo, amarrando de certa forma as mãos dos parlamentares que tem a sua prerrogativa de legislar limitada. Há quem sustente que tal prerrogativa é uma delegação do próprio poder legislativo que transfere ao presidente a iniciativa legislativa de algumas matérias.

Alguns analistas políticos têm afirmado que as precárias relações institucionais do governo Collor – que possuía uma coalizão de governo minoritária – acabou por colaborar com a sua derrubada do poder. Enfrentou a oposição do PMDB que tem sido um importante partido para a formação de maioria legislativa (INÁCIO, 2009). Por isso, diz-se que a sua derrocada do poder serviu como lição para seus sucessores, demonstrando a importância de consolidar maioria parlamentar para a implementação da agenda e segurança na governabilidade do governo. Parece que essa lição pode ser percebida também no processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff (PT), ou seja, a relação do governo com a sua base de sustentação foi rompida e como consequência a chefe do poder executivo teve seu mandato cassado.

### **2.3.2 A outra face dos partidos políticos: fragilidades no grau de identificação partidária**

Os escritos de cultura política e as pesquisas de opinião pública têm contribuído para a academia no sentido de agregar percepções dos indivíduos sobre suas relações com o sistema político e como essas variáveis podem interferir nas relações entre atores e instituições. Nesse sentido, esses trabalhos vêm indicando haver um declínio da

participação popular em partidos políticos, fruto do descrédito dos cidadãos em suas instituições políticas o que acaba colocando o poder legislativo e as agremiações partidárias nas últimas posições do ranking de confiabilidade (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008; PUTNAM, 2002).

Esse desencajamento político-partidário é um fenômeno que se verifica em escala global e, sobretudo, na América. Russell Dalton (2013) em um importante estudo realizado na democracia norte-americana constatou haver um crescimento significativo, entre os americanos, de um eleitor apartidário, descomprometido com as agremiações enquanto instituições representativas de segmentos sociais. Entretanto, essa categoria de eleitores não é homogênea, nela estão inseridos aqueles pouco politizados para o debate público e também eleitores fortemente atentos às discussões sociais com predisposição ideológica clara que tendem a um dos campos do espectro político, mas não são movidos pelo comprometimento com a sigla. Esses achados permitem demonstrar uma mudança no perfil tradicional apontado por Campbell et al. (1960) no qual consideraram que o eleitor partidário seria detentor de maior conhecimento sobre a política e conseqüentemente mais mobilizado, ao passo que o eleitor não partidário teria menor informação sobre a política e menos envolvimento em eleições. Em estudo realizado por Gimenes (2015) foi possível perceber que os efeitos do apartidarismo não refletem necessariamente um distanciamento daqueles indivíduos com relação à política e quanto às discussões sobre a crise dos partidos na América Latina o autor enfatiza:

[...] a afirmação de que os partidos políticos estão em crise na América Latina é, ao mesmo tempo, equivocada e generalista. Ainda que haja países nos quais os eleitores estejam se distanciando das referidas instituições com o decorrer dos anos, na maioria das unidades nacionais latino-americanas nunca houve um período em que os partidos gozassem de forte manifestação de sentimentos positivos por parte do eleitorado, como simpatia partidária e confiança institucional, o que denota a relevância da verificação de vínculos fortes e crescentes em cerca de metade dos países analisados, onde as legendas têm se enraizado na sociedade (GIMENES, 2015, p. 202).

No Brasil, existe uma robusta produção acadêmica que busca analisar os partidos políticos sob a ótica dos eleitores, enfatizando os sentimentos partidários traduzidos na identificação do eleitorado com as estruturas partidárias. Trabalhos de Eder Gimenes, Ednaldo Ribeiro, Julian Borba, Luciana Fernandes Veiga, Maria Dalva Kinzo e Yan Carreirão são algumas referências dessa produção.

De acordo com Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) o tema da identificação partidária é tratado historicamente na literatura de ciência política. Nesse nicho duas escolas destacam-se no estudo do fenômeno: a Escola de Michigan e a Teoria da Escolha Racional – ambas com perspectivas analíticas distintas sobre o mesmo objeto. Para a escola de Michigan a identificação partidária se origina de uma adesão de base psicológica aos partidos, sendo uma vez formada, tende a tornar-se estável, onde os eleitores formam a sua concepção identitária e orientam suas ações por ela. Dalton e Wattenberg (2002) descrevendo essa percepção destacaram que “o vínculo partidário seria como uma âncora política, impedindo que os eleitores fossem levados por ondas momentâneas, proporcionando um comportamento mais estável no sistema democrático”. Já para a teoria da escolha racional os atores políticos (eleitores e candidatos) são seres racionais que moldam suas decisões pelo critério do que lhe seja mais útil e benéfico. Em sendo assim, um eleitor, observando que um partido político se comporta em conformidade com seus interesses, defendendo ideias que lhe são úteis acaba em uma próxima eleição utilizando esse conhecimento prévio para decidir seu voto economizando, assim, recursos, especialmente o tempo, para se informar e fazer sua escolha. Portanto, por essa perspectiva, a identificação eleitoral é maleável (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

O fato é que os níveis de identificação são indicadores fortes de quão institucionalizado é um sistema partidário – apesar de presenciarmos internacionalmente um declínio nos níveis de identificação partidária (BAQUERO, 2003; DALTON, 2013; MOISÉS, 2008; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; VEIGA, 2011). Kinzo (2005) chegou a esperar que no Brasil, dado o contexto da retomada de eleições diretas nos anos 80, a experiência contínua de pleitos com os mesmos partidos protagonizando as disputas faria crescer a lealdade partidária. Entretanto, ao se debruçar sobre os dados do Datafolha, verificou que a preferência partidária no período de 1989-2002 foi reduzida sinalizando que os partidos estariam priorizando candidaturas pessoais em detrimento do desenvolvimento de laços entre partidos e eleitores (VEIGA, 2011).

Segundo Luciana Fernandes Veiga (2011) os períodos de maior fragilidade da identidade partidária no Brasil foram: em 1987 – quando o multipartidarismo estava se restabelecendo; e em 2005, em meio ao escândalo do mensalão. Ainda, destacou que até 1994 o PMDB era o partido com maiores índices de identificação pelo eleitorado e o Partido dos Trabalhadores o que mais adeptos vêm ganhando em termos de identificação, principalmente pela sua origem diferenciada e por ter se mostrado como um partido programático. O PSDB, apesar de figurar como uma legenda importante nacionalmente não consegue traduzir seu prestígio em identificação. Em recente trabalho desenvolvido por Gimenes (2015) foi constatado que:

Em se tratando especificamente do caso brasileiro, o conhecimento acumulado nesta tese demonstra que a relação do eleitorado com os partidos é de não alinhamento parcial, já que a manifestação de laços partidários é decrescente e encontra-se concentrada em um único partido, o PT. A ausência de partidarismo está desproporcionalmente distribuída entre independentes apolíticos, que correspondem a mais de dois terços do eleitorado nacional e representam um problema ao desenvolvimento democrático por sua baixa capacidade de atuação do campo da política, e apartidários, cujo afastamento foi verificado em escala crescente nos últimos anos, o que é positivo à democracia na medida em que entre tais eleitores, com alta sofisticação política e que não se utilizam de vínculos partidários para se posicionar e atuarem no campo político, o afastamento das instituições representativas não implica no alheamento da política, conforme demonstram os testes acerca do envolvimento dos brasileiros por meio do comparecimento eleitoral e de protestos (GIMENES, 2015, p. 202).

O cientista político André Singer (1999) destacou que a identificação ideológica do eleitor brasileiro é uma das características componentes do exercício do sufrágio. Partindo desse estudo constatou que boa parte do eleitorado Brasileiro – nas eleições 1989 e 1994 – na hora de decidir em quem votar levou em consideração o aspecto ideológico, mesmo sem ter clareza do que constitui um pensamento

político de esquerda e de direita. Essa identificação partidária encontra respaldo na escola de Michigan onde a predisposição identitária está atrelada a questões de ordem psicológica.

Bernard Manin (1996) já referia que a democracia de partidos encontra-se em uma profunda crise e que as formas de representação se encontram em constante metamorfose. No entanto, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) destacam: “considerando o caráter representativo das democracias contemporâneas, os partidos são as principais instituições a desempenhar a função de mediação entre os eleitores e o sistema político”.

Feito essas breves considerações sobre os partidos políticos passamos a analisar na próxima seção a construção do espectro ideológico no Brasil, já que nossa hipótese de pesquisa está calcada nessa diferenciação.

#### 2.4 A DIFERENCIAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESPECTRO IDEOLÓGICO AINDA FAZ SENTIDO NO BRASIL

A diferenciação partidária por meio de um espectro ideológico que contempla esquerda, centro e direita e que ocupou um papel central desde a Revolução Francesa e ao longo dos séculos XIX e XX, passa por uma transformação e reflexão sobre o seu papel explicativo (MADEIRA; TAROUÇO, 2011). A queda do muro de Berlim, em 1989, estabeleceu uma ampla e profunda agenda de pesquisas que se debruçou sobre o dilema da existência ou não de um espectro ideológico dos partidos políticos. Isso porque alguns autores, entre eles, Adam (1996), Coletti (1994) e Tessitore (1996), acreditavam que com a queda do comunismo soviético não haveria razões para opor o mundo em espectros distintos, sustentando haver um grande trânsito de ideias entre partidos de diferentes concepções onde pautas tradicionalmente defendidas pela esquerda estavam sendo incorporadas por forças políticas de direita e vice-versa, numa clara e evidente constatação de que as diferenciações programáticas perdiam consistência no cenário político, especialmente da Europa (BOBBIO, 1995).

Esse posicionamento tencionou as relações intelectuais e promoveu diversas análises sobre o tema. Entre seus críticos destaca-se Norberto Bobbio, cuja obra intitulada “Direita e Esquerda, Razões e Significados de uma Distinção Política” tornou-se clássica para a compreensão do cenário. O autor é categórico ao afirmar que “não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise” (BOBBIO, 1995, p. 51).

Sustentou ainda que ao contrário do que esses autores informavam, a distinção entre esquerda e direita está cada vez mais demarcada na política contemporânea, já que “não houve apenas a esquerda comunista, houve também, e há ainda, uma esquerda no interior do horizonte capitalista” (BOBBIO, 1995, p. 31). Dessa forma, assim define o fenômeno:

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivo no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, como veremos melhor a seguir, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda (BOBBIO, 1995, p. 31).

Anthony Giddens, em 1996, publicou uma obra chamada “Para além da Esquerda e da Direita” onde tece reflexões importantes para pensar o espectro ideológico, trazendo elementos que dialogam com os postulados de Bobbio. Segundo Giddens, é preciso compreender que mudanças na ordem política e social levaram a uma complexidade de fatores que fizeram emergir novas perspectivas políticas que vão muito além da dicotomia esquerda/direita, sustentando a tese da “terceira via” – teoria que esboçou com maior propriedade em outras obras. Ainda, em 2005, Giddens destacou que “desde seus primórdios, no final do século XVIII, a distinção entre esquerda e direita permaneceu ambígua e difícil de estabelecer claramente” (GIDDENS, 2005, p. 47).

No Brasil a discussão teórica sobre o espectro ideológico não foge aos mesmos desafios estabelecido no âmbito internacional, há uma diversidade de trabalhos debruçando-se em compreender essas dicotômicas nuances, especialmente numa democracia como a brasileira: multipartidária e permissiva, que resultou na existência de mais de trinta partidos. Nesse contexto, o estabelecimento de um espectro ideológico claro que agrupe esse universo significativo de

agregações torna-se cada vez mais difícil.

Rafael Madeira e Gabriela Tarouco (2011) destacam essa problemática elucidando que “no Brasil, se identifica claramente esta sensação de crescente indiferenciação ideológica entre os principais partidos políticos, tanto no nível do senso comum e no discurso dos próprios políticos, quanto nos discursos jornalísticos”.

O período da última transição democrática do país foi, sem sombra de dúvidas, um espaço privilegiado das ideologias no cerne da produção acadêmica intelectual. Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso, em 1975, demonstravam que os eleitores brasileiros apresentavam características que indicavam uma espécie de consciência política coletiva que, em função da opressão do regime militar, estava silenciosa a espera de uma oportunidade segura para se manifestar. Num contexto marcado fortemente pelo bipartidarismo, a elite política brasileira e os eleitores só possuíam dois caminhos: o MDB – que assumia a postura de oposição ao regime militar, com lideranças políticas heterogêneas do ponto de vista do espectro ideológico; e a Arena – que cultivava uma ideologia conservadora, de direita e defensora do regime. Do ponto de vista social, as pesquisas indicavam que era o MDB o partido onde concentrava a maior massa de trabalhadores assalariados, enquanto na Arena estavam os mais abastados economicamente (LAMOUNIER; CARDOSO, 1975).

Na mesma direção acena o estudo de André Singer (1999), já num contexto pós-redemocratização. O autor buscou testar a hipótese de que existe correlação entre a identidade ideológica do eleitor brasileiro e a decisão do voto nas eleições presidenciais, apresentando como resultado uma média e moderada conexão entre essas duas variáveis, demonstrando que a identificação ideológica é uma das características componentes do exercício do sufrágio no Brasil. Dito de outro modo, o que Singer (1999) constatou é que boa parte do eleitorado Brasileiro – nas eleições 1989 e 1994 – na hora de decidir em quem votar levaram em consideração o aspecto ideológico, mesmo que não tivessem clareza precisa do que corresponde cada ponto.

Ao promover o cruzamento de dados, Singer (1999) notou que os eleitores mais conservadores e de direita tendem a se constituir em dois grupos: ou possuem alta renda – e a preferência ideológica seria justificada pela defesa dos próprios interesses – ou possuem baixa renda – e a escolha pela direita seria a transformação das condições sociais pela ordem, sem rupturas com o sistema. Já entre os que se identificam com a esquerda estão os com escolaridade média mais elevada, mesmo que a renda não seja muito alta, tendo como percepção de solução para

os problemas sociais o engajamento em organizações populares que promovam diálogos entre as demandas da sociedade para com o Estado. Os eleitores de centro seriam, na opinião do autor, muito cobiçados pelos políticos, por ser o fiel da balança das eleições, são: “mais escolarizados e tendem ao centro porque têm uma posição moderada, eles não querem nem um radicalismo para um lado, nem para o outro” (SINGER, 1999, p. 22). Ainda, concluiu haver uma estabilidade da identificação ideológica onde 15% do eleitorado estão na esquerda; 30% na direita, e o restante distribuído pelo centro, centro-esquerda e centro-direita.

A obra de Singer (1999) não foi poupada de julgamentos. O cientista político Fábio Wanderley Reis, por exemplo, em 09 de setembro de 2000, num texto publicado no jornal “Folha de São Paulo – Jornal de Resenhas” tece duras críticas aos achados do autor, refutando algumas conclusões encontradas e colocando em debate a forma metodológica utilizada na agregação dos dados. A primeira crítica emitida está na constatação – inclusive elucidada na obra de André Singer – de que a grande maioria dos eleitores brasileiros desconhece os significados dessas categorias. Reis afirma que em pesquisa realizada na cidade de Belo Horizonte, MG, o percentual de eleitores que desconheciam os significados de direita, centro e esquerda chegavam a mais de 90%. O texto de Singer (1999) demonstra que mais de 60% da sua amostra desconheciam o significado desses termos e que 20% confundiam o espectro com o binômio “situação versus oposição”. Nessa esteira, Reis (2000), leciona:

[...] a posição de Singer acaba por sugerir o oxímoro de uma "ideologia não- ideológica", paradoxo, aliás, utilizado quase nesses termos em avaliação do trabalho de Levitin e Miller citada com aprovação tácita por ele (pág. 35). Seja como for, o componente cognitivo da ideologia desaparece na perspectiva de André Singer. Daí que o eleitor que sua análise levaria a classificar como "ideológico" possa corresponder igualmente a qualquer dos dois casos seguintes: em primeiro lugar, o do eleitor sofisticado que, ao decidir como votar, traz seus valores à avaliação de como problemas diversos da conjuntura se articulam com um diagnóstico informado do próprio sistema sociopolítico geral em que vive e atua; em segundo lugar, o do eleitor tosco que ouviu cantar

o galo de "esquerda" e "direita", teve sua simpatia por uma ou outra despertada por motivos espúrios e projetada sobre partidos ou candidatos os traços que sua desinformação lhe dita como cabíveis (REIS, 2000).

Em réplica, André Singer, em 14 de outubro de 2000, no mesmo veículo de comunicação, esclarece as críticas emitidas por quem chamou de “intelectual de primeira linha”, sustentando que todos os dados seguiram rigorosamente análises estatísticas. Talvez a parte mais emblemática de sua resposta esteja neste fragmento:

O conteúdo de esquerda e direita é relativamente variável e subjetivo. Como mostrou Giovanni Sartori - a quem eu teria lido mal, segundo o resenhista-, esquerda e direita são elementos tão usados na gramática política justamente por funcionarem como caixas vazias, nas quais é possível colocar sempre novos conteúdos. Mas, se são caixas vazias, qual é a sua utilidade, afinal? Ocorre que esquerda e direita funcionam como sinalizadores de diferentes posicionamentos dos partidos e candidatos ao longo de um mesmo eixo. São úteis porque organizam, concentram e simplificam um feixe variável de conteúdos, muitas vezes percebidos vagamente pelo público de massa, que permitem aos candidatos, partidos e eleitores "conversarem" sobre as disputas democráticas.

Yan de Souza Carreirão, em 2002, publicou um artigo na Revista “Opinião Pública” onde logo no início afirma que o objetivo é testar a hipótese de Singer de que a “identidade ideológica” dos eleitores é um fator central na decisão do voto para presidente. Seus achados permitiram elucidar que faz sentido uma identidade ideológica para parte do eleitorado, em especial os mais escolarizados.

Parece haver, para cada faixa de escolaridade dos eleitores, uma combinação diferente dos comportamentos acima descritos naquele exercício lógico: entre os eleitores de maior escolaridade há maior proporção de eleitores naquela primeira situação, ou seja, eleitores "ideológicos". [...] os dados não permitem dizer

que os eleitores "ideológicos" sejam maioria mesmo entre os eleitores de nível superior. As correlações entre as diversas opiniões específicas destes eleitores, apesar de maiores do que as existentes entre os eleitores de menor escolaridade, não são altas, sendo de ordem moderada, em sua maioria. Quanto aos eleitores de menor escolaridade, um "voto ideológico", no sentido forte (baseado em um "sistema de crenças" mais estruturado), é ainda mais raro do que entre os eleitores com alta escolaridade, no que, aliás, o eleitorado brasileiro não parece se diferenciar muito do da maioria dos países (CARREIRÃO, 2002, p. 74).

Nesse contexto, Carreirão (2002) contribui no sentido de demonstrar que a variável escolaridade é um importante preditor para medir a sofisticação política e, conseqüentemente, "distinguir os tipos de eleitores para os quais podemos ter uma previsão mais ou menos acurada do voto". Destaca ainda que a análise do auto posicionamento dos eleitores no espectro ideológico parece ser o indicador mais frágil da afirmação de identidade ideológica, parecendo exagerado o peso dado por Singer já que outras variáveis concorreram em maior grau na determinação das eleições presidenciais brasileiras recentes (leia-se 1989/1994).

Torna-se fundamental destacar que a eleição de 1989 esteve fortemente influenciada pelo movimento das "Diretas Já" e o recente retorno ao regime democrático no país, onde a distinção das ideologias parecia estar fortemente demarcada no espaço público. Tanto os estudos de Singer (1999) quanto os de Lamounier e Cardoso (1975) estão imersos em um universo muito associado à transição democrática, onde os ânimos e o universo político permitiam uma dicotomia revelada em maior grau pelo binômio "regime militar versus oposição" do que propriamente direita versus esquerda.

Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1995) revelaram que os parlamentares além de apresentarem comportamento coeso e disciplinado com as orientações partidárias ainda votam conforme o campo político-ideológico ao qual estão inseridos, afirmando que "a filiação partidária nos diz muito a respeito do voto provável do parlamentar. Votações tendem a dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda" (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995, p. 17).

Leôncio Rodrigues (2002) observou o perfil social dos deputados federais (escolaridade, patrimônio, origem profissional) evidenciando que existem padrões sociais distintos e fortemente demarcados entre os parlamentares de diferentes blocos ideológicos, o que sinaliza para formas distintas de recrutamento das elites políticas. Sua análise destacou que em determinadas siglas há parlamentares com características específicas e particulares que podem revelar uma característica ideológica do partido, a saber: o fato de o PFL (atual DEM) contar com maior número de empresários entre os seus parlamentares e o PT e PDT possuir maior número de professores tende a sinalizar que tais legendas defendam os interesses voltados às suas esferas sociais, associando aquela agremiação partidária à direita e estas duas a esquerda do espectro ideológico.

O que Rodrigues (2002) buscou estabelecer é que quando um partido reúne, em sua maioria, lideranças do alto ramo empresarial, suas bandeiras irão em direção à defesa dos interesses desse agrupamento, por exemplo. Partindo dessa constatação, parece ser coerente a análise do autor na medida em que comprova que a composição social das bancadas encontra estreitas relações com o postulado ideológico dos partidos. Assim, não restam dúvidas de que os partidos políticos assumem o papel de protagonistas em defesa dos interesses das ideologias que representam.

Em recente trabalho defendido em nível de doutoramento na Universidade Federal de Santa Catarina, Fernando Scheeffler (2016) destacou:

Ao buscarmos com o devido rigor interpretar o significado da dicotomia esquerda/direita, tudo indica que não faz sentido compreendê-la nos moldes da Revolução Francesa, assim como atualizações como a proposta por Bobbio (1995) se referem apenas a novos agrupamentos das ideologias clássicas. Dado o momento atual e as características do que vem sendo chamado de sociedade pós-industrial, não convém nos atermos apenas ao binômio Estado/mercado ou igualdade/desigualdade, dada a diversidade de temas que cunham o cenário político atual (SCHEEFFLER, 2016, p. 245).

O que Scheeffler (2016) buscou demonstrar é que embora os temas clássicos da distinção entre os blocos ideológicos sejam

relevantes para o enquadramento do pensamento político de cada espectro ideológico, é preciso adicionar novos elementos capazes de incorporar novos pontos de vista, considerando a temática multifacetada e labiríntica.

O autor destacou que: “em temas com teor ideológico a ideologia prevalece e os partidos em sua maioria se posicionam de forma coerente com o que é esperado do ponto de vista político-ideológico” (SCHHFFER, 2016, p. 246).

Ao analisarmos toda essa literatura, filiamo-nos ao entendimento de que as ideologias encontram-se vivas e fortemente demarcadas não só no discurso eleitoral, mas na prática social e no interior dos partidos e do parlamento. O que Bobbio (1995) preceituou está cada vez mais vivo na política e precisa ser melhor compreendido pela ciência, levando em consideração, obviamente, as variações que o fenômeno sofreu ao longo dos anos. Por isso, nosso objetivo passa a ser o de descrever, singelamente, o que constitui um partido de esquerda, centro e direita, apresentando, ao final, como se estrutura o espectro ideológico no Brasil.

## 2.5 DA ESQUERDA PARA A DIREITA: PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL E SUA CLASSIFICAÇÃO NO ESPECTRO IDEOLÓGICO

Partindo do pressuposto de que os partidos políticos divergem em questões relacionadas à política, economia, sociedade e temas de ordem moral, há que se concluir que eles se encontram – em função de seus posicionamentos – em linhas ideológicas distintas. Não é nossa pretensão aqui esgotar a discussão epistemológica sobre ideologias e partidos políticos, já que consideramos que uma infinidade de autores já se debruçaram sobre essa temática. No entanto, é nossa obrigação alertar que a literatura especializada não é unânime na classificação dos partidos políticos brasileiros, tampouco, apresenta unicidade no entendimento do que constitui um posicionamento político de esquerda, centro e direita.

Para situarmos o leitor na grande discussão da área, iremos recuperar algumas dimensões teóricas sobre características que os estudos apontam como sendo típicas de cada campo do espectro. Essa descrição será importante nas análises que faremos nos capítulos seguintes, já que a dimensão ideológica constitui, em grande medida, a hipótese central desta tese. Queremos incluir no debate a emergência de novos temas como novos diferenciadores ideológicos (SCHEEFFER,

2016), especialmente aqueles vinculados às pautas de reivindicações da juventude.

Sem sombra de dúvidas a economia aparece como o campo mais importante da diferenciação ideológica, isso porque a condução econômica de um país pode significar mudanças importantes na vida das pessoas. Historicamente, a condução econômica protagonizada por partidos de direita flertaram com o liberalismo econômico e sua receita da mão invisível do Estado, de Adam Smith, preconizando que o mercado deve se regular sozinho, sem a interferência estatal. Com um posicionamento econômico pró-mercado e aberto ao capital estrangeiro, a direita assume o protagonismo na defesa de um Estado mínimo. A esquerda, ao contrário, tende a compreender a economia partindo da concepção de que o Estado precisa regular o mercado defendendo maior intervenção estatal na economia, entendendo que o crescimento econômico não é o único e primordial objetivo a ser alcançado por uma nação (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; BOBBIO, 1995).

Cesar Zucco Jr. (2009, p.1) afirma que “esquerda e direita ainda estão claramente associadas a maior e menor intervenção do Estado na economia, respectivamente, mas houve uma considerável retração das posições mais a esquerda”.

Ainda que a economia seja um dos elementos centrais da distinção dos espectros ideológicos, outros elementos apontados pela literatura tangenciem a diferenciação. Bobbio (1995) traça dois princípios que, segundo ele, tendem a ser incorporados por um ou outro campo do espectro. Segundo o autor, as bandeiras da esquerda buscam a igualdade e a emancipação das pessoas, tendo como máxima a ideia de tratar os iguais como iguais e os diferentes como diferentes. Já as bandeiras da direita se assentam no princípio da individualidade e liberdade das pessoas, acreditando que as conquistas são decorrentes dos méritos pessoais e não de conjunturas sociais.

Singer (1999) considerou que a direita tende a ter posicionamentos mais moralizantes da sociedade – entendimento também compartilhado por Scheeffler (2016) – especialmente com fundamento religioso, posicionando-se contra a regulamentação do aborto, do casamento civil de pessoas do mesmo sexo, da liberalização da maconha, por exemplo. Ao passo que a esquerda tende a ser mais favorável a essas práticas, sedimentados numa perspectiva mais cética das relações humanas. Scheeffler (2016, p. 249) destacou que “os partidos de centro (PMDB e PSDB) se comportam de forma muito

semelhante ou até mais à direita do que alguns partidos considerados como tais”.

Scheffer (2016) conclui:

As maiores clivagens entre esquerda e direita se encontram em temas que excedem a velha discussão relativa a mais ou menos Estado. Vão além do maior ou menor intervencionismo, seja ele econômico ou social. Óbvio que nem todos “novos” temas são totalmente desconexos com os “velhos”, como talvez se possa imaginar. Em se tratando de questões morais, é notória uma independência que não é constatada, por exemplo, em se tratando de questões ambientais, em que a divergência pode estar em se defender uma maior ou menor regulação estatal do setor, por exemplo. Empiricamente, não faz sentido, pelo menos a partir do conjunto de casos analisados, afirmar que direita e esquerda são termos ultrapassados e que os termos não carregariam consigo significados distintos e, além do mais, serviriam como balizadores do comportamento efetivo dos agentes políticos. Partidos de esquerda e direita se comportam de forma distinta e consideravelmente previsível, mesmo havendo a interveniência de outras variáveis, dependendo do que está em pauta (SCHEEFFER, 2016, p. 249).

Em estudo de nossa autoria, realizado com jovens vereadores do sul do país (NICOLETTI, 2013), pedimos que os entrevistados expusessem seus posicionamentos sobre os seguintes temas: participação dos jovens em marchas do movimento sem terra; legalização do aborto; liberalização da maconha; pena de morte; reforma agrária; casamento de pessoas do mesmo sexo; cotas raciais e sociais nas universidades públicas. Acreditávamos que os pontos de vistas iriam variar conforme a linha do espectro ideológico, já que a literatura nos mostra que existem determinados temas sensíveis a um dos lados do espectro, como, por exemplo, a direita ser mais tendente a defender a pena de morte e a esquerda mais propensa a defender o aborto. No entanto, nos pontos destacados acima, não encontramos diferenças capazes de fazer essa distinção, exceto com relação às cotas sociais e raciais nas universidades públicas.

Quando perguntamos se o parlamentar era favorável a cotas

raciais nas universidades públicas, verificamos que 100% da esquerda colocou-se a favor dessa política compensatória, ao passo que 71,42% dos jovens vereadores da direita colocaram-se contrários. O centro ocupou a posição intermediária com 50% de aceitação da política de cotas raciais. Quando trocávamos a expressão “cotas raciais” por “cotas sociais” verificamos que havia uma melhor aceitação por parte dos parlamentares da direita, 71,42% - o mesmo percentual que é contra as cotas raciais – colocavam-se favoráveis à política de cotas sociais. A esquerda mantinha-se com 100% de aceitação e o centro ocupava mais uma vez a posição intermediária com 50%.

Dessa forma, o que os dados indicaram é que os jovens parlamentares de partidos de esquerda são favoráveis a ambas as políticas, ao passo que os de partidos de direita tendem a serem favoráveis a política de cotas desde que seja social e não racial. Esse é um elemento interessante para a análise, pois apresenta um novo tema a ser testado em outros universos de pesquisa.

Feita a discussão inicial sobre a formação das elites e a importância dos partidos políticos, nos parece fundamental avançar a discussão contemplando um elemento central desta tese, a saber: a juventude e seus desdobramentos. Dessa forma, passaremos a discutir, no próximo capítulo, sobre a disputa conceitual existente ao redor do conceito de juventude.

### **3 DA DISPUTA PELO CONCEITO DE JUVENTUDE AOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: UMA REVISÃO TEÓRICA**

Não restam dúvidas de que a juventude, enquanto objeto de investigação social, conquistou, gradativamente, um espaço privilegiado nas análises no campo das Ciências Sociais, constituindo-se em um nicho acadêmico importante no pensar a sociedade e as dinâmicas estabelecidas entre indivíduos, grupos e instituições. Nessa esteira, um cabedal de trabalhos foi produzido em todo o mundo, colaborando com um significativo acúmulo de conhecimento acerca desse segmento social. No entanto, o conceito de juventude, seja no Brasil ou em outras partes do globo, encontra-se em permanente disputa teórica, estando longe de encontrar um consenso epistemológico na literatura. Por isso, a necessidade de realizar um levantamento do estado da arte em escala local e internacional sobre o tema, desvendando as diferentes concepções teóricas que se debruçam sobre essa temática, sendo esse o principal objetivo da escrita deste segundo capítulo, buscando orientar as análises que faremos a posteriori.

Assim, dividimos este capítulo em cinco seções: na primeira, visamos recuperar a dimensão conceitual do fenômeno, trazendo os principais autores que têm se debruçado sobre essa temática. Na sequência faremos uma discussão que integra a agenda de pesquisas da área, a saber: a produção epistemológica sobre juventude como um período de moratória social. Na terceira seção, buscaremos delimitar uma “faixa-etária” condizente com os propósitos desta pesquisa, elucidando como os principais organismos internacionais e nacionais recortam tal objeto. Na penúltima seção, abordaremos a literatura sobre a formação das atitudes políticas analisando a socialização política – um conceito chave para entendermos os processos de formação de uma vida em sociedade e as esferas que estão imbricadas nesse universo. Por fim, retrataremos as contribuições dos estudos de cultura política e do capital social para o campo da socialização.

#### **3.1 A MULTIPLICIDADE DE CONCEITOS: O QUE AS CIÊNCIAS SOCIAIS E ÁREAS AFINS TÊM ENTENDIDO SOBRE JUVENTUDE?**

Como já referido, o conceito de juventude apresenta característica polissêmica, ou seja, contempla uma pluralidade de significados analíticos que se modificam conforme a área do conhecimento e o

direcionamento teórico escolhido pelo pesquisador. Grande parte da literatura destaca a dificuldade em circunscrever uma definição conceitual homogênea desse grupamento social, o que dificulta a consolidação de uma teoria única sobre aqueles que estão às portas da vida adulta (NICOLETTI, 2013; GAUTHIER, 2005; NOVAES; VANNUCHI, 2004; SCHMIDT, 2001). Nas palavras de Abramo (2005, p. 37):

Quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo, as dificuldades aparecem, e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo. Muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra. Há muitos ângulos pelos quais se pode abordar o tema (diferentes designados pelo mesmo termo); cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte e, dentro delas, diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir.

Ainda que nossa pesquisa se insira no campo das Ciências Sociais – especificamente na área da sociologia política – não podemos nos abster de elucidar o que outras áreas do conhecimento têm produzido acerca dessa temática, principalmente os estudos da área da educação e da psicologia, áreas que historicamente também procuram enfrentar esse objeto e que podem ser aliadas num processo de construção e amadurecimento da produção epistemológica sobre a juventude. Por isso, a escolha de também explorá-las sem qualquer pretensão de esgotar a discussão sobre o tema.

Alguns estudos voltados para a área da educação enfatizam que o desenvolvimento do sistema escolar moderno foi um importante indutor para a distinção entre as três fases da vida, a saber: crianças, jovens e adultos, já que a escola passou a significar um espaço de aprendizagem que separa os saberes, reservando aos mais velhos o monopólio do conhecimento – o que os diferencia das comunidades mais jovens (SCHMIDT, 2001; ARIÉS, 1978). De acordo com Philippe Ariès (1978), na Europa da Idade Média não havia uma nítida distinção entre os distintos segmentos. Hoje, segundo Neil Postman (1999), essa reserva de conhecimento passou por fortes transformações, principalmente com o surgimento da televisão, um mecanismo de

comunicação de massas que se tornou de acesso universal, tornando a recepção do conhecimento igualitária entre jovens e adultos – ressalvadas a classificação etária determinada por lei.

Já a psicologia, por exemplo, nos primórdios da sua produção científica sobre juventude, apresentou uma maior convergência teórica sobre o conceito, tendendo a compreender tal categoria partindo de uma visão biológica. Na realidade, a expressão fortemente recorrente nos estudos de psicologia é o termo “adolescência” – período que se inicia com a puberdade e se encerra com as modificações físicas no corpo do adolescente (ABRAMO, 2005; SCHMIDT, 2001). Por essa perspectiva é impossível definir um recorte etário preciso, enquadrado em uma determinada faixa-etária, pois para um adolescente poder migrar para o mundo adulto é preciso que características biológicas atinjam o desenvolvimento do seu corpo.

Na contramão dessas definições, os estudos das ciências sociais e da própria psicologia social passaram a questionar a definição de juventude baseada exclusivamente em aspectos de ordem biológica, pois não há como descartar aspectos relacionados ao meio social dos indivíduos – suas vivências culturais e regras socialmente construídas – como elementos caracterizadores deste conceito, analisando, por exemplo, os rituais de passagem de uma fase da vida para outra (NOVAES; VANNUCHI, 2004). João Pedro Schmidt (2001, p. 184) sintetiza o espírito da discussão epistemológica sobre juventude nas ciências sociais, afirmando que a “idade é um fenômeno social e não apenas biológico”.

Pierre Bourdieu, um importante sociólogo francês, tornou-se referência obrigatória nos estudos sobre juventude, principalmente depois do seu escrito “A juventude é apenas uma palavra” publicado em 1983, onde apontava que as divisões entre idades, principalmente os cortes etários, são arbitrários, haja vista que sempre seremos jovem ou velho perante alguém. O que o autor chama a atenção é que a definição de juventude e de velhice não são categorias dadas por si só, mas construções que emergem das relações sociais que têm como origem a reprodução de práticas para manutenção do poder por determinados segmentos (BOURDIEU, 1983). A esse respeito, Bourdieu (1983), apresenta exemplos de sua tese, vejamos:

Há alguns anos li um artigo sobre as relações entre os jovens e os notáveis na Florença do século XVI que mostrava que os velhos propunham aos jovens uma ideologia da

virilidade, da virtú e da violência, o que era uma maneira de se reservar a sabedoria, isto é, o poder. Da mesma forma, Georges Ouby mostra bem como, na Idade Média, os limites da juventude eram objeto de manipulação por parte dos detentores do patrimônio, cujo objetivo era manter em estado de juventude, isto é, de irresponsabilidade, os jovens nobres que poderiam pretender à sucessão (BOURDIEU, 1983, p. 12).

Por esse viés interpretativo, a categoria de juventude é uma construção social criada para legitimar um monopólio de poder, que coloca a responsabilidade pelas decisões mais importantes em uma sociedade nos grupos mais velhos. Esse discurso é reproduzido nas dinâmicas sociais sob o argumento de que aos mais novos falta experiência e maturidade para as principais decisões na vida pública e privada. Portanto, a arbitrariedade está na reserva de poder de um grupo sobre o outro e no papel social que determinado segmento ocupa na estrutura social.

Bourdieu (1983) chama-nos a atenção informando que os elementos caracterizadores de juventude não são universais e replicáveis em qualquer campo:

Cada campo possui suas leis específicas de envelhecimento: para saber como se recortam as gerações é preciso conhecer as leis específicas do funcionamento do campo, os objetos de lutas e as divisões operadas por essas lutas [...] Isto é muito banal, mas mostra que a idade é um dado biológico socialmente manipulado; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p. 22).

O que Bourdieu (1983) está nos dizendo é que em sociedades onde os jovens precisam ingressar muito cedo no mundo do trabalho, por exemplo, ou até mesmo onde a expectativa de vida da população é menor, a juventude – enquanto recorte cronológico – apresentará características diferentes de sociedades onde há um adiamento da formação de família e ocupação de postos de trabalhos. Novaes e Vannuchi (2004, p. 10) corroboram tal argumento, afirmando: “são

arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de uma fase da vida para outra”. Assim, ao trabalhar com o tema é crucial perceber os aspectos que norteiam o objeto de análise, principalmente as relações que estão imbricadas no ordenamento social.

Bourdieu (1983) chegou a afirmar que na tensão existente entre os mais novos e os mais velhos surgem, pelo menos, dois tipos de juventude: a burguesa e a das classes populares, ou seja, as modalidades de ser jovem não se manifestam da mesma maneira entre a classe popular e não popular, o que implica que os recursos disponíveis a um dado grupo não estão presentes de maneira simétrica. Tais conclusões são relevantes no sentido de chamar a atenção ao fato de que existem variáveis e características que distinguem os atores, seja pela cultura a qual estão imersos, seja pela estrutura da sociedade que os condicionam a agir de determinada maneira (NICOLETTI, 2013). Alguns autores, influenciados por esses escritos, tratam do tema no plural, falando em “juventudes”, acreditando ser esta a maneira mais coerente de tratar tal segmento (SANTOS, 2010; NOVAES, 2007; SOUSA, 2002; KRAUSKOPF, 2000).

Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) escreveram um ensaio cujo título é “La juventud es más que una palabra” em clara provocação aos escritos de Bourdieu. Os autores propõem ampliar a definição conceitual de juventude trazida pela visão bourdieusiana – que segundo eles, trata do fenômeno como um mero signo – desenvolvendo como principal tese a juventude como moratória (conforme veremos adiante). Assim, elucidam:

[...] se ha llegado a considerar a la juventud como mero signo, una construcción cultural desgajada de otras condiciones, un sentido socialmente constituido, relativamente desvinculado de las condiciones materiales e históricas que condicionan a su significante. Cuando Bourdieu titula: “La juventud no es más que una palabra”, parece exasperar la condición de signo atribuida a la juventud. Claro está que presenta en sus análisis la polisemia de esta palabra, su distinto sentido según el contexto social en que es usada (profesión, gobierno, atletismo) y también su papel en las disputas por la riqueza y el poder, tratando de evitar el naturalismo espontáneo que surge alrededor de la noción en una primera

aproximación por parte del sentido común (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 2).

Os autores propõem compreender a juventude incorporando variáveis que contemplam aspectos: históricos, materiais, sociais, culturais e, inclusive, biológicos, ampliando o escopo da compreensão desse segmento. A juventude não é uma categoria dada exclusivamente por características biológicas, pois se assim fosse, como explicaríamos o fato de que tal conceito apresenta variações, muitas vezes significativas, de sociedade para sociedade? Como por exemplo, a extensão do período de juventude em sociedades com expectativa de vida mais longa e o encurtamento dessa caracterização em comunidades com baixa expectativa de vida.

Schmidt (2001) reconhece a heterogeneidade de formas plurais de juventude trazidas por Bourdieu (1983) e Margulis e Urresti (1996), mas chama a atenção para o fato de haver características universais entre os membros dessa categoria social, destacando que

No tocante à juventude, a produção científica das últimas décadas tem acentuado algumas características que, se não valem do mesmo modo para os diferentes países e meios sociais, aparecem de modo insistente em diferentes espaços sociais (SCHMIDT, 2011, p. 187).

Entre as características universais estão: a transitoriedade (possibilidade de mudança, já que os jovens estão em período de experimentação social, ampliando o escopo de percepção de realidades sociais); a marginalidade (os jovens estão à margem do mundo do trabalho, do acesso aos postos de decisão, das instituições, o que favorece o descompromisso com o sistema social); a adaptabilidade (são mais propensos a se adaptarem a novas realidades sociais, assimilando hábitos e atitudes inconscientes); a potencialidade de mudança (os jovens não são progressistas nem conservadores por natureza; eles estão mais propensos a mudanças de posicionamentos e comportamento) e, por fim, a reação contra o mundo adulto (questionamento do conjunto da realidade social, identificada com os adultos).

Do nosso ponto de vista, reconhecemos a existência de variáveis e elementos sociais que diferenciam tipos distintos de juventude, assim como existem diferenças marcantes em outros segmentos sociais (por exemplo, mulheres, adultos e idosos), mas encará-las do ponto de vista epistemológico como objetos distintos não nos parece a melhor decisão

metodológica, já que, como vimos, mesmo com origens e estilos de vida diferentes, os jovens integram um mesmo grupamento social compartilhando características comuns que os aproximam (SCHMIDT, 2001). O que queremos dizer é que é crível que existam diferenças marcantes entre os jovens em uma mesma sociedade, no entanto, essas diferenças não afastam a unidade dessa categoria. A juventude deve ser encarada como uma categoria social heterogênea, mas com características comuns que as unem (transitoriedade, marginalidade, adaptabilidade, potencialidade de mudança e reação contra o mundo adulto). Dessa forma, filiamo-nos ao conceito adotado por Schmidt (2001, p. 186), a saber:

Os conceitos de juventude e adolescência indicam fenômenos históricos e sociais (não existem do mesmo modo em todas as épocas históricas e em todos os meios de uma determinada sociedade), com diversidades internas (os segmentos juvenis de uma mesma geração podem ser, em algumas dimensões, tão diferentes entre si quanto de uma geração para outra), mas cujos componentes compartilham elementos culturais atitudinais comuns, próprios da sua geração (SCHMIDT, 2001, p. 186).

Assim, a juventude deve ser entendida como uma categoria socialmente construída, que transcende o determinismo biológico, incorporando variáveis de ordem histórica, cultural, social e política. É preciso compreender os jovens como atores potenciais da sociedade com características típicas de sua condição, encontrando-se em uma posição estratégica favorável a mudança social (GAUTHIER, 2005; NOVAES; VANNUCHI, 2004; PAIS, 2003; SOUSA, 2002; SCHMIDT, 2001; GROppo, 2000; MARGULIS; URRESTI, 1996).

O que vimos nesta seção é a existência, nos estudos da área social, de uma convergência ao compreender os jovens como membros de uma categoria social moldada pelo comportamento da sociedade, mas, ao mesmo tempo, uma disputa significativa na forma de compreender e estudar essa categoria. Na seção que segue entraremos num tema recorrente e importante nas análises sobre juventude: a fase de moratória social.

### 3.2 JUVENTUDE COMO FASE DE “MORATÓRIA”

O dicionário Aurélio (2002) apresenta como uma das definições de moratória o “ato de adiar os vencimentos das dívidas, suspendendo os pagamentos e ações na justiça”, e é com analogia a essa situação que surge, no cerne da produção acadêmica sobre juventude, o termo “moratória”, cujo objetivo é destacar o período em que aos jovens é permitida a suspensão de certas obrigações e responsabilidades – como trabalhar e constituir família – justificada como um elemento construído socialmente que permite aos jovens (ou a alguns jovens) fazer suas escolhas e experimentar o mundo (SANTOS, 2010; PEREIRA, 2007).

Foi o psiquiatra alemão, Erik Erikson (1968), quem desenvolveu o conceito de moratória psicossocial, definindo-o como um compasso de espera nos compromissos adultos – amparado pelas instituições sociais. Em 1983, Bourdieu argumentou que essa fase de moratória não contemplava toda a juventude, mas apenas a da classe burguesa, que possuía condições econômicas e materiais para postergar determinados papéis sociais para outro estágio da vida.

Visando incorporar na análise todas as camadas sociais, Margulis e Urresti (1996), desenvolveram duas categorias de moratória, a social – que está voltada principalmente para as camadas mais abastadas economicamente – e a vital – presente em todos os estratos sociais. Em linhas gerais, a moratória social está relacionada a uma permissão da família para que o jovem postergue suas responsabilidades com a sociedade. É com base nessa permissão que o jovem adia a sua entrada no mundo do trabalho, por exemplo, dedicando-se aos estudos, ao lazer e a sua aprendizagem para a vida. Nesse período o jovem é pouco cobrado pela família, e esse interstício é justificado como a fase do amadurecimento (SANTOS, 2010; PEREIRA, 2007). A esse respeito transcrevemos entendimento de Margulis e Urresti (1996, p.10):

Los recursos que brinda la moratoria social no están distribuidos de manera simétrica entre los diversos sectores sociales. Esto significa que la ecuación entre moratoria y necesidad hace probablemente más corto el período juvenil en sectores populares y más largo en las clases medias y altas. Lo mismo sucede con la condición de género, hay más probabilidades de ser juvenil siendo hombre que siendo mujer, ya que los hijos implican urgencias distintas en la inversión del crédito social disponible. Esto se superpone con la

condición instaurada por la fecha de nacimiento y el mundo en el que los sujetos se socializan, que vinculan la cronología con la historia.

Como se pode perceber, os autores chamam a atenção para o fato de que, quanto mais alta for a camada social em que o jovem está inserido, maior será o seu período de moratória. Nas camadas populares, os jovens precisam trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família e/ou sustentar sua própria família, tendo pouco tempo para se dedicarem exclusivamente ao seu amadurecimento, investindo menos tempo nos estudos. Há, portanto, menos recursos sociais e institucionais à sua disposição. Já a moratória vital é comum a todas as classes, marcada pela fase de vigor juvenil e afastamento da morte. Esta seria uma moratória característica da condição juvenil, afastando elementos de diferenciações sociais,

Tomando la noción de moratoria vital (capital energético) como característica de la juventud, se puede hablar de algo que no cambia por clase, sino que depende de un segmento -en cierto término del desarrollo de la economía del cuerpo- de sus fuerzas disponibles, de su capacidad productiva, de sus posibilidades de desplazamiento, de su resistencia al esfuerzo. Por sobre ese capital, que podríamos identificar también como valor de uso, se monta y desarrolla el valor de cambio, esto es, el lenguaje social que compatibiliza esa diferencia energética en un signo (capital simbólico) que permite su intercambiabilidad, en una abstracción que permite una particular distribución social por clase de ese capital, en el que juegan los intereses del “mercado” (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 6).

O fato é que “a condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma a todos os jovens” (SOUSA; DURAND, 2002, p. 171). Por isso, a importância teórica em distinguir “moratória social” e “moratória vital”, conceitos centrais para refletir sobre as distinções verificadas na variação de padrões de cumprimento de papéis sociais de um mesmo agrupamento.

### 3.3 VARIAÇÕES E PERSPECTIVAS NA DEFINIÇÃO DO “COORTE ETÁRIO” NOS ESTUDOS DE JUVENTUDE

Com base no que destacamos nas seções antecedentes, a juventude constitui um agrupamento social heterogêneo, cujos valores, práticas e rituais são moldados pela sua vivência em sociedade. Esse é um conceito de juventude, levando em consideração a produção intelectual da área aqui já esboçada. No entanto, esta seção buscará demonstrar como os organismos internacionais, nacionais e a legislação vigente no país definem o recorte etário de juventude, lembrando que esse recorte constitui-se em arbitrários sociais (para usar as palavras de Bourdieu, 1983). Tal delimitação é pouco consensual nos estudos de juventude, por isso, tentaremos abordar, pelo menos, os principais recortes trazidos para, ao final, delimitar aquele que será utilizado nesta tese. Schimidt (2001, p. 186) elucidou que na pesquisa realizada em sua tese “foram encontrados como limites extremos de juventude as idades de 12 anos e 35 anos”.

Em 1985, a Organização das Nações Unidas (ONU), em virtude do que foi conhecido como o ano internacional da juventude, definiu como recorte para as análises estatísticas a faixa que vai dos 15 aos 24 anos de idade – faixa essa que se manteve com o Programa Mundial de Ação para a Juventude, de 2000. Nessa mesma direção caminhava boa parte dos estudos sobre juventude no Brasil e no mundo, inclusive o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um importante órgão governamental respeitado no país, chegou a filiar-se a esse recorte. Posteriormente, o próprio IBGE acabou reformulando suas diretrizes com base na Política Nacional de Juventude que entende como melhor recorte aquele que se estende dos 15 aos 29 anos, ampliando significativamente esse escopo. Aliás, essa definição de juventude, compreendida entre os 15-29 anos, é utilizada pelo governo brasileiro na elaboração e implementação de políticas públicas. Sobre o recorte, Regina Novaes (2013) destaca:

Na época da pesquisa do Projeto Juventude [2003], a faixa 15 a 24 anos era o padrão das pesquisas nacionais e internacionais. Posteriormente, a faixa 15 a 29 anos – utilizada pela Unesco – segue a legislação brasileira, que criou em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude e o Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), o que já permitiu visualizar diferentes níveis de escolaridade (NOVAES, 2013, p. 178).

Essa tendência de ampliação do escopo já vinha ganhando relevo nos estudos sobre juventude na Europa, devido principalmente ao crescimento do período de moratória social entre os jovens e ao aumento da expectativa de vida da população em escala transnacional (SCHMIDT, 2001). O texto da Política Nacional de Juventude (2006) esclarece:

A classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso por opção ou por origem - em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências.

No Brasil, em agosto de 2013, passou a vigorar a Lei n. 12.852/2013 que instituiu o Estatuto da Juventude e dispôs sobre o direito dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, uma conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil. O §1º do artigo 1º da lei assim preceitua: “para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Dentro desse espectro há uma diferença etária significativa – são quatorze anos entre 15-29 anos – um período considerável de distanciamento, já que as percepções de mundo e as vivências geracionais podem afetar o processo de concepção dos jovens, conforme a faixa-etária em que estão inseridos. Atentos a essa preocupação, alguns autores dividem o grupo de jovens em: “jovens adolescentes” – dos 15 aos 17 anos e “jovens adultos” – dos 18 aos 29 anos (POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006; GAUTHIER, 2005). E é a análise desse segundo grupo, ou seja, o dos jovens adultos, que esta tese se debruçará, uma vez que o enfoque é observar os jovens no espaço das instituições formais da democracia, precisamente, os jovens eleitos deputados estaduais e federais nos estados da região sul do país (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) desde a Constituição Federal de 1988 – no período de redemocratização do estado brasileiro – até os dias atuais.

Feitas essas considerações acerca da delimitação da faixa etária da juventude, é preciso que passemos a delimitar o nosso recorte, aquele

que utilizaremos como referência na análise do nosso objeto. Em estudo de nossa autoria, denominado: “A presença jovem nas Câmaras de Vereadores dos municípios que compõem a “Azonasul”<sup>2</sup> nas eleições de 2008: trajetória e participação política”, defendido no início de 2013 em nível de mestrado, tentamos utilizar como “coorte” a idade estabelecida nos estatutos das alas jovens – setoriais juvenis dos partidos. No entanto, logo de início, observamos que esse não era um recorte que se apresentava homogêneo, uma vez que as diferentes legendas têm delimitações etárias muito distintas. Por exemplo, o PDT aponta a idade de 32 anos como limite para figurar como membro da juventude, e o PP aponta a idade de 35 anos (NICOLETTI, 2013). Cientes desse problema metodológico e agora respaldados pela legislação de juventude vigente no país, nos parece mais razoável e prudente seguir os recortes utilizados largamente nas pesquisas de juventude contemporâneas e que seguem a legislação nacional vigente.

Nessa direção, o nosso “coorte etário” se estenderá no espectro que compreende dos 21 (idade mínima necessária para um cidadão ser empossado no cargo de deputado estadual e/ou federal, conforme a legislação brasileira) aos 29 anos de idade (considerada como limite de juventude pelo Estatuto da Juventude em vigor no Brasil). Dessa forma, nosso objeto de pesquisa serão os jovens deputados estaduais e federais, eleitos entre as eleições de 1990 a 2012, que na oportunidade em que concorreram possuíam entre 21-29 anos de idade, seguindo, assim, a tendência nacional e internacional de delimitação das faixas-etárias.

Na próxima seção nossa preocupação está em compreender o fenômeno da socialização, apresentando nuances dessa problemática – uma discussão importante para essa tese já que é uma variável determinante para testar parte da hipótese aqui levantada, qual seja, a de que processos de socialização impulsionam os deputados a ingressar na carreira política.

#### 3.4 A FORMAÇÃO DAS ATITUDES POLÍTICAS: OS CAMPOS DA SOCIALIZAÇÃO

A socialização dos atores sociais é um objeto fartamente investigado na literatura das ciências sociais, constituindo-se, também,

---

<sup>2</sup> Azonasul é uma Associação dos Municípios da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul que agrupa 22 municípios com o objetivo de unirem esforços para a defesa de interesses das regiões próximas do extremo sul do país.

como um conceito chave para as análises que faremos na sequência desta tese, especialmente por tangenciar parte de nossa hipótese, quando buscaremos testar a influência familiar na trajetória política da elite investigada. Nessa direção, é importante destacar que diferentes perspectivas analíticas incorporam esse conceito como fundamento da construção epistemológica de suas teorias. Aqui optamos por incorporar, basicamente, três correntes teóricas – do nosso ponto de vista importantes para a compreensão dos mecanismos estruturadores da sociabilidade política dos atores sociais – são elas: a teoria das elites (a qual nos deteremos no terceiro capítulo desta tese, quando apresentaremos os trabalhos sobre trajetórias, recrutamento e seleção de grupos dirigentes); do capital social e da cultura política. Em que pese as distinções por vezes antagônicas do desenho analítico dessas teorias, buscaremos apresentar aproximações possíveis entre elas no que diz respeito ao fenômeno da socialização política e seus espaços de construção de identidades e atitudes políticas.

Compreender como se estabelecem os processos de socialização dos indivíduos de uma dada sociedade – e neste caso estamos falando da sociedade brasileira – é fundamental para compreender os processos de consolidação de uma cultura política que nasce do horizonte das práticas e experiências de seus atores, refletindo em mecanismos estruturadores de relações sociais verticais que reproduzem formas distintas de conceber e/ou acessar o poder. O processo de socialização é, por excelência, desigual, pois sofre influências de uma série de fatores, desde a família, da escola, da mídia e até mesmo da religião (SCHMIDT, 2001).

Schmidt (2001) chama a atenção sobre o uso do termo pela literatura, destacando que:

O termo socialização política é usado de modo razoavelmente unívoco na literatura, designando o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações [...] As grandes discussões não acontecem em torno de uma definição da socialização política, e sim sobre quando ela ocorre (socialização primária e secundária), como ocorre (agências de socialização, socialização manifesta e latente), se existe um padrão de socialização (universalidade x singularidade), bem

como sobre o poder explicativo do conceito (relação entre socialização política e sistema político) (SCHMIDT, 2011, p. 67-68).

Foi no berço da produção intelectual norte-americana que a socialização política surgiu como objeto de investigação científica. De acordo com Schmidt (2001, p. 68) o termo apareceu pela primeira vez em 1954, utilizado por Seymour Lipset, cuja definição conceitual era muito precária. Em 1959, Herbert Hyman escreveu a obra “Political Socialization”, demonstrando que as atitudes e comportamentos políticos tinham como base de transmissão de valores a família, num processo que se inicia logo nos primeiros anos da fase infantil. Em que pese esses trabalhos serem pioneiros na utilização do termo, foram as pesquisas realizadas por David Easton e Jack Dennis (1969), na Universidade de Chicago, que se consolidaram como referências internacionais nos estudos sobre socialização política, principalmente pela considerável amostra de 12.000 crianças norte-americanas. Seus achados permitiram revelar que a influência familiar sobre o processo de consolidação de valores e atitudes políticas possui um peso relevante no processo de socialização, principalmente, no processo de preferências partidárias, já que para eles as orientações políticas transmitidas na infância adquirem resistência à mudança na fase adulta. Foi nessa direção que Easton e Dennis (1969, p.7) definiram o fenômeno como “processos de desenvolvimento através dos quais as pessoas adquirem orientações políticas e padrões de comportamento” (tradução nossa).

No entanto, um arsenal de pesquisas publicadas a posteriori passou a questionar a centralidade da família como fonte de socialização – ampliando o escopo das chamadas agências de socialização. Jennings e Niemi (1974), por exemplo, passaram a investigar a formação dos valores não apenas das crianças, mas também de adolescentes, verificando que quando o meio familiar oferece condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e socioculturais, a escola pode exercer a principal influência sobre a identificação política dos indivíduos (SCHMIDT, 2001, FERREIRA; SOUSA, 1996).

Durante algum tempo os pesquisadores questionavam sobre o momento da ocorrência da socialização. Hyman (1959) chegou a destacar que a formação das atitudes políticas tinha origem nos primeiros estágios do desenvolvimento humano, posição também compartilhada por Easton (1968). Entretanto, os estudos franceses de Annick Percheron (1971) foram os responsáveis por relativizar as análises norte-americanas, compreendendo a socialização política como

um processo contínuo que perdura por toda a vida do indivíduo. Claude Dubar (2005), retratando o trabalho de Percheron (1971), destaca:

Percheron (1971) desenvolve a definição de uma "nova" abordagem dos fenômenos da socialização [...]. Esta nova abordagem propõe uma definição da socialização entendida como a aquisição de um código simbólico resultante de "transações" entre o indivíduo e a sociedade. Qualquer socialização é o resultado de dois processos diferentes: processo de assimilação e de acomodação. Pela assimilação, o sujeito procuraria modificar o seu ambiente para o tornar mais conforme aos seus desejos e diminuir os seus sentimentos de ansiedade e de intensidade; pelo contrário, pela acomodação, o sujeito teria tendência a modificar-se para responder às pressões e aos constrangimentos do ambiente. Desta problemática de base, A. Percheron retira um conjunto de consequências que constituem, segundo ele, a problemática da socialização política: A socialização é um processo interactivo e multidirecional: pressupõe uma transacção entre o socializado e os socializadores; não sendo adquirida de uma só vez, ela passa por renegociações permanentes no seio de todos os subsistemas de socialização. Como afirma A. Percheron, "a socialização assume a forma de um acontecimento, de um ponto de encontro ou de compromisso entre as necessidades e os desejos do indivíduo e os valores dos diferentes grupos com os quais ele se relaciona" (DUBAR, 2005, p. 14).

Partindo dessa constatação, Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) apresentaram uma classificação que vem sendo tomada como referência, ou seja, a divisão em dois tipos de socialização: a primária e a secundária. Em síntese, a socialização primária é entendida como os processos de formação de atitudes que ocorrem na infância, com forte influência da família enquanto uma das estruturas sociais de maior peso nesse processo; já a socialização secundária é fruto das inserções do indivíduo em outros espaços ao longo da sua vida, esferas que permitem transformações de atitudes políticas dos atores sociais que, em contato com outras perspectivas de mundo, passam a ressignificar seus valores.

Esse entendimento tem prevalecido nas análises sobre socialização política, especialmente no Brasil, como veremos em alguns trabalhos, entre eles, Baquero (1997), Baquero e Gonzales (2011). Esses autores assumem a premissa de que a formação das atitudes políticas é fruto de um constante processo que sofre influência de diversos espaços sociais, com forte predomínio de algumas instituições, entre elas a família e a escola.

Schmidt (2001) tentou mapear algumas das que chamou “principais agências de socialização política”, da qual destaca a família, escola, grupo de pares, igreja, ambiente de trabalho, partidos, movimentos sociais e mídia, demonstrando que não existe um padrão universal de socialização. Pelo contrário, encontrou que a influência dessas agências para a estruturação das atitudes varia de um contexto social para outro. Lúcia Rabello de Castro (2009) chama a atenção para o estreitamento entre dois conceitos que julga importantes no estudo desses processos: “socialização política” e “juventude”, informando:

A relação entre socialização política e juventude parece inicialmente tácita. Afinal, parece uma obviedade que política e juventude só se articulem pelo fato de que os jovens ainda não estejam completamente preparados para a atividade política, e sua participação política esteja condicionada a um processo de credenciamento. Portanto, o conceito de „socialização política“ indica, num primeiro plano, o processo de preparação ou habilitação que se faz necessário para que os jovens possam participar da atividade política (CASTRO, 2009, p. 480).

Nesse escopo da produção intelectual sobre socialização política, duas novas correntes teóricas começam a se desenvolver na América do Norte, especialmente nos trabalhos de Almond e Verba (1965) – fundadores da chamada teoria da cultura política – e Robert Putnam (1996, 2000) – um dos grandes autores da teoria do capital social. Enquanto aquela perspectiva teórica introduziu variáveis de ordem social para justificar as escolhas e o comportamento político dos atores, esta inseriu as relações interpessoais como variável explicativa para o desenvolvimento econômico e social de nações. Assim, entendemos ser necessário mergulhar sobre esse universo epistemológico, buscando compreender um pouco mais os pressupostos dessas teorias.

### 3.5 AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE CULTURA POLÍTICA E DO CAPITAL SOCIAL PARA O CAMPO DA SOCIALIZAÇÃO

Os escritos de cultura política e os de capital social têm contribuído no sentido de agregar elementos sobre as percepções dos indivíduos em suas relações com o sistema político e como essas variáveis podem interferir nas relações entre atores e instituições. Enquanto a perspectiva teórica da cultura política toma como objeto de pesquisa os valores e práticas construídas em sociedade e que influenciam a formação de padrões culturais, a teoria do capital social<sup>3</sup> assume como premissa que as redes e relações interpessoais possibilitam o acúmulo de capital social e, conseqüentemente, estreita os vínculos entre cidadãos e instituições democráticas. Ambas as correntes analíticas objetivam revelar como os padrões de comportamento de dada sociedade relacionam-se diretamente com o arcabouço institucional de um dado país.

Marcello Baquero (2001) destacou que elementos hoje vinculados ao pensamento culturalista já se encontravam presentes nas clássicas obras de filosofia política citando, por exemplo, os estudos de Platão, Aristoteles, Montesquieu, Rousseau e Marx. Os escritos de Alexis de Tocqueville também apresentavam fortes relações com o postulado culturalista. Este autor, analisando a estabilidade do regime democrático norte-americano, apresentou três condicionantes para a sua consolidação: as circunstâncias (incluindo aqui a localização geográfica e o posicionamento geopolítico nas relações internacionais); as leis – estruturantes do sistema político; e o que considerou mais importante, o costume – entendido como as disposições morais e intelectuais, opiniões, crenças e hábitos (TOCQUEVILLE, 1987).

Em que pese a dimensão cultural tangenciar os escritos desses clássicos autores, a cultura política, enquanto um ramo independente de

---

<sup>3</sup> A teoria do capital social a qual estamos referindo neste capítulo encontra amparo teórico nos estudos de Putnam (1996) e Inglehart (1997) e toma como perspectiva as “redes, normas e valores que favorecem a cooperação entre as pessoas em busca de objetivos comuns”, incluindo aspectos da estrutura social e da dimensão psicológico-cultural (CÔTÈ, 2001, p. 3). O capital social trazido no bojo da teoria de Bourdieu será abordado no terceiro capítulo, já que é um elemento central para entender a composição das elites juvenis, apresentando significado analítico distinto do abordado aqui.

investigação na ciência política, é recente, consolidando-se como um campo de conhecimento autônomo depois dos escritos de Gabriel Almond e Sidney Verba (1965, p. 13) no famoso “The Civic Culture”, onde preceituam que cultura política é o “conjunto de atitudes e orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema”. Seus achados permitiram evidenciar os determinantes que viabilizam a democracia em alguns países.

Nessa obra inaugural da área de cultura política, os autores apresentam três tipos de orientação política: a cognitiva – que pressupõe o conhecimento do sistema político e a confiança nele; a afetiva – caracterizada no sentimento sobre o sistema político (o conhecimento de seus papéis na engenharia institucional, a crença nas pessoas e no desempenho delas para manter a estabilidade do regime) e; por fim, a orientação avaliativa, pressupondo o julgamento e a emissão de opiniões sobre os objetos políticos, respaldada por uma cultura política subjacente ao envolvimento político (ALMOND; VERBA, 1965). Julian Borba (2005), ao comentar os trabalhos de Almond e Verba, destaca que:

Tais orientações seriam avaliadas a partir de diferentes classes de objetos políticos, que iriam desde sentimentos mais genéricos, passando por processos políticos e administrativos, chegando até o papel do indivíduo. Do cruzamento entre as orientações com as classes de objetos políticos, resultariam três diferentes tipos de cultura política: a paroquial, a súdita e a participante (BORBA, 2005, p. 149).

Na descrição desses diferentes tipos de cultura política, Almond e Verba (1965) os diferenciava da seguinte forma: a paroquial como própria de sistemas tradicionais simples, como as sociedades tribais, onde inexistem papéis políticos especializados; a cultura política súdita que, por excelência, apresenta elementos de passividade, presente em sociedades onde os vínculos entre cidadãos e a democracia estão fortemente desfigurados e; por fim, a cultura política participante, que assume um grau de importância nas dinâmicas sociais e na estabilidade dos regimes democráticos.

Esses mesmo autores chegaram a sustentar que a estabilidade de instituições democráticas e o seu consequente fortalecimento estariam condicionadas a existência de uma cultura política mais participativa – afirmação que acabou recebendo uma série de críticas, imputando aos

autores a pecha de que seus estudos denotavam em um determinismo culturalista, dando excessivo peso aos fatores psicoculturais (RENNÓ, 1998; MOISÉS, 1995). Anos mais tarde, em 1989, Almond e Verba organizaram a obra “The Civic Culture Revisited” agrupando uma série de artigos de outros autores e refletindo sobre os limites imputados à teoria, reelaborando perspectivas para o futuro do campo acadêmico.

Schmidt (2001, p. 58) aponta o que considerou os principais resultados dessa discussão, destacando que “há uma causalidade recíproca entre cultura, economia e política”, havendo influências mútuas entre esses campos. Ou seja, de acordo com o autor, a crítica a um determinismo culturalista não deve prosperar, pois os trabalhos no campo da cultura política não podem considerar a cultura como uma variável independente para explicar comportamentos políticos. Muito pelo contrário, ela deve ser compreendida como uma das variáveis intervenientes do processo, já que outras dimensões, em especial a das instituições, também precisam ser incorporadas analiticamente.

Nessa direção, Marcello Baquero e Rodrigo Stumpf Gonzales (2011) chamam-nos atenção para o fato de que o processo de socialização política, para ser melhor compreendido, precisa ser avaliado nas suas relações com o sistema político. Sobre esse processo, os autores destacam que:

A socialização política é um elemento que só pode ser compreendido no conjunto do sistema político; sua função é propiciar condições psicoculturais favoráveis à persistência do sistema; mas persistência inclui tanto estabilidade, quanto mudança, e a socialização não se confundem com a reprodução do status quo, na medida em que pode potencializar os elementos de instabilidade (BAQUERO; GONZALES, 2011, p. 372).

Então, a pergunta que nos parece pertinente para dar razão a esta seção é referente à seguinte inquietação: afinal, no que os aportes teóricos da cultura política colaboram na discussão sobre socialização política? É com base nessa interrogação que buscaremos discorrer, nas próximas linhas, acerca da sua importância para a compreensão do nosso objeto.

Primeiramente, cumpre destacar que três conceitos vastamente utilizados nos estudos de cultura política tornam-se centrais na discussão sobre a socialização política dos atores sociais, quais sejam: a formação das atitudes políticas; a construção da personalidade política; e o

comportamento político dos atores (SCHMIDT, 2001). Assim, discorreremos brevemente sobre cada um deles.

Nas palavras de Lambert e Lambert (1981, p. 100), atitude pode ser considerada como “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente”. Nessa esteira, Schmidt (2001, p. 45) destaca que “os componentes essenciais das atitudes são pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, e tendências para agir”. Por dedução lógica, esse processo de construção de atitudes políticas é resultado de influências de diversas esferas da vida social. É o que estabelecem os estudos de Meynaud e Lancelot (1966) ao afirmarem que são de dois tipos os fatores que influenciam a formação das atitudes políticas: fatores sociais (participação na família, na igreja, na escola e em outros grupos sociais) e, fatores biopsicológicos (idade, sexo, cor).

O fenômeno da socialização política pode ser confundido com a formação das atitudes políticas, o que não é necessariamente igual. Enquanto aquela é o processo de internalização de valores e modos de compreender o mundo, esta é a “disposição relativamente persistente para agir diante de uma situação política. É uma propensão para a ação”, nas palavras de Schmidt (2001, p. 45).

O conceito de “personalidade política” repercute no comportamento político de cada cidadão e é estruturado no processo de socialização, formando o sentido da identidade pessoal. O que queremos dizer é que cada indivíduo constrói a sua personalidade política e esta organiza a sua percepção sobre o seu meio e sobre si mesmo. Meynaud e Lancelot (1966) analisam que

A formação das atitudes de um indivíduo vem acompanhada, com efeito, de uma organização particular de suas percepções: os dados da situação são percebidos por cada um de acordo com sua personalidade, suas necessidades do momento e os sistemas perceptivos anteriormente formados (MEYNAUD; LANCELOT, 1966, p. 40).

Por fim, apresentamos o conceito de “comportamento político” que nada mais é do que a “ação do indivíduo em resposta a uma determinada situação política, e inclui a conduta (comportamento ativo) e a opinião (comportamento verbal)” (SCHMIDT, 2001, p. 50). Patrícia Cunha (2011, p. 47) chama-nos a atenção para o fato de que “estudos de cultura política assumem como premissa que as atitudes e valores

políticos desenvolvidos na infância e adolescência têm um papel significativo nas fundações psicológicas de valores ligadas à política em uma sociedade”. Não restam dúvidas de que nossas percepções de mundo, de política e sociedade são socialmente construídas.

Feitas essas observações sobre a importância da teoria da cultura política para uma melhor compreensão do fenômeno da socialização, parece ser necessário ingressar em outra dimensão também importante: a do capital social – e aqui ressaltamos mais uma vez que estamos nos debruçando especialmente nos postulados trazidos por Robert Putnam – um cientista político norte-americano vinculado a Universidade de Havard – e não no capital social de Pierre Bourdieu, que trataremos no terceiro capítulo.

Putnam (1996) considerou que o capital social refere-se a práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma dada sociedade. Para essa perspectiva analítica, quanto maior for a capacidade dos cidadãos de confiarem uns nos outros, para além dos laços familiares, maior será o acúmulo de capital social. A multiplicação de formas associativas é uma variável importante que possibilita o desenvolvimento de confiança em espaços de ação coletiva, e que, como consequência, produz também capital social. Há um elemento central na relação entre capital social e democracia: a chamada “comunidade cívica”, que nada mais é do que a existência de obrigações dos cidadãos para com a comunidade, obrigações essas de participar intensamente da vida pública com o sentimento de solidariedade, de confiança e de tolerância, e através de fortes redes de associações.

Nesse cenário, a apropriação do conceito de capital social torna-se importante para se pensar as dinâmicas que estimulam os vínculos entre cidadãos e a democracia. Utilizando esse conceito, Putnam (1996) desenvolveu um importante trabalho empírico junto à Itália demonstrando, com colaboradores, que o capital social promove bom desempenho institucional. Entretanto, chama a atenção que o estoque de capital social se forma lentamente ao longo dos séculos.

Em 1997, Ronald Inglehart demonstrou, em uma análise de 43 países, que há uma correlação estatística entre nível de confiança interpessoal, participação em associações e democracia estável, corroborando os trabalhos de Putnam. A esse respeito Inglehart (1997) destaca:

Nossas constatações dão apoio à hipótese Tocqueville-Putnam: pertencimento a associações voluntárias está fortemente vinculado a

democracia estável. Sociedades com altas taxas de pertencimento estão mais habilitadas a serem democracias estáveis que aquelas com baixas taxas de pertencimento (INGLEHART, 1997, p. 189-190).

Em 2002, Putnam retoma a discussão sobre capital social em sua obra “Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana” apontando que as associações e redes são escolas de democracia. Todavia, reconhece que os grupos podem distorcer a tomada de decisão e que os laços associativos beneficiam os cidadãos melhor equipados de informação e recursos materiais (como tempo e dinheiro).

Além do mais chama a atenção para o fato de existirem associações voluntárias que não produzem capital social positivo podendo, inclusive, reforçar tendências não democráticas.

No Brasil, José Álvaro Moisés publicou, em 2010, uma importante obra que, recuperando basicamente o conceito de confiança, buscou responder por que os cidadãos desconfiam das instituições políticas? O autor sustenta que um dos indicativos do alto grau de desconfiança nas instituições, em especial, nos partidos políticos e no parlamento, se deve ao pouco acúmulo de capital social – e aqui está tomando como concepção os pressupostos de Putnam (1996, 2002). Para Moisés (2010, p. 9):

Confiança é algo que se refere à crença das pessoas na ação futura dos outros ou, dito de outro modo, é algo relativo à aposta de que, por meio de sua ação ou inação, os outros contribuirão para meu bem-estar ou, quando menos, se eximirão de impor prejuízos a mim; mas, uma vez mobilizada, a confiança envolve riscos, porque ela não assegura necessariamente certeza quanto a seus resultados.

Entre os fatores apontados por Moisés (2010) como hipótese para a falta de estoques de capital social no país está a herança cultural ibérica, trazida pelos portugueses, que não se caracterizou no acúmulo de capital social. Pelo contrário, promoveu a propagação de práticas avessas a ele, entre as quais o clientelismo e o patrimonialismo. Outro fator diz respeito aos cortes na construção de uma cultura democrática operados pela imposição de regimes autoritários em grande parte do

continente latinoamericano, além da corrupção, fenômeno endêmico e constituidor da fundação do Brasil. A esse respeito Moisés (2010) destaca que:

A desconfiança generalizada, crescente e longamente duradoura, ainda que não coloque em questão a existência da democracia no curto prazo, sinaliza a percepção negativa dos cidadãos quanto à capacidade das instituições públicas de operar como meios de realizar seus interesses e preferências (MOISÉS, 2010, p. 12).

Há um pressuposto analítico de que quanto maior for o capital social acumulado maior será o grau de empoderamento<sup>4</sup> dos cidadãos. O chamado capital social positivo se beneficia do ambiente democrático, fortalecendo a democracia, tanto na dimensão representativa quanto na participativa (SCHMIDT, 2004). Sobre essa relação Baquero (2003) informa:

Uma segunda dimensão de valorização do cidadão tem emergido recentemente, relacionando-se à possibilidade de empowerment dos cidadãos por meio do capital social, o qual se refere ao envolvimento dos indivíduos em atividades coletivas que geram benefícios em um espectro mais amplo. Essa guinada para explicações alternativas de empowerment e participação política têm gerado uma produção científica significativa sobre a validade ou não do paradigma de capital social no processo de fortalecimento da democracia contemporânea. Um corolário resultante é que quando há, de fato, um processo interativo para decidir sobre assuntos comunitários, o lado “perdedor” não questiona a legitimidade do resultado, pois a decisão passou por uma discussão pública, inclusiva e regular do

---

<sup>4</sup> No Brasil uma das maiores contribuições para o tema do “empoderamento” está no texto de Rodrigo Rossi Horochovski (2008), denominado “Descutindo o empoderamento”, que se encontra disponível na coletânea “Movimentos Sociais, Participação e Reconhecimento”, organizado pelos professores Lígia Helena Hahn Luchmann, Carlos Eduardo Sell e Julian Borba.

ponto de vista de procedimentos (BAQUERO, 2003, p. 89).

Neste sentido, assim como as teorias da socialização, este enfoque do capital social tem se tornado um poderoso conceito explicativo nas Ciências Sociais, inserindo um outro elemento avaliativo à teoria da cultura política, qual seja, a importância das redes e relações sociais, sedimentado e construído em bases coletivas (BAQUERO, 2008; BAQUERO; SANTOS, 2007; BAQUERO, 2003).

Nesse contexto, não há como negar que a cultura política e o capital social estão estreitamente vinculados com o processo de socialização política, processo esse que permite avaliar a formação das atitudes políticas dos cidadãos. De acordo com Schmidt (2001, p. 33): “socialização política e cultura política são campos de investigação estreitamente vinculados”.

Feitas essas observações acerca de cultura política, capital social, juventude e socialização política, parece-nos necessário ingressar em um universo importante para esta tese: a participação política da juventude e o seu engajamento partidário. Assim, o debate que se estabelecerá no capítulo seguinte permitirá elucidar características dessa participação demonstrando e em quais espaços ela se encontra mais evidente – já que o objeto desta pesquisa pressupõe a participação política dos jovens no espaço tradicional da democracia – atentando para a formação da carreira política, formas de recrutamento e trajetórias.

## **4 DO ENGAJAMENTO POLÍTICO JUVENIL À CONSTRUÇÃO DE CANDIDATURAS COMPETITIVAS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA**

No capítulo antecedente tivemos a oportunidade de perpassar por discussões centrais acerca da categoria social juventude, discutindo o seu conceito, sua definição, a literatura que tem se debruçado sobre a formação das atitudes políticas e a socialização política dos atores sociais. Aqui, nossa preocupação passa a se inserir na juventude em movimento, evidenciando o seu perfil social e os espaços de reivindicação, expressão e empoderamento, perpassando por uma revisão de literatura que inclua estudos de perfil social; trajetórias, carreiras políticas e recrutamento partidário.

Para isso, é fundamental que façamos uma análise sob as perspectivas teóricas do engajamento político e da participação política juvenil, elucidando características que dizem respeito à cultura política participativa nas sociedades contemporâneas.

### **4.1 ENGAJAMENTO POLÍTICO E JUVENTUDE**

Na última década as Ciências Sociais presenciaram um crescente interesse por parte de pesquisadores na temática do engajamento político, em especial, no engajamento militante e na ação coletiva, embora haja uma discussão sobre os melhores instrumentos metodológicos para dar conta desse fenômeno (SEIDL, 2014). As indagações levantadas nos estudos da sociologia implicam em compreender as razões e os motivos que levam os sujeitos sociais a engajarem-se politicamente, sejam em espaços convencionais ou não-convencionais da política.

Nesse contexto não há como desprezar o conceito de “habitus” trazido nos trabalhos de Bourdieu (1983, 1989), para quem as disposições para o engajamento estariam ligadas às desigualdades das condições de origem e do acúmulo de capitais sociais, econômicos, culturais e políticos dos atores, considerando o posicionamento na escala social um vetor importante para o engajamento. O autor sustenta que os indivíduos inseridos em posições de classe mais inferiores teriam maior predisposição ao engajamento, justificando como sendo um mecanismo capaz de permitir a busca pela diminuição de desigualdades e o acesso a bens sociais e culturais disponíveis apenas para determinados estratos sociais.

Oliveira (2005) aponta as críticas feitas a essa perspectiva teórica afirmando haver um “determinismo da estrutura”, já que atribui excessivo valor à posição de origem dos sujeitos, além de não conseguir demonstrar por que razões, entre os sujeitos do mesmo grupo social, alguns se tornam engajados e outros se mantêm inativos (BRENNER, 2011; OLIVEIRA, 2005).

Buscando esclarecer e incorporar as críticas, Pierre Bourdieu (2001), introduz o conceito de “habitus clivado” destacando que um mesmo “habitus” pode dar origem a práticas e posições diversas, isso porque dependeria das relações estabelecidas com o campo em que o sujeito se insere (BRENNER, 2011). Mesmo assim Fillieule (2001) vai destacar que a reelaboração conceitual ainda não consegue explicar como uma disposição adquirida se transforma em ação efetiva.

Ernesto Seidl (2014) aponta o que chamou de vetores principais para o revigoramento do campo de estudos da sociologia da militância, buscando tentativas de combinações de perspectivas, destacando:

[...] por um lado as contribuições anglossaxônicas do Modelo de Mobilização de Recursos e da Teoria dos Processos Políticos como abordagens mais macrossociológicas e voltadas à dinâmica dos movimentos sociais, as quais produziram vocabulário consagrado: estrutura de oportunidades, redes, organizações, recursos, repertórios de ação e ciclos de mobilização. E por outro lado, a Sociologia dos Movimentos Sociais desenvolvida na França, cuja perspectiva incide, sobretudo no estudo das bases sociais e culturais do engajamento, na lógica das trajetórias militantes, nas emoções e afetos envolvidos, nos procedimentos de atribuição de sentido, na dinâmica dos eventos e nas interações do face a face que constituem a trama de protesto (SEIDL, 2014, p. 57).

Por isso, compreender o engajamento como processo parece ser extremamente frutífero para os estudos da área da sociologia da militância, isso porque permite que sejam trabalhados de forma conjunta “predisposições à militância, da passagem à ação, das formas diferenciadas e variáveis ao longo do tempo adquiridas pelo engajamento, da multiplicidade dos engajamentos ao longo do ciclo de vida e da retração ou ampliação dos engajamentos” (FILLIEULE, 2001, p.

201 apud SEIDL, 2014, p. 58).

Nesse aspecto a tradição sociológica do interacionismo simbólico, cunhada na Escola de Chicago, nos dá elementos importantes para pensar o papel das redes de interações anteriores ao engajamento – dialogando, especialmente, com a literatura já retratada no capítulo anterior que se debruça sobre a perspectiva dos espaços de socialização política. É o que tem sido considerado de “abordagem disposicional” (SEIDL, 2014, p. 59; BRENNER, 2011; LAHIRE, 2004). Seidl (2014, p. 59) destaca que há uma segunda dimensão que precisa ser combinada com a “abordagem disposicional”, ela trata das relações estabelecidas na atualidade, ou seja, estudar os “efeitos da inserção em novas redes e ao estabelecimento de laços com outros indivíduos que lhes “fazem descobrir” ou “despertar” para determinadas “causas”.

É com base nessa discussão teórica sobre os processos de engajamento político que buscaremos orientar as análises que faremos nos capítulos seguintes, já que nossa pretensão é buscar apresentar características do engajamento partidário dos jovens deputados universo desta pesquisa. Nesse contexto nos parece importante refletir sobre as proximidades e distanciamentos encontrados entre o engajamento político nos espaços convencionais e não convencionais da política. É o que passaremos a esboçar nas próximas linhas.

Della Vecchia (2011) se debruçou sobre as composições diretivas dos organismos de representação estudantil no período da transição democrática e demonstrou que além de o movimento estudantil ter ocupado um espaço privilegiado na luta pela redemocratização, ainda contou com um grande índice de convergência entre seus militantes e correntes políticas tanto a direita como a esquerda do espectro ideológico, onde a existência de militantes independentes era raridade nesse universo. Observa-se aqui, nesse contexto histórico e político, um alto grau de engajamento político-partidário.

Entretanto, é preciso considerar um elemento importante trazido por Seidl (2014, p. 59) para a análise e compreensão dos engajamentos: “a moldura histórica na qual se desenrolam esses processos”, já que o contexto histórico e político pode ser um elemento chave na emergência ou retração do engajamento político.

Muxel, Riou e Leahy (2005) realizaram estudos junto aos jovens franceses chegando a constatação de que 1% (um por cento) dos jovens entrevistados militavam em partidos políticos e a maioria deles em partidos de esquerda. Cunha (2011) chamou atenção para os dados do IBASE (2008) que demonstram que 84,8% dos jovens brasileiros nunca participaram de um partido político. Entre os motivos apontados para

essa falta de vinculação participativa, Brenner (2009) chama a atenção para o fato de as agremiações político-partidárias terem se tornado um espaço para os mais velhos, onde a oxigenação de ideias e nomes é uma realidade pouco presente na política brasileira. Talvez, preocupados com tal cenário, de um tempo pra cá os partidos políticos têm demonstrado interesse em atrair os jovens para as bases das agremiações, utilizando-se da criação de setoriais juvenis dentro da estrutura diretiva das agremiações. Para Brenner (2009), a existência desses setoriais dentro dos partidos políticos é prática relativamente recente no país, com claro objetivo de estimular a participação desse segmento na sua estrutura, ainda que hajam dúvidas sobre a centralidade que ocupam na organização.

Um dos estudos mais consistentes e importantes na compreensão da percepção das lideranças políticas sobre as experiências da participação política juvenil em estruturas partidárias foi realizado por Chichelli (2009) no espaço político da Europa. Em linhas gerais, o trabalho constatou que os governantes e líderes políticos têm encorajado os jovens a engajarem-se politicamente e uma série de políticas públicas vem sendo implementadas com a finalidade de colocarem os jovens no centro do comando de vários programas e projetos. Alguns entrevistados chegaram a afirmar que os jovens possuem ideias inovadoras, mas precisam de algum controle que só o mundo adulto pode oferecer.

No entanto, Cicchelli (2009) observou que a visão das lideranças partidárias sobre a participação de jovens em partidos políticos difere, especialmente no que tange ao posicionamento ideológico dos líderes.

Dito de outra forma, pela análise dos discursos das lideranças europeias, pôde-se concluir que os integrantes da extrema-direita tendem a ver os jovens como incapazes de exercer atividades ligadas ao poder. Ao passo que a tradicional direita compreende o processo de entrada dos jovens no mundo político como aprendizes capazes de aprimorar seus conhecimentos, mas pouco aptos para assumirem grandes responsabilidades. Nessa concepção os jovens seriam o futuro do partido e não o seu presente. Foi na esquerda do espectro ideológico que as ações políticas dos jovens foram vistas com maior otimismo. Nas palavras de Brenner (2011, p. 60) “os jovens seriam os portadores de uma visão de mundo original, que os adultos não possuem”. Ainda, cumpre observar que as lideranças entrevistadas na pesquisa de Cicchelli (2009) que não possuíam vínculos com nenhuma agremiação política acreditam que os jovens são capazes de exercer ações de comando, mas restringindo-se aos temas ligados às suas causas.

Como podemos observar, parte do universo da política tradicional

tem apresentado resistência quanto à participação dos jovens nas diretrizes políticas, pelo menos na Europa. Infelizmente, no Brasil e na América Latina não existem trabalhos semelhantes tentando testar a percepção das lideranças políticas sobre o papel dos jovens em partidos. No entanto, existe um consenso apontado por Brenner (2011) e Cicchelli (2009) de que as agremiações político-partidárias têm se constituído como um universo fechado para a emergência de novas e jovens lideranças, ainda que no Brasil os estudos de Kerbauy (2005) tenham demonstrado que há um rejuvenescimento nas Câmaras Municipais de Vereadores – como veremos a seguir.

Paul Singer (2005) demonstrou que existem clivagens ideológicas fortemente demarcadas entre a juventude brasileira, já que 83% dos jovens entrevistados em sua pesquisa demonstraram que sabem se posicionar politicamente, o que para ele indica um grau surpreendente de posicionamento político, o qual cresce com a escolaridade. Existe um equilíbrio entre os jovens, na sua distribuição entre esquerda e direita. Segundo dados da pesquisa citada por Singer, 32% dos jovens estão na direita do espectro ideológico, 27% na esquerda e 23% no centro – esses dados demonstram o posicionamento dos entrevistados e não sua relação com os partidos.

Os estudos de Brenner (2011) sugerem que a participação dos jovens em partidos políticos dá-se em maior número na esquerda. Diante desses resultados, é possível afirmar que existe um equilíbrio ideológico entre os jovens, entretanto, os militantes mais a esquerda possuem vínculos mais sedimentados com os partidos políticos.

É importante destacar que apesar dos estudos demonstrarem um decréscimo da participação dos jovens nos espaços da política tradicional, ainda existem jovens que militam nesse cenário. Por isso, o nosso interesse em nos debruçar sobre esse universo.

A partir dessas assertivas, faz-se necessário que passemos a analisar a participação política juvenil, já que é este o recorte empírico desta tese. Assim, na próxima seção apresentaremos alguns estudos que exploram essa temática como objeto de pesquisa acadêmica.

## 4.2 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NO BRASIL: DA DÉCADA DE 80 ATÉ AOS DIAS ATUAIS

A juventude brasileira, ao longo de décadas, assumiu o papel de protagonismo na reivindicação de direitos e na discussão de pautas para a melhoria das condições de vida no país, mobilizados, em grande medida, pelo movimento estudantil (DELLA VECCHIA, 2011).

Durante o processo de redemocratização do país, a juventude atuou na linha de frente na defesa da garantia de um estado democrático e transparente, participando ativamente de instituições partidárias, manifestações e protestos. Entretanto, alguns estudos contemporâneos vêm apresentando os jovens como um setor da sociedade que se tornou apático em suas lutas sociais e políticas (KEIL, 2004) conferindo a essa categoria a pecha de despolitizada. Chicchelli (2009) destacou que esse entendimento é fruto de uma avaliação equivocada que alguns cientistas fazem; isso porque analisam essa categoria social com os olhos no passado, desconsiderando as variações sociais que incidiram sobre o fenômeno ao longo das décadas.

Esse entendimento é compartilhado por Rute Baquero (2008) e Anne Muxel (1997) que chamam a atenção para uma mudança de eixo da participação política juvenil. Os jovens – que na década de 80 estavam ávidos pela militância partidária – hoje integram, em grande medida, as fileiras de agrupamentos coletivos desvinculados de estruturas político-partidárias. Esse esvaziamento dos partidos políticos se justifica pela pouca permeabilidade que a massiva maioria das agremiações possui para inserir o jovem nas decisões internas (CHICCHELLI, 2009).

Portanto, cumpre observar que essa sensação de despolitização social não é um fenômeno que atinge exclusivamente a juventude, muito pelo contrário, os estudos de (MOISÉS, 2010, 2008; BAQUERO, 2003) reafirmam que essa tendência vem sendo verificada no horizonte de toda a sociedade. A esse respeito Baquero e Prá (2007) analisam:

Quanto à juventude, avaliações sustentadas por dados empíricos passaram a questionar tanto as versões que vêem esse segmento como sujeito central das mudanças sociais como as que acentuam o conservadorismo juvenil (Schmidt, 2004); outras procuraram compreender como os jovens internalizam e constroem suas representações em relação à esfera pública (Silveira e Amorim, 2005). Na busca de enfoques alternativos para resgatar a juventude como objeto de investigação da política, estudos voltados aos temas da cultura política, da socialização e da cidadania (Ferreira, 1995; Schmidt, 1996; Baquero, 1997; Nazzari, 2002; Prá 2004), têm-se orientado pela análise da juventude, para buscar razões que levam as pessoas a participarem ou não

de ações sociais e políticas. Por esse ângulo, aspectos da cultura política como o ceticismo, o desinteresse e a baixa participação política deixam de ser considerados fenômenos recorrentes entre populações juvenis, por afetarem amplos setores da sociedade, sendo daí vistos como resultado do desencanto generalizado diante das incertezas políticas e econômicas, que caracterizam a realidade brasileira (BAQUERO; PRÁ, 2007, p. 30).

Madeleine Gauthier (2005) destacou que participar não se reduz a oferecer as condições necessárias à interação dos jovens em sua sociedade, uma vez que esse processo precisa ser muito mais amplo. Para que haja uma efetiva participação juvenil é preciso dar aos jovens a oportunidade de tomar parte das decisões, discutir e expor seus posicionamentos, acompanhando as atividades desenvolvidas ao longo do processo de tomada de decisões (ORTIZ, 2005).

Buscando elucidar os espaços de participação da juventude, Rute Baquero (2008) realizou pesquisa que permitiu concluir que a participação jovem em atividades políticas de natureza convencional atingiu 30% na década de 1990, havendo uma retração significativa no decênio posterior, cuja participação nessa modalidade regrediu para 20%. Observou ainda que os jovens têm participado mais em atividades sociais e de lazer, em manifestação de ruas, em associações comunitárias, em ONGs e em grêmios estudantis – estes, segundo a autora, com grandes dificuldades de se estenderem para fora dos muros da escola.

Gauthier (2005) sinalizou que não basta aos jovens conhecerem a organização da vida cívica (instituições). É preciso que haja a experiência política que pode ser vivenciada em variados espaços, tanto convencional quanto não-convencional. Em pesquisa realizada pela autora, no Quebec, a mesma demonstrou que a presença dos jovens nas instâncias decisórias e de poder são bem mais numerosas do que se pensa, engajando-se mais fora do eixo eleitoral.

Em síntese, o jovem precisa ter a sensação e certeza de que pode decidir, opinar e participar da formulação da agenda de reivindicações para que assim sintam-se também protagonistas. É verdade que um adulto pode propor e implementar políticas para a juventude, assim como um homem pode fazer proposições em prol do direito das mulheres. No entanto, pela perspectiva da “política da presença”, termo cunhado por Anne Phillips (2001) para argumentar a necessidade de representação de

minorias no parlamento, utilizou a presença de dado segmento no espaço da política tradicional como um dos fatores determinantes para suprir as carências discursivas no espaço destinado à retórica e decisão. Assim, acredita-se que quando temos jovens ocupando espaços nas esferas do poder, temas ligados às suas causas poderão ser tratados com maior propriedade pela sua presença.

Neste sentido, nos parece central para os objetivos desta tese a discussão sobre o perfil das atitudes políticas dos jovens no país. Por isso, nas próximas linhas nos debruçaremos sobre alguns trabalhos que tiveram a preocupação de investigar o pensamento social e político da juventude e os rumos que essa categoria social espera para o país. A indagação está em responder a seguinte inquietação: afinal, o que pensam os jovens no Brasil?

Paul Singer (2005), ancorado na reflexão dos dados do “Projeto Juventude”, demonstra quais os valores considerados centrais para uma democracia na perspectiva da juventude brasileira, afirmando que a sociedade ideal para os jovens é aquela baseada na solidariedade (55%), no respeito às diferenças (50%), na igualdade de oportunidades (46%) e na justiça social (41%). Os jovens acreditam que as políticas governamentais e a mudança no sistema econômico são as variáveis mais importantes na reestruturação do Estado.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) destacou que os jovens brasileiros tendem a ser receptivos a determinadas práticas políticas, principalmente, mobilizações reivindicando abertura de espaços para a prática cultural, esportiva e de lazer; ocupação de universidades visando melhorar a qualidade no ensino superior; e transparência no uso dos gastos públicos. Entretanto, dividem-se no que tange a diversos assuntos que se encontram na pauta de discussões contemporâneas. Entre os temas destacadas, a posição dos jovens é a seguinte: uma minoria é favorável ao aborto (23,5%); poucos acreditam que o consumo da maconha deve ser legalizado no país (22%); e quase metade da juventude defende a pena de morte (46%).

A corrupção é considerada por 55% dos jovens como a principal ameaça para a democracia, acreditando que a corrupção entre os políticos é o principal entrave para o fortalecimento democrático, seguido da desigualdade econômica (47%). A grande maioria da população Brasileira (69%) – entre jovens e adultos – acredita que os governos conhecem as necessidades dos jovens, mas não fazem nada a respeito (IBASE, 2008). Singer (2005) demonstra que 84% dos jovens acreditam que podem mudar o mundo – a juventude deseja ajudar o mundo a mudar e pensa em fazê-lo menos mediante a militância política

do que pela ação direta.

Em 2010 o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), em parceria com outras importantes instituições de outros países da América Latina, publicaram uma ampla pesquisa denominada “Projeto Juventudes Sul-Americanas – diálogos para a construção da democracia regional”, contemplando uma série de variáveis que esboçaremos na sequência.

O projeto teve inserção em seis países, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai (países que apresentam por volta de 25% de sua população constituída por jovens), a pesquisa possibilitou investigar características socioeconômicas relacionadas aos jovens e relações estabelecidas entre a comunidade juvenil e algumas instituições políticas, reforçando alguns trabalhos que já vinham sendo produzidos e publicados na área, inclusive pelo próprio IBASE. Nesse universo, a religião ocupou um espaço privilegiado, isso porque ela é um indicativo importante para a construção de valores e de opinião não só para os jovens, mas para toda a sociedade.

O fenômeno religioso, enquanto objeto de investigação das Ciências Sociais, têm sido estudado desde os clássicos trabalhos de Tocqueville, Durkheim, Weber e Marx, sendo considerado como variável importante para a compreensão das dinâmicas sociais. Ao longo do tempo, esse campo analítico sofreu um processo contínuo de amadurecimento teórico, de reflexão e de acumulação de uma robusta produção que o legitimou como um nicho acadêmico relativamente autônomo, denominado sociologia das religiões, disciplina que assenta sua preocupação epistemológica sobre diversos prismas dos possíveis impactos da religiosidade na vida pública e privada das sociedades contemporâneas, resultando na comprovação de que a temática implica em distintos comportamentos entre atores sociais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm contribuído significativamente para o mapeamento da força das diferentes denominações religiosas ao redor do país. Os censos vêm possibilitando que diversos pesquisadores se debruçam sobre os dados quantitativos e construam um mapeamento da religiosidade brasileira. O fato é que “o catolicismo romano é ainda preponderante, mas perde a cada década sua centralidade, passando a se firmar como religião da maioria dos brasileiros, mas não mais a religião dos brasileiros” afirma Faustino Teixeira (2013, p.23) em clara alusão ao pluralismo religioso e ao fenômeno do crescimento dos evangélicos no Brasil, em especial os pentecostais. Vale lembrar que na dimensão mundial o Brasil é o quarto

país com a maior presença de evangélicos (protestantes) no mundo, ficando atrás dos Estados Unidos, Nigéria e China (MARIZ; GRACINO JR., 2013).

O crescimento de estudos nessa área possibilitou demonstrar que o fenômeno religioso sofre, assim como outros fenômenos sociais, variações ao longo do tempo, promovendo mudanças estruturais na vida em sociedade. Nesse sentido, uma série de estudos produzidos no Brasil e em outras partes do globo foi capaz de captar variações no padrão de comportamento e em uma mudança do quadro de fiéis. As igrejas pentecostais passaram a incorporar uma fatia significativa de adeptos, seguida pelo espiritismo e pelas religiões afros.

Esse declínio foi perceptível também na pesquisa do IBASE (2010), revelando que os jovens do século XXI são menos católicos que a geração anterior, portanto, seguindo menos a religião dos seus pais. A esse respeito, Novaes (2013) informa:

Socializados em novo contexto, diferentemente do que ocorria quando seus avós e pais eram jovens, os jovens de hoje já cresceram respondendo “Qual Igreja?” para quem chegasse no centro ou nas periferias das cidades perguntando “Onde fica a igreja?” (NOVAES, 2013, p. 183).

São os jovens uruguaios os que mais se distanciam dos seus pais (12% a menos), seguidos pelos jovens argentinos (8%), chilenos (6%); brasileiros (5%), bolivianos e paraguaios (4%, respectivamente) (IBASE, 2010). Novaes (2013) chama a atenção para o crescimento, no Brasil, de jovens que se denominam sem religião, 8% conforme o Censo de 2010. A religião, como já retratada, pode ser considerada como um espaço de socialização política, isso porque o engajamento religioso pode despertar no cidadão o interesse em participar politicamente, uma vez que o capital social gerado no seio das instituições religiosas pode promover a participação.

Há um nítido impacto das novas tecnologias na constituição dos valores e práticas desse grupamento social. Dados do IBASE (2008) demonstram que os jovens brasileiros utilizam a internet mais do que os adultos. Ainda nessa dimensão a pesquisa indicou uma relação interessante: quanto maior for o nível de escolaridade, mais intenso é o uso da internet.

Essa mesma pesquisa permitiu demonstrar ainda que a juventude atual possui maior nível de escolaridade do que os adultos, e que entre

os jovens, 62% dos brasileiros declararam-se católicos – percentual próximo à média da população brasileira, conforme o CENSO de 2010. Entre os problemas e demandas jovens, a oportunidade de trabalho e o acesso a um diploma universitário estão entre os anseios revelados pela pesquisa. No Brasil, 24% dos adultos acreditam que a juventude deveria ser o tempo em que se permite o abandono da necessidade laboral em troca de um melhor investimento nos estudos – é o chamado período de moratória, como vimos no capítulo anterior.

Uma visão negativa a respeito da juventude foi percebida. Os jovens são considerados mais consumistas, perigosos, violentos e individualistas. Em contrapartida, são vistos como mais criativos e idealistas (IBASE, 2008).

### 4.3 CARREIRAS POLÍTICAS E TRAJETÓRIAS: BREVES CONSIDERAÇÕES

A literatura brasileira sobre trajetórias e recrutamento político de lideranças vem demonstrando que as carreiras políticas na esquerda e na direita do espectro ideológico não são iguais. Esses estudos, baseados sobretudo em dados empíricos, elucidam que variações no padrão de carreira política podem ser explicadas pelo perfil social das bancadas e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; PANEBIANCO, 2005; RODRIGUES, 2002). O que as análises problematizam é que os partidos de esquerda e de direita possuem formas distintas de recrutamento partidário e os atores envolvidos nessas relações tendem a apresentar características claras que os distinguem ideologicamente. Sendo assim, nosso desafio passa a ser o de explicitar essas diferenças.

Antes de ingressar propriamente nas características distintivas entre o recrutamento partidário nos campos do espectro ideológico, é preciso destacar que, em se tratando de juventude ou renovação política, os partidos assumem um papel importante, pois são os principais indutores de sua própria renovação. Nessa direção, Machado (2016) destaca:

Para continuar desempenhando suas funções representativas e governativas, os partidos devem ser capazes de se regenerar. Isso significa que, para sobreviverem num ambiente político competitivo e quase sempre hostil, as organizações partidárias devem assegurar sua

reprodução ao longo do tempo por intermédio da permanente e gradual renovação de seus membros, em especial de suas lideranças. Em primeiro lugar, a renovação é condição necessária, embora não suficiente, à longevidade organizacional – de nada adianta chegar às posições de poder e ter acesso a recursos dos mais variados se a “herança” partidária não é transmitida de alguma maneira às sucessivas gerações de membros (MACHADO, 2016, p. 21).

Uma variável importante nos estudos de carreiras políticas está associada à relação “partidos políticos/profissão do candidato”. O que os estudos de Marengo dos Santos e Serna (2007) e Rodrigues (2002) sugerem é que os partidos mais à esquerda do espectro ideológico recrutam seus candidatos no setor público, na classe média assalariada - entre lideranças associativas e de movimentos sociais. Ao passo que a direita apresenta um padrão de recrutamento mais elitista e tradicional, recrutando candidatos entre proprietários urbanos, rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada. Na esquerda, por exemplo, existem mais professores, funcionários públicos e profissionais ligados às ciências humanas, possuindo também maior participação de assalariados e integrantes de camadas populares. Em contrapartida, na direita estão em maior número advogados, médicos e profissionais ligados ao ramo empresarial (MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007; RODRIGUES, 2002).

As carreiras políticas dos parlamentares da esquerda e da direita também diferem quando o assunto volta-se para as relações existentes entre associações coletivas e candidatos ao legislativo. Observa-se que os candidatos de partidos da esquerda tendem a apresentar maior vínculo de participação prévia em associações coletivas (sindicatos, associações de bairro, conselhos, entidades estudantis, etc.) o que permite afirmar que suas bases são mais concentradas e seu capital político construído de maneira mais coletiva. Já os candidatos da direita tendem a apresentar menor engajamento em associações coletivas e seu capital político depende dos recursos e capitais sociais individuais que possuem (notoriedade, uso da profissão e das relações de parentesco) apresentando uma base eleitoral mais dispersa (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007).

Esses achados encontram respaldo na concepção de capital político de Bourdieu (1989), o qual destaca a existência de duas formas de constituição do capital político: o pessoal (ou de reputação

individual) e o de investidura – segundo o qual a bagagem política do indivíduo estava atrelada ao investimento feito por dada instituição a sua carreira. Afirmou: “a instituição investe naqueles que investiram na instituição” (p. 191). Nessa direção Leal (2010) destaca:

Os políticos de reputação ou capital pessoal constrói sua carreira baseado na notoriedade e popularidade acumulada em outras esferas – profissional, artística, filantrópica, etc. – que não a política e as converte em votos. Já o político de reputação partidária deve sua carreira e, sobretudo seus votos, à organização partidária (LEAL, 2010, p. 19).

Segundo Panebianco (2005), o grau de controle das lideranças partidárias sobre as carreiras política é um indicador de institucionalização partidária, estando o processo de investidura fortemente relacionado com partidos fortes do ponto de vista institucional. Leal (2010, p. 20) afirmou: “em partidos fortes, os atores políticos tendem a desenvolver suas carreiras no e para o partido, engajando-se como militante ou mesmo funcionário remunerado precocemente”. A socialização política desse ator é realizada, principalmente, dentro da agremiação partidária, criando um espaço para a emergência endógena de lideranças. Em contrapartida, partidos fracos institucionalmente não conseguem recrutar suas lideranças entre seus militantes, recorrendo para o recrutamento de lideranças externas ao partido, cuja notoriedade social e/ou profissional os possibilitem a constituírem-se como candidatos em potencial. Esse recrutamento é chamado pela literatura de “recrutamento lateral” (LEAL, 2010; PANEBIANCO, 2005).

De acordo com Panebianco (2005), nos partidos com institucionalização mais forte, a atividade política tende a se configurar como uma efetiva carreira – entra-se no partido nos níveis mais baixos e sobe-se conforme o aprendizado – já nos partidos pouco institucionalizados não há essa correspondência.

Quanto ao grau de institucionalização dos partidos políticos, já tecemos algumas considerações no primeiro capítulo, Mainwaring (2001) e Norris (2006), por exemplo, chegaram a afirmar que o sistema de lista aberta – vigente no Brasil – onde o partido oferece a lista de candidatos e o eleitor determina a ordem dela – é um dos principais responsáveis pela fraca institucionalização dos partidos políticos, pois tal sistema tende a levar o eleitor a escolher o candidato, e não o partido.

A solução para eles seria a adoção da lista fechada – partido oferece a lista de candidatos já ordenada e o eleitor vota no partido – o que levaria, segundo eles, a um ordenamento institucional que fortaleceria os partidos políticos. Leal (2010) buscou observar se os partidos políticos em nível local são coerentes com o centro partidário (nível nacional), acreditando que quanto maior for o grau de aproximação entre os diferentes níveis, maior será o grau de institucionalização das agremiações partidárias, chegando à conclusão de que existe uma forte aproximação entre os diferentes níveis partidários.

Maria Teresa Kerbauy (2005) realizou um importante trabalho junto aos legislativos municipais buscando traçar um perfil de carreira dos vereadores de todo o país. Seus achados possibilitaram perceber que há uma predominância masculina nas vereanças por todo o Brasil e, na maioria das Câmaras de Vereadores, os ocupantes do posto parlamentar possuem em média o ensino médio completo, sendo que as mulheres apresentam um grau de instrução mais elevado. Um estudo longitudinal permitiu compreender um fenômeno de rejuvenescimento dessa classe política – hoje a maioria dos vereadores tem entre 30 e 50 anos de idade.

Marengo dos Santos e Serna (2007) perceberam que nos partidos mais a esquerda do espectro ideológico existe uma maior dependência dos parlamentares com a estrutura do partido, ou seja, para ser eleito, o parlamentar precisa estar apoiado e vinculado pela agremiação partidária. Já nos partidos de direita essa dependência é menos emblemática uma vez que outros elementos, como o capital econômico e as relações estabelecidas pela ocupação profissional, permitem ao candidato depender menos do partido e mais de seus capitais individuais.

O patrimônio dos parlamentares também é uma variável importante nos estudos de carreiras políticas. Rodrigues (2002) percebeu que os parlamentares com maior patrimônio estão situados na direita do espectro ideológico enquanto os com menos recursos patrimoniais estão localizados na esquerda. Uma posição intermediária dessa variável está situada no centro. Sobre os estudos acerca de carreiras políticas, Maria D´Alva Kinzo (2002) apresenta suas impressões:

Trata-se de mostrar que o recrutamento das lideranças partidárias segue um padrão que tem a ver com características sócio ocupacionais e ideológicas, significativas o suficiente para diferenciar os partidos tanto em termos ideológicos como em termos do perfil social

predominante de seus representantes no Legislativo (KINZO, 2002, p. 2).

O que os estudos sobre trajetórias e carreiras políticas têm elucidado são as diferentes formas adotadas pelos partidos políticos e por suas lideranças para a constituição de uma elite política (LAMEIRÃO, 2008). Outra variável que precisa ser introduzida nas análises de trajetórias é a relação existente entre “gastos de campanha/votos obtidos”, uma vez que os estudos de Lemos, Marcelino e Pederiva (2010, p. 388) indicam que a força do capital econômico importa para o sucesso das campanhas eleitorais, afirmando que “os eleitos gastam, em média, cinco vezes mais do que os não-eleitos”. Também é fundamental analisar as relações estabelecidas entre o empresariado e as candidaturas. De acordo com Tiago Borges (2012, p. 21) “o volume de recursos doados por empresas às campanhas políticas brasileiras é elevado, o que gera desconfiças em relação às intenções dos doadores e ao comportamento na atividade parlamentar daqueles que receberam os recursos durante as campanhas”.

#### 4.4 O RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO DE JOVENS LIDERANÇAS COMO FORMA DE COMPREENSÃO DE PARTE DO SISTEMA POLÍTICO

Esta tese de doutoramento tem como objeto principal analisar a presença jovem no parlamento federal brasileiro, para isso é fundamental que tenhamos a compreensão de como essas lideranças são recrutadas para o seio dos partidos políticos. Assim, apesar de já termos tecido algumas considerações sobre o tema, é fundamental aprofundar um pouco mais essa discussão teórica, o que tentaremos esboçar nesta seção.

Ao analisar o estado da arte sobre o recrutamento partidário, Machado (2016) esboçou existir três linhas de abordagem: (1) análise das carreiras políticas de parlamentares; (2) abordagem dos mecanismos e procedimentos utilizados pelos partidos políticos, no âmbito de sua organização interna, para a seleção de seus candidatos e, por fim, (3) estudos voltados para os perfis socioeconômicos e profissionais dos políticos “em busca de alguma associação entre seu background social e suas respectivas posições ideológicas” (MACHADO, 2016, p. 42). Dessa forma, não restam dúvidas de que o nosso trabalho se insere entre as linhas 1 e 3 suscitadas pela autora.

Há, segundo a literatura, duas modalidades de recrutamento: a

extensiva e a intensiva. Entende-se por extensiva o investimento partidário em três aspectos: filiação, formação e seleção, priorizando a formação completa do filiado, dando a ele extensiva vivência intra-partidária. Já na modalidade intensiva não há um alargamento do investimento em formação, pelo contrário, a vivência partidária é menos intensa, exigindo, portanto, menor investimento de recursos materiais e tempo.

A literatura tem nos falado também em duas formas de recrutamento partidário: o recrutamento aberto e o recrutamento fechado. É aberto o recrutamento quando a liderança a ser incorporada nos quadros partidários não possui relação de parentesco ou afinidade com nenhum membro da base ou da direção partidária. Nesse caso, a renovação da elite política passa por critérios exógenos, entre eles, capacidade de lideranças, simpatia, carisma e atuação reconhecida na comunidade. É fechado o recrutamento quando a seleção das candidaturas acontece endógena aos partidos políticos, ou seja, as lideranças selecionadas possuem relações de parentesco e afinidade com os membros da base e das direções partidárias, e esse é o elemento fundamental para que sejam inseridos na disputa, pois parte-se do pressuposto de que é preciso a manutenção do poder nas mãos do mesmo grupo.

Por fim, ainda dentro das classificações trazidas pela literatura, temos dois tipos de recrutamento: o de captação e o de recepção. Em linhas gerais, entende-se por recrutamento de captação a busca realizada pelos partidos políticos na consolidação de suas lideranças, ou seja, as agremiações partidárias buscam, no seio da sociedade, lideranças que se destacam e as convidam para ingressar em suas fileiras, enquanto no recrutamento por recepção há um processo inverso onde há um interesse da liderança na busca do partido.

Considerando que nosso objeto de análise se debruça sobre o universo juvenil e que o trabalho de Amanda Machado (2016) é o único no país que buscou retratar esse tipo de recrutamento, nos parece fundamental, ainda que em linhas gerais, apresentar os principais resultados de sua pesquisa. Dessa forma, passaremos a explanar sobre os principais achados da autora, objetivando subsidiar as análises que faremos nos próximos capítulos.

Ao analisar os estatutos partidários do PCdoB, PT, PDT, PMDB, PSDB, PP e DEM a autora encontrou que:

Os partidos de esquerda são os que mais dedicam espaço estatutário aos jovens filiados. Dentre eles,

destaca-se o PCdoB, que é o único dos partidos analisados que prevê atuação prioritária dos jovens no interior de sua organização. Isso se coaduna com outra especificidade do partido, que é seu maior cuidado com o trabalho de atração de jovens e sua formação política, inclusive fora da organização. Para tanto, o PCdoB desenvolve intensa atividade de militância no movimento estudantil, um espaço mais tradicional de participação política dos jovens (...) Os partidos de centro e de direita, por sua vez, reservam espaços bem menores nos seus estatutos à juventude, embora em todos existam estatutos próprios do setor de juventude, com a exceção do PP. Nenhum dos partidos de centro e direita tem a preocupação em definir a faixa etária que caracteriza o filiado jovem e tampouco prevêem atuação prioritária desses membros no interior de suas estruturas organizacionais. Contudo, no PSDB, no PP e no DEM, a juventude é acolhida como um órgão da estrutura partidária. O PMDB é o único em que a juventude não aparece enquanto um órgão da estrutura organizacional – o mesmo ocorre com as mulheres, negros, trabalhadores, etc. (MACHADO, 2016, p. 90-91).

Quanto ao recrutamento, a autora considerou que o PCdoB possui um tipo de recrutamento *sui generis* no quadro partidário mais geral, pois ele atua em parceria com uma organização externa, apêndice de sua estrutura interna, a saber: a União da Juventude Socialista (UJS) que é “incumbida de atrair e formar jovens para ações políticas que interessem ao PCdoB” (MACHADO, 2016, p.113).

Machado (2016, p. 199) concluiu que as agremiações partidárias têm sido proativas em atrair jovens, principalmente através da atuação de seus membros na busca de conhecidos, amigos e colegas dispostos à atividade política, geralmente comungando da visão política do partido. Observou também que existe um interesse dos partidos políticos em filiar determinados perfis de jovens, especialmente aqueles dotados de habilidades para a liderança e capacidade de defender posicionamentos partidários.

Ao realizar entrevistas em profundidade com jovens filiados a partidos políticos, foi possível identificar que a filiação, em sua maioria, é resultado de uma aproximação prévia com militantes de partidos,

tratando-se de um desdobramento do engajamento social (MACHADO, 2016). A autora identificou ainda que no cenário de sua amostra há um predomínio de adesão de jovens por captação, motivados por interesses programáticos.

Nos próximos capítulos estaremos esmiuçando de forma mais detalhada as relações entre as formas de inserção social e reconversão de recursos em posições político-eleitorais (CORADINI, 2001), buscando demonstrar que “qualidades” ou recursos sociais têm chances de atingir o êxito eleitoral precocemente. Os desdobramentos de todo arcabouço teórico trazido ao longo desses três capítulos serão testados num universo muito particular: o dos jovens deputados federais, inaugurando estudos empíricos que buscam elucidar as características predominantes da jovem elite política do país, esperando que outros trabalhos comecem a se consolidar na tentativa de reunir um arcabouço científico importante para pensar juventude e sua relação institucional.

## **5 OS JOVENS DEPUTADOS FEDERAIS PÓS- CONSTITUIÇÃO DE 1988: PERFIS, TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Os três capítulos antecedentes proporcionaram refletir acerca de teorias importantes sobre juventude, representação e elites políticas, dando a base e o substrato para as considerações analíticas que passaremos a apresentar neste e no próximo capítulo. Aqui iremos começar a nos debruçar sobre os dados quantitativos que em sua maioria foram coletados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo claro de apresentar ao leitor um mapeamento capaz de identificar as características constituintes da elite política jovem integrante da Câmara dos Deputados no período de 1990-2014.

Identificar o perfil social e econômico dos representantes eleitos, as agremiações as quais pertencem, a trajetória política desses parlamentares, bem como o seu posicionamento nas relações institucionais, é parte fundamental para compreender quais jovens vêm ocupando cadeiras no nosso parlamento federal. Antes de entrar propriamente nas análises dos dados coletados, é preciso referir que este trabalho teve a preocupação de ser um efetivo censo, abarcando todos os jovens que, quando eleitos deputados (as) federais, possuíam entre 21 e 29 anos de idade e ocuparam a titularidade na Câmara dos Deputados ao longo do período selecionado por esta pesquisa. Portanto, não nos fixamos em analisar os suplentes que eventualmente tenham ocupado a vaga, isso porque fizemos a escolha por analisar os jovens com êxito eleitoral, ou seja, aqueles que lograram vitória nas eleições de 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, constituindo esta tese em um estudo de caráter longitudinal.

### **5.1 BRASIL DA JUVENTUDE?**

As questões etárias, como demonstrado no segundo capítulo, têm sido fartamente exploradas por diversos ramos das Ciências Humanas e Sociais, especialmente pela Antropologia, Educação, Psicologia e Sociologia, ramos nos quais a produção do conhecimento sobre juventude vem se solidificando de maneira robusta, promovendo uma farta agenda de pesquisa. Entretanto, no campo da Ciência Política ou mesmo da Sociologia Política ainda há uma enorme carência de estudos retratando as relações entre juventude e instituições políticas, como

partidos políticos e parlamentos. É com base nessa lacuna que esta tese de doutoramento se solidifica.

Para iniciar as análises dos dados sobre a presença jovem na Câmara dos Deputados do país é preciso apresentar de antemão que o número de parlamentares jovens ao longo de sete legislaturas (1990-2014) é excessivamente baixo, a saber: 2,49% do total de cadeiras – em números absolutos, 89 jovens deputados em todo o período pós-constituição de 1988<sup>5</sup>. Tal achado apresenta uma contradição interessante já que o eleitorado brasileiro jovem representa 36,71%<sup>6</sup>, segundo o TSE (2017). Portanto, a representatividade jovem no parlamento federal não acompanha a proporcionalidade de sua população. Aliás, essa sub-representação é encontrada também em outros grupos considerados pela literatura como minorias parlamentares, entre eles, mulheres, pardos e negros. Ao agregarmos os dados trazidos por Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012, p. 245) constatamos que 8,64% das cadeiras no parlamento foram ocupadas por mulheres<sup>7</sup>. Ainda, os estudos de Nicoletti e Calmet (2017, no prelo) encontraram que a 55ª legislatura – iniciada em 2015 – é composta por 20,06% de parlamentares autodeclarados pardos e negros, sendo que mais da metade da população brasileira é composta por integrantes dessas etnias (50,7%). Nesse sentido, este trabalho estará explorando um grupo considerado minoritário no parlamento, buscando compreender as implicações da baixa presença jovem na ordem institucional brasileira.

Em que pese a média nacional de ocupação das cadeiras na Câmara dos Deputados por jovens políticos seja de 2,49%, podemos observar, no mapa abaixo, que em algumas unidades da federação há uma ampliação e em outras uma retração desse percentual, o mesmo ocorre nas análises por regiões do país, vejamos:

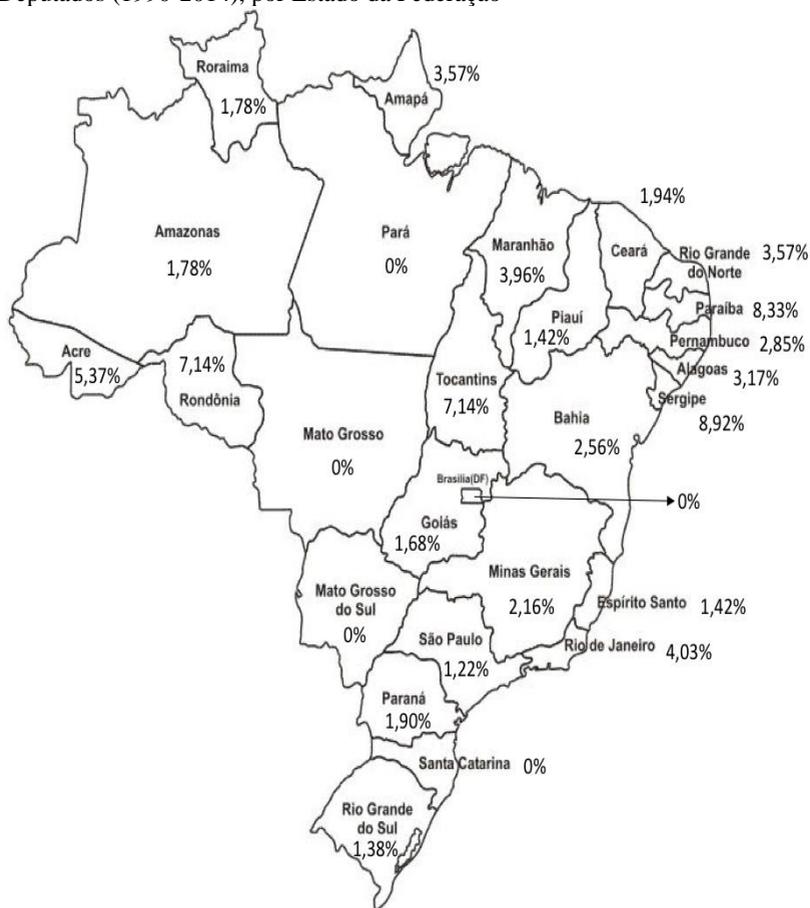
---

<sup>5</sup> Importante destacar que optamos em analisar as ocorrências período a período, motivo pelo qual alguns deputados que foram reeleitos dentro do escopo etário desta tese foram considerados duplamente, com variáveis condizentes com a sua eleição

<sup>6</sup> De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral atualizado até outubro de 2017 os eleitores jovens entre 16 e 34 anos de idade representam 36,71% do eleitorado. Pela natureza dos dados do TSE não foi possível desagregar os eleitores até 29 anos – idade considerada nesta tese.

<sup>7</sup> Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012) analisaram três legislaturas (2003-2007; 2007-2011; 2011-2015), apresentando os dados em números absolutos. A média percentual que nos referimos foi calculada com base nas parlamentares em exercício de mandato, sem considerar as suplências as quais também foram consideradas na pesquisa referida.

Figura 1 – Disposição de Ocupação de Cadeiras por Jovens na Câmara dos Deputados (1990-2014), por Estado da Federação



Fonte: Dados do TSE Tabulados pelo Autor

Quadro 2 – Regiões do País, Unidades da Federação e Ocupação das Cadeiras por Jovens Deputados na Câmara Federal no período 1990-2014

<i>Região do País</i>	<i>Unidade da Federação/ Total de cadeiras no período</i>	<i>Jovens Eleitos no período</i>	<i>Percentual das cadeiras</i>
<b>Nordeste</b>	Alagoas (63)	2	3,17
	Bahia (273)	7	2,56
	Ceará (154)	3	1,94
	Maranhão (126)	5	3,96
	Paraíba (84)	7	8,33
	Pernambuco (175)	5	2,85
	Piauí (70)	1	1,42
	Rio Grande do Norte(56)	2	3,57
	Sergipe (56)	5	8,92
	<b>Total (1057)</b>	<b>37</b>	<b>3,50</b>
<b>Sudeste</b>	Espírito Santo (70)	1	1,42
	Minas Gerais (371)	8	2,16
	Rio de Janeiro (322)	13	4,03
	São Paulo (490)	6	1,22
	<b>Total (1253)</b>	<b>28</b>	<b>2,23</b>
<b>Norte</b>	Acre (56)	3	5,37
	Amapá (56)	2	3,57
	Amazonas (56)	1	1,78
	Pará (119)	0	0
	Rondônia (56)	4	7,14
	Roraima (56)	1	1,78
	Tocantins (56)	4	7,14
		<b>Total (455)</b>	<b>15</b>
<b>Sul</b>	Paraná (210)	4	1,90
	Rio Grande do Sul (217)	3	1,38
	Santa Catarina (112)	0	0
		<b>Total (539)</b>	<b>7</b>
<b>Centro-Oeste</b>	Distrito Federal (56)	0	0
	Goiás (119)	2	1,68
	Mato Grosso (56)	0	0
	Mato Grosso do Sul (56)	0	0
	<b>Total (287)</b>	<b>2</b>	<b>0,69</b>
<b>Geral</b>	<b>Total (3561)</b>	<b>89</b>	<b>2,49</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Pela leitura do quadro acima podemos constatar que as regiões Nordeste e Norte apresentaram incidência superior à média nacional no que tange a presença de jovens em suas bancadas: 3,5% e 3,29%, respectivamente. Essas regiões, conforme dados do TSE (2017),

apresentam o maior percentual de jovens eleitores entre 21-34 anos, a saber: 32,18% no Nordeste e 35,11% no Norte. Já o Sudeste (2,23); Sul (1,29) e Centro-Oeste (0,69) encontram-se entre as regiões do país com menor bancada jovem no intervalo dos 24 anos analisados e são as regiões com menor percentual de jovens eleitores na mesma faixa etária referida, a saber: Centro-Oeste (31,84); Sul (28,63) e Sudeste (28,39%). Obviamente que a existência de maior ou menor número de eleitores jovens nessas regiões pode ser um indicativo do aumento ou retração do sucesso das candidaturas jovens no parlamento federal, entretanto, outras variáveis devem ser cotejadas, entre elas, o perfil e a trajetória da elite política. Infelizmente os limites do campo não permitirão responder se existe relação entre o eleitorado jovem e o êxito de candidaturas dessa categoria, todavia fica o registro de uma hipótese de pesquisa a ser testada a posteriori.

Ao passarmos a analisar os estados-membros temos que das 27 (vinte e sete) unidades da federação – incluído aqui o Distrito Federal – desde a Constituição Federal de 1988, as seguintes unidades nunca elegeram um jovem deputado: Pará, Santa Catarina, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, totalizando 5 (cinco) entes federados, sendo que 3 (três) deles estão na região Centro-Oeste. Os estados do Sergipe (8,92); Paraíba (8,33); Rondônia (7,14) e Tocantins (7,14) são os que apresentaram maior média de ocupação de assento por jovens no parlamento.

Feita as considerações iniciais sobre a presença parlamentar jovem na esfera federal brasileira, nos parece necessário apresentar, desde logo, quais são os partidos políticos que têm se tornado protagonista no êxito de candidaturas jovens no país. Nesse sentido, o quadro abaixo nos dá a dimensão dessa realidade, vejamos:

Quadro 3 – Relação de Partidos e Número de Jovens Eleitos/as Deputados/as Federais entre 1990-2014 no Brasil

<i>Partidos</i>	<i>Jovens Eleitos</i>	<i>Percentual por Partido</i>
PFL/DEM	14	15,7
PMDB	14	15,7
PSB	9	10,1
PSDB	9	10,1
PCdoB	5	5,6
PDT	5	5,6
PT	4	4,5
PPS	4	4,5
PP/PDC	3	3,4
PL	3	3,4
PSC	3	3,4
PTC/PRN	3	3,4
SD	3	3,4
PHS	2	2,2
PMN	2	2,2
PROS	2	2,2
PEN	1	1,1
PRB	1	1,1
PTB	1	1,1
PV	1	1,1
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

O DEM e o PMDB foram os partidos com maior número de deputados jovens no período analisado, suas bancadas atingiram 15,7% do universo pesquisado. O PSB e o PSDB também apontam com uma bancada considerável 10,1% cada. Seguidos pelo PCdoB e PDT (5,6%) e PT e PPS (4,5%).

O PP/PDC, PL, PSC, PTC/PRN e SD aparecem com 3 deputados cada, correspondendo a 3,4% por partido. Foram as seguintes legendas as que apresentaram menor desempenho entre as que elegeram deputados na faixa-etária de 21-29 anos: PHS, PMN e PROS (2,2%) e PEN, PRB, PTB e PV (1,1%) para cada agremiação.

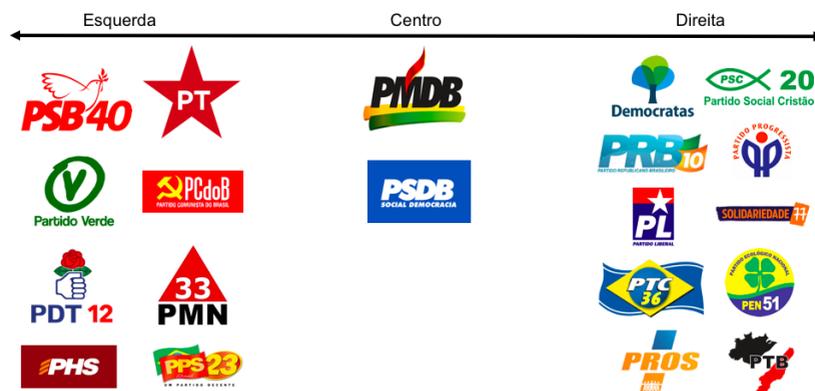
Como podemos perceber, vinte agremiações político-partidárias de diferentes matizes ideológicas elegeram ao longo de vinte e quatro anos jovens deputados<sup>8</sup>. Considerando a classificação do espectro

---

<sup>8</sup> Nem todos os partidos políticos estavam em funcionamento durante a totalidade do período (\*), por esse motivo, para evitar distorções nas análises que faremos, optamos em analisar pelo ponto de vista dos blocos ideológicos, considerando a classificação trazida no recente trabalho de Scheefer (2016).

ideológico trazida no recente trabalho de Scheefer (2016) temos que, dos partidos que elegeram jovens deputados, o PSB, PT, PV, PCdoB, PDT, PMN, PHS e PPS integram a esquerda. O PFL/DEM, PSC, PRB, PP, PL, SD, PTC, PEN, PROS e PTB a direita, e o PMDB e PSDB o centro do espectro ideológico, conforme organograma abaixo:

Figura 2 – Espectro Ideológico



Fonte: Imagem da Internet e Elaboração pelo Autor

Nessa direção, reunindo os partidos políticos por blocos ideológicos, temos os seguintes resultados:

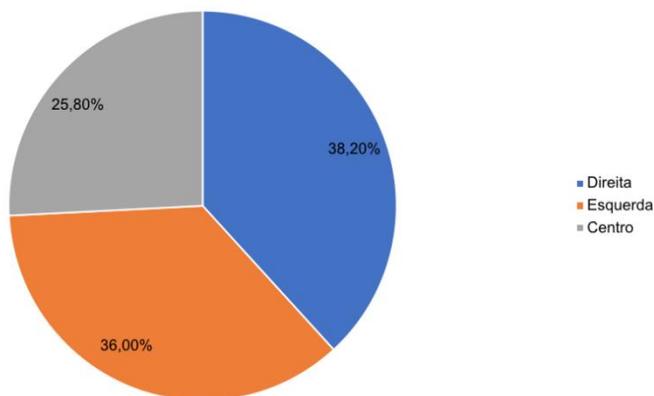
Quadro 4 – Espectro Ideológico e número de Jovens Eleitos/as Deputados/as Federais entre 1990-2014 no Brasil.

<i>Linha do Espectro</i>	<i>Número de Candidatos por Espectro</i>	<i>Percentual de Candidatos por Espectro</i>
Direita	34	38,20
Esquerda	32	36,00
Centro	23	25,80
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>100</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Conforme podemos constatar da leitura do quadro acima, temos uma certa homogeneidade da presença jovem disposta entre os extremos, ou seja, a Direita (38,20%) e a Esquerda (36,00%) possuem uma certa equivalência numérica de suas bancadas jovens. É o centro o campo que destoa dessa realidade, apresentando uma bancada menor (25,80%). O gráfico abaixo também ilustra essa realidade:

Gráfico 1 – Espectro Ideológico e número de Jovens Eleitos/as Deputados/as Federais entre 1990-2014 no Brasil



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Singer (2005) apresentou pesquisa realizada com jovens brasileiros demonstrando que 83% dos entrevistados sabiam se posicionar politicamente, revelando um grau surpreendente de conhecimento político por parte de jovens eleitores. A pesquisa ainda possibilitou demonstrar o posicionamento dos entrevistados no que tange ao campo político ideológico, encontrando que 32% dos entrevistados se aproximam da direita; 27% da esquerda e 23% do centro, percentual não muito distante da distribuição dos jovens deputados eleitos por cada campo do espectro.

Tendo tecido as considerações iniciais sobre a presença jovem no cenário nacional, seus partidos e suas ideologias, passamos a verificar se há, ao longo das sete legislaturas analisadas, um crescimento, retração, ou variação no número de jovens deputados eleitos ao longo dos anos. Em um primeiro momento chegamos a acreditar que quanto mais próximo ao período da redemocratização brasileira maior seria a presença de jovens deputados federais, justificado pelo forte engajamento dessa população no processo de transição do regime militar para a democracia. Keil (2004), por exemplo, chegou a afirmar que a juventude já protagonizou uma série de movimentos sociais, mas que nos últimos tempos encontra-se inerte e apática em relação à vida pública.

No entanto, em que pese vários estudos demonstrarem fraca participação jovem nos espaços formais da democracia (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006; MUXEL, 1997), a hipótese de maior presença

durante a transição de regime não se verificou, pelo contrário, os números demonstram variações interessantes em todo o período analisado e que deve ser contextualizado para que possamos pelo menos inferir alguns resultados encontrados. O quadro abaixo permite cruzar dois dados interessantes: o número de deputados eleitos por eleição e o espectro ideológico dos parlamentares, vejamos:

Quadro 5 – Número de Jovens Eleitos/as Deputados/as Federais entre 1990-2014 e Espectro Ideológico da elite política

Eleição	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
1990	1	1	4	6
1994	4	5	3	13
1998	2	3	3	8
2002	5	2	3	10
2006	10	1	5	16
2010	6	4	5	15
2014	3	7	11	21
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>34</b>	<b>89</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Dos períodos analisados por esta tese encontramos que a bancada jovem eleita em 1990 foi a menor de todo o período pós-constituição de 1988, elegendo maior número de parlamentares jovens do campo da direita. Em 1994 há um aumento de mais de 100% da bancada jovem, expandindo consideravelmente sua representação, com destaque para o centro e para a esquerda do espectro. O centro ampliou a sua presença jovem e novos nomes da esquerda sem herança de capital político familiar ganharam destaque com o movimento “Caras Pintadas” – que pedia o impedimento do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992, a saber: Lindberg Faria (RJ) e Ricardo Gomyde (PR), ambos do PCdoB.

Em 1998 há uma queda da presença jovem no parlamento, ampliando na eleição de 2002. Em 2006 há novamente um aumento considerável de jovens no parlamento com destaque para a esquerda do espectro ideológico, que duplicou o número de jovens deputados. Na eleição de 2010 há uma leve queda no cômputo geral e um avanço de jovens de centro, culminando com o ápice da presença jovem na eleição de 2014 – ainda em curso – elegendo 21 (vinte e um) jovens deputados federais com retração da esquerda e expansão considerável do centro e da direita.

Feitas as considerações sobre a presença jovem nas regiões e unidades da federação; espectro ideológico; presença por partido político e número de jovens deputados eleitos no período proposto, nos parece necessário ingressar na próxima seção deste capítulo, a saber: o perfil sócio ocupacional dessa jovem elite política.

## 5.2 O PERFIL SÓCIO OCUPACIONAL DA JOVEM ELITE

Nesta seção nos debruçaremos em revelar o mapa sócio ocupacional dos jovens investigados, trazendo variáveis importantes para pensar o seu perfil e sua trajetória. Aqui iremos apresentar ao leitor as características predominantes na composição de nossa jovem elite política, trazendo dados sobre as questões de gênero, escolaridade, e trajetória na política, elementos fundamentais para evidenciar como se constitui o nosso objeto de pesquisa.

### 5.2.1 A relação de gênero dos/as jovens deputados

Iniciamos a análise pela constatação de uma fraca presença feminina na política brasileira, realidade trazida também em outros estudos (PINTO, 2017; ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012; ARAÚJO, 2010, 1998; TABAK, 2002; AVELAR, 2001; GROSSI; MIGUEL, 2001; MORTIZ; SCHULZ, 2001).

Grossi e Miguel (2001, p. 180) chamam a atenção para a existência de uma tensão existente entre a carreira política e a vida familiar, informando que “a dicotomia entre o público e o privado [...] é um ponto central com o qual as mulheres se defrontam no cotidiano”. Esse mesmo ponto de análise é compartilhado por Clara Araújo (1998,), destacando que:

A presença das mulheres nas instâncias de representação tem sido analisada pela literatura como parte dos processos históricos de institucionalização do poder político. Na construção das democracias ocidentais, isso se fez acompanhar de definições políticas e normativas que configuram espaços e direitos distintos, para homens (públicos) e mulheres (privados), na organização da vida social moderna (ARAÚJO, 1998, p. 71).

Há certo consenso de que o nível de participação das mulheres é

um dos indicadores para avaliar o grau de amadurecimento das democracias. No Brasil, a participação feminina no parlamento federal gira ao redor de 10% das cadeiras disponíveis, condição que tem colocado o Brasil no 154º lugar entre 193 países no ranking elaborado pela Inter-Parliamentary Union (2016) – associação internacional que congrega legislativos nacionais de todo mundo – ficando atrás de alguns países árabes, do Oriente Médio, e de Ilhas Polinésias.

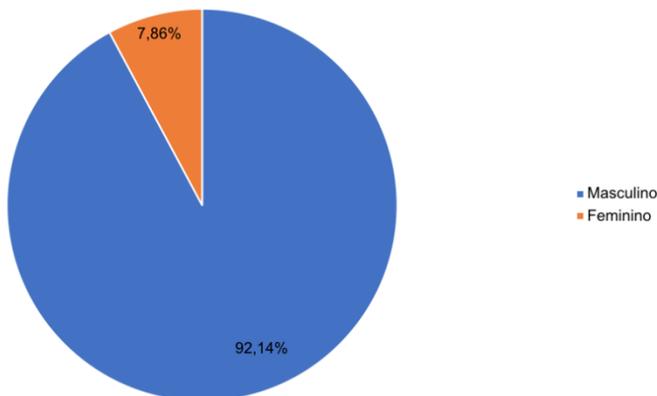
Se do ponto de vista mais macro ainda caminhamos lentamente para a eleição de mulheres nos diversos âmbitos do poder, a realidade se repete no universo pesquisado por esta tese, ou seja, as jovens deputadas eleitas entre 1990-2014 representam 7,86% do total de cadeiras conquistadas pela juventude, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 6 – Relação Gênero/Espectro Ideológico e Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014

<i>Gênero</i>	<i>Esquerda</i>	<i>Centro</i>	<i>Direita</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Masculino	30	19	33	82	92,14
Feminino	2	4	1	7	7,86
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>34</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Gráfico 2 – Relação Gênero e Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Num universo ainda hegemônico quanto à presença masculina (92,14%), algumas mulheres conseguiram atingir o êxito eleitoral (7,86%), são elas: Rita Camata (PMDB-ES) eleita na eleição de 1990, esposa de ex-governador de estado; Vanessa Felipe (PSDB-RJ) eleita

na eleição de 1994, filha de ex-vereador e esposa de ex-deputado federal; Manuela Dávila (PCdoB-RS) eleita nas eleições de 2006 e 2010, não possui familiar na política e capitalizou-se no movimento estudantil; Bruna Furlan (PSDB-SP) eleita em 2010, filha de ex-prefeito de Barueri; Bruniele Ferreira da Silva (PTC/PR-MG) eleita em 2014, esposa de Deputado Estadual e apresentadora de TV e, por fim, Mariana Carvalho (PSDB-RO), filha de ex-governador. Giza-se que nas eleições de 1998 e 2002 nenhuma jovem mulher foi eleita para o parlamento federal.

### **5.2.2 Faixa-etária predominante entre os eleitos**

No estudo “Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2011/2015” do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, temos que a idade média dos nossos parlamentares é de 47 anos, idade semelhante ao encontrado por Freire (2001) em estudo realizado em Portugal. De acordo com o autor:

Este fenômeno poderá ser sintoma de um certo fechamento no recrutamento parlamentar, caso resulte de um aumento da recondução de antigos deputados. Mas se este envelhecimento resultar efectivamente de um aumento da recondução de antigos deputados, tal fenômeno terá uma vertente positiva em termos da profissionalização política. Todavia, o padrão evolutivo denota algumas irregularidades, apesar da tendência geral no sentido do aumento das médias etárias (FREIRE, 2001, p. 61).

Em que pese as oscilações ocasionadas em cada legislatura, não restam dúvidas de que o objeto de nossa análise constitui uma minoria parlamentar com ingresso precoce no cenário político nacional, ou seja, parlamentares eleitos nos períodos analisados que possuíam, quando da sua candidatura, entre 21 e 29 anos de idade. A tabela abaixo nos apresenta um panorama interessante que deve ser compreendido partindo de uma análise mais ampla.

A idade do deputado, quando se candidatou ao cargo, é de suma importância, uma vez que o recorte etário utilizado nessa pesquisa estende-se dos 21 aos 29 anos. Dentro desse período existem nove anos de diferença, o que é bastante significativo tendo em vista que as percepções de mundo e as vivências geracionais podem afetar o

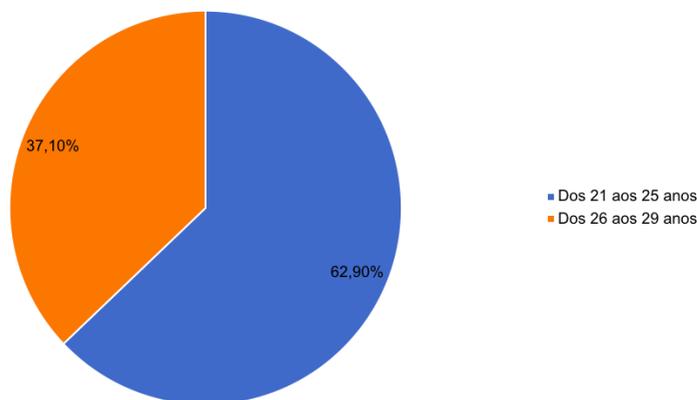
processo e as concepções de política dos agentes. Assim, dividimos os jovens parlamentares em duas categorias distintas:

Quadro 7 – Divisão dos jovens Deputados/as Eleitos/as entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil, por faixa-etária e espectro ideológico

<i>Faixa Etária</i>	<i>Esquerda</i>	<i>Centro</i>	<i>Direita</i>	<i>Total</i>
Dos 21 aos 25 anos	18	15	23	56 (62,90%)
Dos 26 aos 29 anos	14	8	11	33 (37,10%)
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>34</b>	<b>89 (100%)</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016)

Gráfico 3 – Divisão dos jovens Deputados/as Eleitos/as entre 1900-2014 para a Câmara Federal do Brasil, por faixa-etária



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Como podemos observar, existe um maior número de jovens eleitos na faixa-etária dos 21 aos 25 anos, eles correspondem a 62,90% dos eleitos. Os deputados mais jovens eleitos no país foram: Alexandre Leite (DEM-SP); Hugo Motta (PMDB-PB); Jhonatan de Jesus (PRB-RR) e Wilson Santiago Filho (PMDB-PB), todos eleitos em 2010 com 21 anos de idade e herdeiros de capital político familiar.

Entre os jovens eleitos na faixa-etária dos 21 aos 25 anos, temos que a direita elegeu o maior número de deputados ao passo que a esquerda se sobressai na faixa-etária superior (26-29 anos).

Apresentado esses dados referente à faixa-etária dos jovens na Câmara dos Deputados, parece-nos fundamental ingressar num universo importante nesse processo: o perfil educacional dos eleitos. É o que passamos a analisar na próxima seção.

### 5.2.3 A escolaridade dos eleitos

Uma das variáveis a ser considerada na elucidação do perfil sócio ocupacional dos jovens eleitos é a escolaridade, já que diversos estudos sobre elites políticas têm pontuado com frequência a existência, na média geral, de um número expressivo de políticos com elevado nível de escolaridade (YSMALL, 1985; GALLAGHER; MARSH, 1988; ALLUM, 1995; NORRIS, 1996, 1997; NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; SCHMITTER, 1999; BEST; COTTA, 2000).

Ranney (1965) destacou que a alta escolaridade nos cargos públicos eletivos é resultado de uma preferência dos partidos políticos por candidatos com diploma universitário, acreditando que este perfil desperta no eleitorado a sensação de serem portadores de habilidade e capacidade para gerir a coisa pública, dando aos candidatos o prestígio social de sua formação.

Norris (1997) chama a atenção para um estudo realizado no início dos anos 1990 sobre o recrutamento parlamentar em diversas democracias ocidentais, cuja percentagem de deputados com escolaridade universitária era de: 68% no Canadá; 63% na Finlândia; 77% na Alemanha; cerca de 60% na Holanda; 70% na Nova Zelândia e 69% no Reino Unido. Importante consignar que estudos voltados ao campo da cultura política têm demonstrado relação direta entre nível de escolaridade e maior participação (BAQUERO, 2008).

Rodrigues (2002), analisando a composição da Câmara dos Deputados eleita em 1998, encontrou que 82% possuía algum diploma de curso superior, o que indica, segundo ele, “que as pessoas com baixa escolaridade têm mínimas chances de chegar a deputado federal” (p.73). Percentual semelhante foi o encontrado por Braga, Veiga e Miriáde (2009), seus achados elucidaram que 81,4% dos deputados federais eleitos pelo estado de São Paulo nas eleições de 2006 possuem o Ensino Superior Completo, demonstrando que “houve uma franca preferência dos partidos e dos eleitores por candidatos com curso superior” (p. 135).

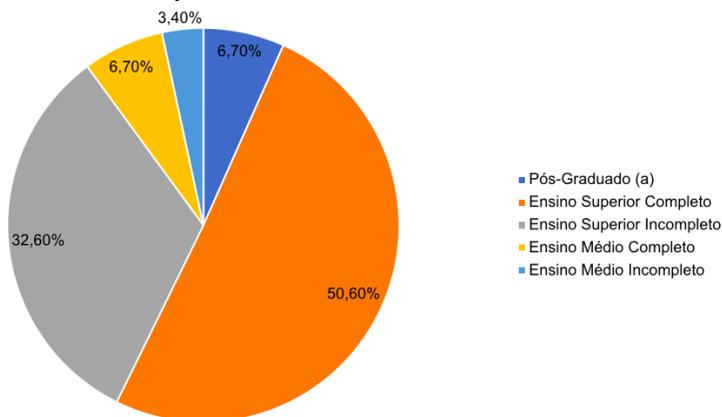
Feitas essas considerações, nosso objetivo passou a ser o de buscar elementos dentro dos dados tabulados nesta tese de doutoramento para evidenciar se entre os jovens deputados eleitos no período investigado (1990-2014) existiam variações quanto ao perfil que vem sendo elucidado pela bibliografia. O quadro abaixo demonstra o perfil educacional dos jovens eleitos:

Quadro 8 – Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil, por escolaridade e espectro ideológico

Escolaridade	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Pós-Graduado (a)	2	1	3	6 (6,70)
Ensino Superior Completo	16	13	16	45 (50,60)
Ensino Superior Incompleto	11	6	12	29 (32,60)
Ensino Médio Completo	1	2	3	6 (6,70)
Ensino Médio Incompleto	2	1	0	3 (3,40)
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>34</b>	<b>89 (100)</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Gráfico 4 – Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil por escolaridade



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

No que tange a análise do perfil educacional dos jovens deputados eleitos, temos que 57,30% possuem diploma universitário (considerando os com Ensino Superior Completo e Pós-Graduados). Essa redução em percentual na comparação com a média geral encontrada nos estudos acima referidos se deve ao fato de que muitos jovens deputados (32,60%) ainda encontravam-se em formação universitária quando concorreram ao posto. Assim, se somarmos os pós-graduados, os com ensino superior completo e incompleto teremos que 89,90% do universo investigado frequenta ou frequentou os bancos acadêmicos, demonstrando que há uma alta escolarização da juventude no parlamento federal.

Os dados consolidam a tese de que os eleitores optam por eleger ao posto legislativo candidatos com escolaridade elevada, reforçando os argumentos de Ranney (1965). De acordo com Freire (2001, p. 67):

[...] após a segunda guerra mundial, com a progressiva integração dos partidos de esquerda no sistema parlamentar e o declínio da importância dada a representação política como espelho da sociedade, foi retomado o predomínio dos deputados com educação universitária, ainda que com diversas características (Best e Cotta, 2000: 515-518).

Se o perfil tradicional encontrado nos estudos do campo da sociologia política informam que existe um predomínio de parlamentares com escolarização elevada, nos parece prudente elucidar a exceção: os 3 (três) parlamentares menos escolarizados da análise, ou seja, parlamentares que quando concorreram possuíam um nível de escolaridade intermediário incompleto e que representam 3,40% do total. São eles: Carlos Santana (PT-RJ); Igor Avelino (PMDB-TO) e Sérgio Reis (PMN-SE), sendo que o único que não possui herança de capital político é o deputado do Partido dos Trabalhadores.

Note-se que no universo pesquisado inexistem parlamentares com baixa escolaridade (ensino fundamental), motivo pelo qual não conseguimos testar a tese de Rodrigues (2002) que sugere que os menos escolarizados tendem a estar na esquerda do espectro ideológico.

Ainda quanto à escolaridade, abriremos o leque de informações e apresentaremos ao leitor a qualificação técnica daqueles com ensino superior no momento da eleição. Na realidade iremos revelar a formação acadêmica dos 51 (cinquenta e um) jovens deputados que possuíam Ensino Superior Completo – com pós-graduação ou não – buscando verificar se existe uma prevalência de dadas carreiras.

Diversos pesquisadores do campo da teoria das elites e do recrutamento partidário já debruçaram esforços em elucidar que existem algumas profissões ou formações profissionais que prevalecem no campo da política, como é o caso de profissionais do ramo do direito (RODRIGUES, 2002; FREIRE, 2001; DOGAM, 1999; NORRIS, 1996). A esse respeito Rodrigues (2002) manifesta:

O recrutamento para a classe política é efetuado de um número pequeno de profissões e ocupações: empresários, advogados, professores,

funcionários públicos e sindicalistas. A proporção dessas categorias nos parlamentos ocidentais varia com a votação dos partidos. A participação de lavradores e trabalhadores agrícolas é baixa em toda parte. A de operários manuais, atualmente, é fraca, inclusive em democracias em que ela já foi elevada e em que a esquerda está no poder (RODRIGUES, 2002, p. 84).

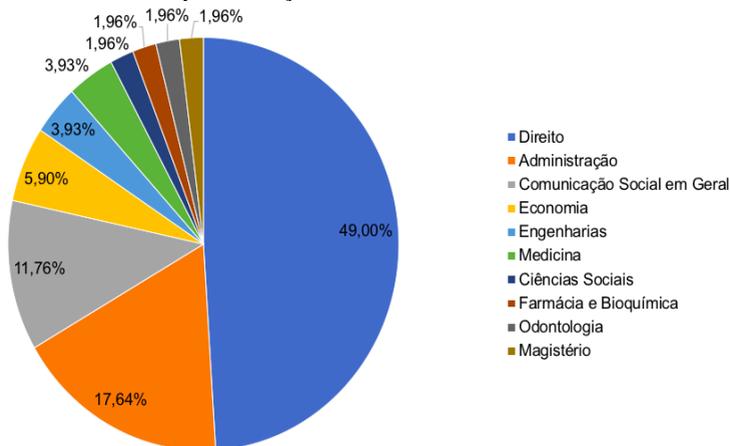
Na nossa análise, verificamos uma prevalência significativa da formação jurídica entre os jovens deputados com diploma universitário, correspondendo a quase metade do nosso universo (49,0%). Segundo Rodrigues (2002, p. 96) “a elevação do nível de escolaridade dos parlamentares de todos os partidos, o recrutamento majoritariamente em segmentos da classe média educada [...] atuaram a favor da homogeneização social da classe política”, informando ainda que existem elementos de diferenciação quando se coteja comparações entre a esquerda e a direita. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 9 – Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil, por formação e espectro ideológico

Formação	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Direito	5	8	12	25 (49,00)
Administração	6	1	2	9 (17,64)
Comunicação Social em Geral	3	2	1	6 (11,76)
Economia	2	0	1	3 (5,90)
Engenharias	0	0	2	2 (3,93)
Medicina	0	2	0	2 (3,93)
Ciências Sociais	0	1	0	1 (1,96)
Farmácia e Bioquímica	1	0	0	1 (1,96)
Odontologia	0	0	1	1 (1,96)
Magistério	1	0	0	1 (1,96)
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>51 (100)</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Gráfico 5 – Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 1990-2014 para a Câmara Federal no Brasil por formação



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Ao fazer a leitura do gráfico que elucida a formação acadêmica da jovem elite parlamentar, percebemos que a direita do espectro ideológico se consolida como a campeã em operadores do direito, seguida pelo centro e esquerda – campo este que possui um maior número de administradores e profissionais voltados ao campo das humanas (Ciências Sociais, Comunicação Social e Magistério).

#### 5.2.4 O patrimônio dos eleitos

Uma das variáveis recorrentes nos estudos sobre perfil parlamentar é a análise do patrimônio declarado pelo candidato à justiça eleitoral. Assim, de posse dos dados coletados junto ao TSE, buscamos constituir categorias que permitissem ilustrar o peso do patrimônio como uma variável importante a ser considerada nas análises políticas, isso porque o estudo de Rodrigues (2002) demonstrou que existe uma prevalência considerável indicando que parlamentares mais a direita do espectro ideológico tendem a possuir maior patrimônio, enquanto o centro ocupa uma linha intermediária e na esquerda encontram-se os com menor patrimônio. Assim, buscamos testar essa constatação no nosso universo de pesquisa.

Antes de ingressar propriamente na apresentação de dados é preciso informar que, por limitação ao acesso aos dados, só foi possível encontrar o patrimônio declarado dos jovens parlamentares eleitos entre

2006 e 2014, o que totaliza 52 jovens deputados, uma amostra significativa a ser considerada. Dessa forma temos a seguinte realidade:

Quadro 10 – Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 2006-2014 para a Câmara Federal no Brasil, por patrimônio e espectro ideológico

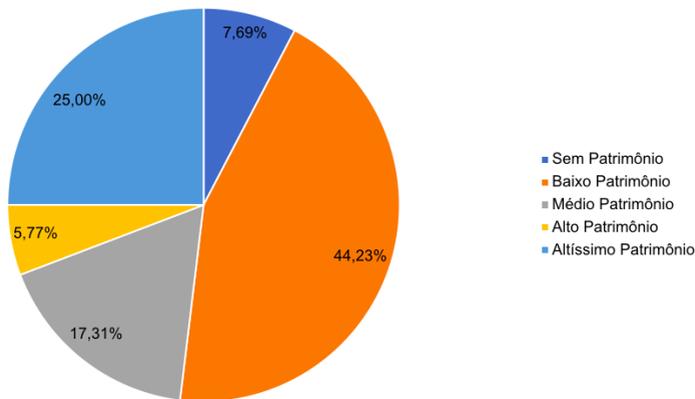
Patrimônio Declarado	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Sem Patrimônio	2	1	1	4 (7,69)
Baixo Patrimônio	12	5	6	23(44,23)
Médio Patrimônio	1	3	5	9 (17,31)
Alto Patrimônio	0	0	3	3 (5,77)
Altíssimo Patrimônio	4	3	6	13 (25,00)
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>52 (100)</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Consideramos “sem patrimônio” os jovens deputados federais que na eleição em que venceram não possuíam patrimônio a declarar; “baixo patrimônio” aqueles cujo patrimônio não ultrapassou os trezentos mil reais; “médio patrimônio” parlamentares com patrimônio maior que trezentos mil reais e menores de seiscentos mil reais; “alto patrimônio”, aqueles que declararam bens que ultrapassam seiscentos mil reais até o limitador de novecentos mil e, por fim, “altíssimo patrimônio” aqueles parlamentares que seu patrimônio pessoal ultrapassa os novecentos mil reais. Essas categorias de análise foram propostas por este pesquisador considerando os dados coletados junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Observa-se que os achados de Rodrigues (2002) são parcialmente confirmados, visto que na esquerda estão em maior número os parlamentares com baixo ou nenhum patrimônio, ao passo que a direita lidera entre os mais abastados economicamente. Entre os parlamentares com patrimônio superior a novecentos mil reais temos: Expedito Netto (SD); Ratinho Júnior (PSC); Irajá Abreu (DEM); João Henrique Holanda Caldas (SD); Lucas Virgílio (SD) e Wilson Filho (PTB) – todos herdeiros de capital político familiar e situados na direita do espectro; Leonardo Picciani (PMDB); Pedro Vilela (PSDB) e Wilson Santiago Filho (PMDB) – também herdeiros de capital político familiar, mas situados no centro e, por fim, Felipe Bornier (PHS); Ilderlei Cordeiro (PPS); Vicentinho Júnior (PSB) e Guilherme Mussi (PV), situados na esquerda, este último o único sem herança de capital político familiar na política entre todos os mais abastados patrimonialmente. Vejamos a análise partindo do cômputo geral:

Gráfico 6 – Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a entre 2006-2014 para a Câmara Federal no Brasil por patrimônio



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

O gráfico acima demonstra que no geral (44,23%) dos jovens parlamentares apresentam baixo patrimônio; (25,00%) altíssimo acervo patrimonial, seguido pelo patrimônio médio (17,31%); sem patrimônio (7,69%) e pelo alto patrimônio declarado (5,77%), o que demonstra que na grande maioria os jovens, ao candidatarem-se ao cargo de deputado federal, tendem a possuir um patrimônio menor.

### 5.2.5 Jovens de todas as cores?

A questão étnica é um tema fartamente explorado na Sociologia e na Antropologia. Diversos pesquisadores já produziram robustos estudos sobre o tema, analisando o fenômeno sob diversos ângulos. A adoção de políticas afirmativas para o acesso de negros e pardos às universidades públicas é um exemplo emblemático dessa discussão. No entanto, a Ciência Política ainda caminha lentamente quando o assunto volta-se na análise dessa perspectiva.

Primeiramente, é preciso referir que a população brasileira está longe de ter uma composição homogênea no que diz respeito a cor da pele de seus cidadãos. Um país territorialmente gigantesco, com miscigenação étnica acentuada – o branco europeu, o negro africano e os indígenas – demarca a nação tanto do ponto de vista demográfico quanto cultural.

No final de 2013 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o “Mapa da Distribuição Espacial da População,

segundo a cor ou raça”, demonstrando que mais da metade da população brasileira, 50,7% (190,7 milhões de brasileiros) declararam-se como negros ou pardos. Em termos percentuais, a região com mais cidadãos autodeclarados pretos ou pardos é o Norte do País (73,5%), seguida pelo Nordeste (68,9%), Centro-Oeste (55,7%), Sudeste (43,6%) e, por último, a região Sul (20,5%). Essa pluralidade étnica/populacional não tem repercutido na formação das elites políticas nacionais, pelo contrário, o predomínio de políticos brancos é uma realidade que atinge todo o país.

Apenas em 2014 o Tribunal Superior Eleitoral inseriu em seu formulário para registro de candidatura o atributo cor, motivo pelo qual nosso estudo se limitou em analisar a cor dos jovens deputados federais eleitos nesse ano, totalizando 21 ocorrências, encontrando:

Quadro 11 – Divisão dos jovens Deputados/a Eleitos/a em 2014 para a Câmara Federal no Brasil, por cor e espectro ideológico

Cor	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Branca	3	6	7	16 (76,19)
Parda	0	0	4	4(19,04)
Preta	0	1	0	1 (4,77)
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>21 (100)</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Dessa forma é preciso destacar que pela amostra pequena analisada não nos foi possível identificar se existem diferenças marcantes entre a cor dos parlamentares e o espectro ideológico ao qual estão inseridos, o que deverá ser testado em outros universos, visto que apenas em 2014 o Tribunal Superior Eleitoral inseriu em seu formulário para registro de candidatura o atributo cor. Deste modo, os dados revelam que na 55ª legislatura há um predomínio de jovens Deputados Federais brancos na Câmara Federal do país (76,19%). Os pardos e pretos juntos chegam a apenas 23,81%, estando longe da representação proporcional da sua população.

### 5.2.6 Alguns apontamentos

Uma das grandes dificuldades na concepção deste capítulo foi a de encontrar dados homogêneos que abarcasse todo o período longitudinal proposto, mesmo assim consolidamos alguns achados interessantes, especialmente quanto ao gênero, faixa-etária,

escolaridade, formação, patrimônio e cor. No próximo capítulo nos debruçaremos com afinco na influência do capital político familiar e de outras formas de participação institucional na formação das trajetórias políticas dos nossos jovens deputados pós-constituente.

## **6 A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO: O PESO DAS FAMÍLIAS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA BASE DAS TRAJETÓRIAS**

Passamos a ingressar no último capítulo desta tese de doutoramento, onde apresentaremos a construção do capital político dos jovens deputados federais abarcados por este trabalho, destacando, sobretudo, o peso das famílias e dos movimentos sociais na solidificação de candidaturas competitivas.

### **6.1 A HERANÇA DE CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR COMO UM PREDITOR PARA O SUCESSO ELEITORAL DE JOVENS CANDIDATURAS**

Não é novidade de que a nossa hipótese teórica está ancorada na premissa de que a construção da carreira política difere conforme a linha do espectro ideológico ao qual o parlamentar está vinculado (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007; MARENCO, 2000), acreditando que exista maior probabilidade de os/as jovens Deputados/as Federais, eleitos/as entre 1990-2014 por agremiações de direita, escolherem participar da política convencional influenciados por um capital político familiar que os projeta com facilidade para o êxito eleitoral, isso porque tendem a ser herdeiros de capital político já consolidado por algum ou alguns membros da família previamente inserido no campo da tradicional política. Nesse contexto, influenciados pelos achados de Marengo dos Santos e Serna (2007) e Chichelli (2009), acreditamos que o campo da esquerda é mais aberto ao recrutamento de lideranças fora do eixo da política tradicional, captando ou incorporando em seus quadros lideranças desprovidas de herança política, mas com capital político sedimentado em outros campos da vida social, por exemplo, em movimentos sociais.

Para validar ou não a hipótese teórica esboçada acima foi preciso nos valer de uma metodologia que possibilitasse averiguar as carreiras políticas dos jovens deputados eleitos, o que foi possível através da análise da biografia parlamentar disponível junto à Câmara dos Deputados e ao acesso ao banco de dados CPDOC/FGV, cotejando uma multiplicidade de outras fontes que vão desde entrevistas até reportagens de jornais e revistas, tudo para identificar com precisão os caminhos até a chegada ao parlamento. De posse desse arcabouço de informações foi possível identificar quais dos jovens eleitos possuíam uma herança de capital político de família e quantos chegaram ao sucesso eleitoral de

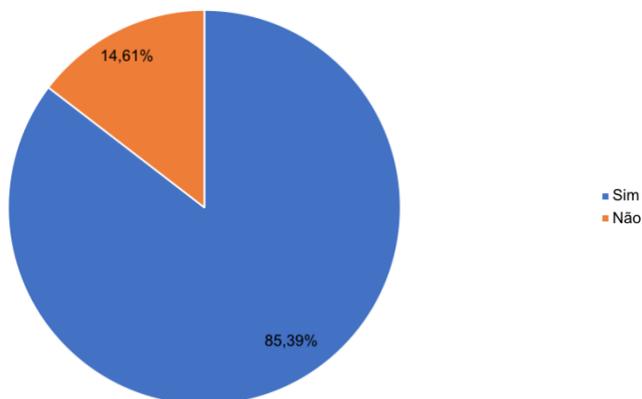
forma paralela a essa prática política, dados que foram sintetizados no quadro e gráfico abaixo:

Quadro 12 – Espectro e Herança Familiar de Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014

Herdeiro(a) de capital político familiar?	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Sim	20	23	33	76 (85,39)
Não	12	0	1	13 (14,61)
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>34</b>	<b>89 (100)</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Gráfico 7 – A Herança de Capital Político Familiar entre os Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

De um universo de 89 jovens deputados federais temos que 85,39% possui herança política familiar, ou seja, são netos, filhos, sobrinhos ou irmãos de outros políticos tradicionais e acabaram se beneficiando de um patrimônio político construído por outrem. Observe que a totalidade dos parlamentares do centro herdou capital político de algum familiar, ao passo que 97,05% da direita também seguiu na mesma direção. É a esquerda o campo ideológico que apresenta um maior número de parlamentares que na sua carreira política inexistiu herança familiar, a saber: 37,50% dos seus jovens parlamentares. Esse dado é significativo, pois corrobora os achados de Marenco dos Santos e Serna (2007) de que o campo da esquerda possui uma multiplicidade de formas de recrutamento que vão além da natureza familiar.

Como bem considerou Grill (2008, p. 129):

O estudo das “heranças políticas” possibilita, em primeiro lugar, entender o fenômeno da gestão, transmissão, apropriação e renovação de patrimônios políticos em “contextos democráticos”, ou seja, em configurações históricas que proclamam a “livre escolha”, a “igualdade de chances”, a “rotação” e a “alternância” no poder, mas que, no entanto, comportam a “permanência”, o “confisco” e a “conservação” (Patriat, 1992, p.2).

Nesse contexto, em que pese as regras e normas sejam idênticas para todos os envolvidos, a dinâmica política não é igual para todos, isso porque as elites políticas tradicionais tendem a ingressar no jogo democrático buscando a manutenção do seu poder, seja com as velhas lideranças ou a renovação dentro do próprio “clã” familiar. Conforme Grill (2008, p. 130) “embora a eleição seja a promessa de renovação ela pode também assegurar a perenidade [...] a urna torna-se um lugar da memória e a prática do voto uma celebração do passado”.

Importante consignar que embora a herança política seja um preditor interessante para o êxito de candidaturas, existe parlamentares com desigualdades consideráveis entre os seus patrimônios políticos herdados, isso porque não existe o mesmo peso entre um herdeiro de capital político de um governador e senador daquele que herda capital político de um deputado estadual, por exemplo. É que a abrangência territorial do voto se torna desigual e limita o campo da transferência de prestígio e voto, fazendo com que alguns possam alçar voos mais altos sem que necessitem ocupar cargos mais baixos. Por esse motivo optamos em categorizar o patrimônio político herdado em três faixas distintas, a saber:

Quadro 13 – Abrangência territorial do patrimônio político herdado pelos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014

<b>A abrangência territorial do patrimônio político herdado</b>	<b>Cargos Considerados</b>
Alta abrangência territorial Média abrangência territorial Baixa abrangência territorial Não se aplica	Herdeiros de Governadores e Senadores Herdeiros de Prefeitos e Vice-Governadores Herdeiros de Cargos na Proporcional Candidatos Sem Herança

Fonte: Tipologia Criada pelo Autor

Essas categorias serão utilizadas mais a frente buscando testar os impactos da abrangência territorial sobre o êxito das candidaturas. Ainda na tentativa de elucidar os dados encontrados, nos pareceu necessário apresentá-los em comparação por regiões do país, buscando identificar se existe alguma relação entre herança política familiar e determinadas localizações geográficas. Na realidade, o que buscamos testar é se existe alguma região mais ou menos “porosa” à herança de capital político familiar. Vejamos:

Quadro 14 – Herança de Capital Político Familiar e Regiões do País que elegeram Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014

<b>Herdeiro(a) de capital político familiar?</b>	<b>Regiões do País</b>					<b>Total</b>
	<b>Nordeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sul</b>	
Sim	37	14	20	2	3	76 (85,39)
Não	0	1	8	0	4	13 (14,61)
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>15</b>	<b>28</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>89 (100)</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Os jovens parlamentares do Nordeste – em número considerável – e os do Centro-Oeste são em sua totalidade herdeiros de capital político, ao passo que no Norte temos 6,66% sem herança. São as regiões mais ao sul do Brasil (Sudeste e Sul) as que apresentam uma maior presença de jovens deputados federais que se capitalizaram politicamente em outros meios. Entre os 13 deputados/as que não possuem familiar na política 12 estão entre o Sudeste e o Sul. Enquanto a região Sudeste tem 28,57% de jovens deputados sem herança, o Sul apresenta 57,14%.

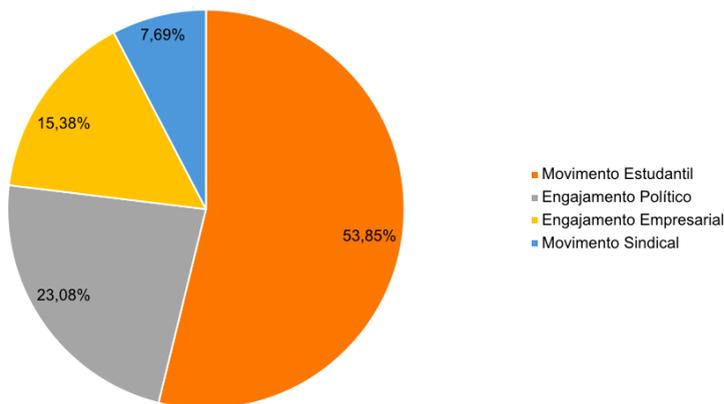
Como já demonstrado, há uma prevalência de jovens parlamentares com herança política familiar diretamente incidente sobre as exitosas candidaturas. No entanto, existem treze ocorrências, o que corresponde a 14,61% do universo pesquisado, que se capitalizaram politicamente em outros campos da vida pública. Considerando o quadro abaixo, verificamos que a maioria dos sem herança política (53,85%) ergueu sua trajetória política no interior do movimento estudantil, é o caso de: Aliel Machado (PCdoB); Lindberg Faria (PCdoB); Manuela Dávila (PCdoB); Odair José da Cunha (PT); Reginaldo Lopes (PT) e Ricardo Gomyde (PCdoB). Chama a atenção nestes dados a prevalência do PCdoB e do PT na penetração junto ao movimento estudantil, o que foi identificado também por Machado (2016) ao analisar o recrutamento de jovens lideranças no Rio Grande do Sul.

Quadro 15 – Formação de Capital Político pelos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014, entre aqueles sem herança política

A formação do “capital político” entre os que não possuem herança política	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Movimento Estudantil	7	0	0	7 (53,85)
Engajamento Político	2	0	1	3 (23,08)
Engajamento Empresarial	2	0	0	2 (15,38)
Movimento Sindical	1	0	0	1 (7,69)
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>13 (100)</b>

Fonte: Dados CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados

Gráfico 8 – Formação de Capital Político pelos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014, entre aqueles sem herança política



Fonte: Dados CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados

Como podemos constatar, 61,54% dos jovens parlamentares sem herança de capital político familiar surgem dos movimentos sociais (estudantil e sindical), ao passo que 23,08% estiveram envolvidos no engajamento em cargos políticos que os capitalizaram para o sucesso na candidatura de Deputado Federal.

Os dados apresentados por esta tese são claros ao afirmarem que a massiva maioria dos jovens parlamentares que atingiram o êxito eleitoral são herdeiros de capital político familiar (85,39%). Todavia, apresentaremos um panorama mais esmiuçado, por exemplo, indicando qual a trajetória política dos parlamentares; por quais outras esferas o parlamentar percorreu e, sobretudo, qual tipo de parentesco incide com maior prevalência entre os jovens com herança. Assim, nas próximas linhas apresentaremos um pouco desse panorama político, iniciando pela seguinte indagação: o jovem parlamentar já ocupou mandato eletivo anterior?

Não restam dúvidas de que o objeto desta tese foi o de analisar jovens que precocemente angariaram o sucesso eleitoral em um cargo público de expressão nacional, portanto, saber os desdobramentos dessa “ambição política” nos parece crucial para compreender as carreiras. Um achado importante desta tese é de que 56,18% dos jovens deputados nunca haviam ocupado um cargo eletivo anterior, o que pode demonstrar que a herança política foi mais importante para o sucesso de

suas candidaturas do que a construção de uma carreira ascendente (de baixo para cima) – hipótese que testaremos mais a frente.

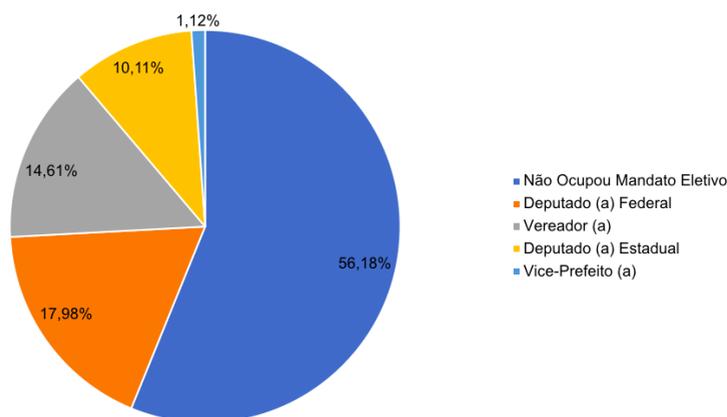
Ao nos perguntarmos sobre a trajetória política dos jovens parlamentares, foi necessário indagar por quais outras esferas políticas o parlamentar já percorreu, chegamos aos seguintes resultados:

Quadro 16 – Ocupação de Mandato Eletivo Anterior na Trajetória Política dos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014

Já ocupou mandato eletivo anterior?	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Não Ocupou Mandato Eletivo	18	15	17	50 (56,18)
Deputado (a) Federal	3	4	9	16 (17,98)
Vereador (a)	7	2	4	13 (14,61)
Deputado (a) Estadual	3	2	4	9 (10,11)
Vice-Prefeito (a)	1	0	0	1 (1,12)
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>34</b>	<b>89 (100)</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Gráfico 9 – Ocupação de Mandato Eletivo Anterior na Trajetória Política dos Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

Importante referir que há, no campo da teoria política, uma concepção teórica hegemônica que trata da “ambição política”. A esse respeito, Bourdoukan (2006, p.1) destacou: “é razoável afirmar que carreiras políticas são expressão da convergência ao longo do tempo das

escolhas dos políticos, dos constrangimentos institucionais a que estão submetidos e do resultado das eleições”. O que o autor nos mostra é que existe uma estrutura de oportunidades que o sistema político oferece e da qual os candidatos se valem para fazer a sua leitura do processo e a consequente escolha racional.

Schlesinger (1966) formulou três tipologias de ambição política, a saber: a) a discreta – ocupação de cadeiras por determinado período com posterior retirada da vida pública; b) estática – permanência no mesmo cargo por diversos mandatos e, por fim, c) progressiva – quando o objetivo é ir galgando postos mais altos (DE LIMA, 2013). No contexto da nossa tese, a carreira “progressiva” pode ser aplicada para os jovens que antes de atingir o êxito eleitoral ocuparam outros cargos eletivos, é o caso dos Vereadores (14,61%); Deputados Estaduais (10,11%) e vice-prefeito (1,12%), isso porque, conforme Simone Pinto (2012, p. 5): “há uma sequência de conquistas predefinida, com início nos cargos políticos de nível local, seguido pelos cargos regionais e terminando em postos de âmbito federal”. Existe também um grupo aparentemente estático na sua carreira política, aqueles que já haviam ocupado o cargo de Deputado Federal (17,98%).

Quanto à carreira, iremos esmiuçar melhor os dados para saber a extensão da herança política. Vejamos primeiramente no caso dos treze deputados que antes de atingirem o êxito da candidatura ocuparam a vereança em seus municípios de origem:

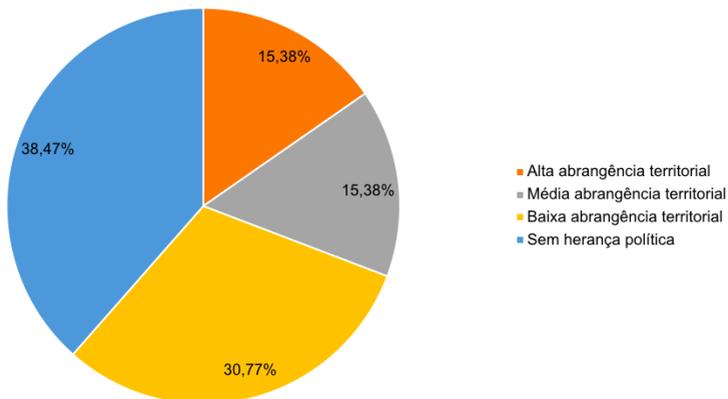
Quadro 17 – Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que foram vereadores antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Partido, Campo e Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória

Nome do(a) Parlamentar	Partido	Campo	Tipo de Abrangência Territorial Predominante
Aliel Machado	PCdoB	Esquerda	Não se Aplica
Brizola Neto	PDT	Esquerda	Alta Abrangência
David Alcolumbre	PDT	Esquerda	Baixa Abrangência
Eduardo Paes	PFL	Direita	Não se Aplica
Leandro Vilela Veloso	PMDB	Centro	Alta Abrangência
Manuela Dávila	Pcdob	Esquerda	Não se Aplica
Marcelo Aro	PHS	Esquerda	Não se Aplica
Marcelo Guimarães Filho	PFL	Direita	Baixa Abrangência
Mariana Carvalho	PSDB	Centro	Média Abrangência
Miguel Corrêa Júnior	PPS	Esquerda	Não se Aplica
Rafael Motta	PROS	Direita	Baixa Abrangência
Robson Tuma	PL	Direita	Baixa Abrangência
Wolney Queiroz	PDT	Esquerda	Média Abrangência

Fonte: Dados CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados/TSE (2016)

Entre os treze parlamentares que antes de serem deputados federais ocuparam o cargo de vereador (a) temos uma predominância (38,47%) de parlamentares que não possuem herança política, o que demonstra a solidificação de uma carreira efetivamente progressiva, seguidos por (30,77%) com baixa abrangência territorial de votos e (15,38%) com média abrangência, ou seja, 84,62% daqueles que foram vereadores não possuíam uma alta abrangência territorial predominante, o que pressupõe que para chegar ao cargo de Deputado Federal precisaram galgar postos mais baixos. O gráfico que segue apresenta um panorama da realidade:

Gráfico 10 – Porcentagem de Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que foram vereadores antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória



Fonte: CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados/TSE (2016)

O mesmo exercício revelado acima iremos testar com os nove jovens deputados federais que antes de atingir o êxito nesse cargo ocuparam o cargo eletivo de Deputado Estadual, vejamos:

Quadro 18 – Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que foram Deputados(as) Estadual antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Partido, Campo e Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória

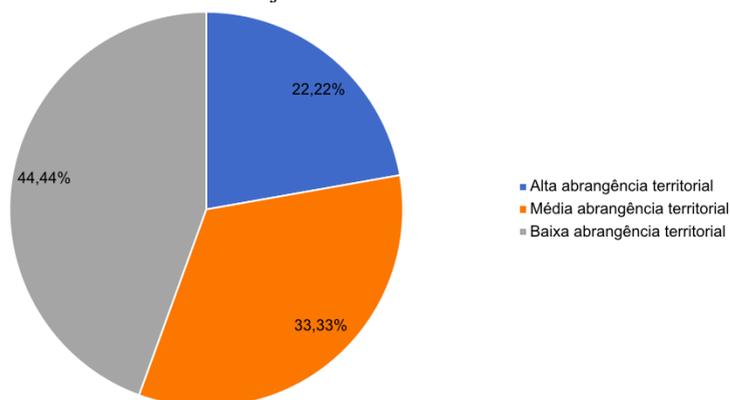
Nome do(a) Parlamentar	Partido	Campo	Tipo de Abrangência Territorial Predominante
André Fufuca	PEN	Direita	Baixa Abrangência
Eduardo Campos	PSB	Esquerda	Alta Abrangência
João Henrique H. Caldas	SDD	Direita	Média Abrangência
Mendonça Filho	PFL	Direita	Baixa Abrangência
Ratinho Júnior	PPS	Esquerda	Baixa Abrangência
Roberto Rocha	PMDB	Centro	Alta Abrangência
Ubaldo Júnior	PSB	Esquerda	Média Abrangência
Udson Bandeira	PMDB	Centro	Baixa Abrangência
Fábio Souto	PFL	Direita	Alta Abrangência

Fonte: CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados/TSE (2016)

Observa-se que entre os nove parlamentares que antes de serem deputados federais ocuparam o cargo de deputado estadual temos uma predominância (44,44%) de parlamentares com baixa abrangência

territorial de votos, seguido por (33,33%) com média abrangência e (22,22%) com alta abrangência territorial. Assim, 77,77% daqueles que foram deputados estaduais não possuíam uma alta abrangência territorial predominante, o que pressupõe que para chegar ao cargo de Deputado Federal precisaram também galgar postos mais baixos. Esses dados encontram-se sistematizados no gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Porcentagem de Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que foram Deputados(as) Estaduais antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória



Fonte: CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados/TSE (2016)

Seguindo na análise da abrangência territorial de candidaturas chama-nos a atenção o número expressivo de jovens que chegam ao cargo de Deputado Federal sem nunca terem ocupado um mandato eletivo (56,2%), o que nos levou a pensar que talvez essas personalidades políticas possam ter contado com uma herança de capital político diretamente incidente sobre suas candidaturas, ou seja, jovens parlamentares que pelo histórico político de seus familiares abriram mão de construir sua carreira de forma progressiva, hipótese que testaremos logo na sequência.

Quadro 19 – Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que nunca ocuparam cargo eletivo antes de serem Deputado(a) Federal, considerando Partido, Campo e Tipo de Abrangência Territorial Predominante na sua trajetória

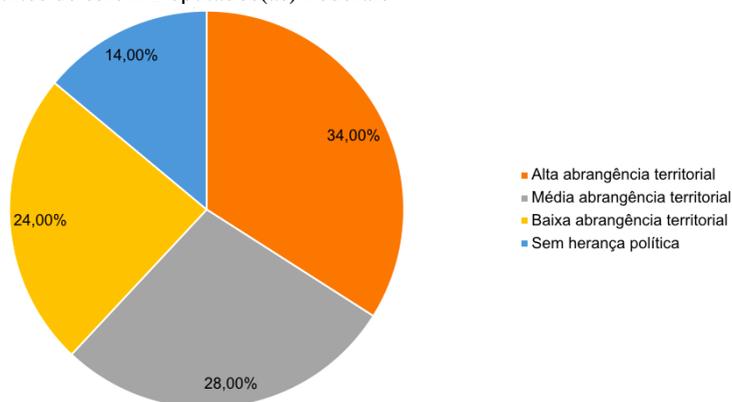
Nome do(a) Parlamentar	Partido	Campo	Tipo de Abrangência Territorial Predominante
Adelson Ribeiro	PMDB	Centro	Média Abrangência
Agnaldo Muniz	PDT	Esquerda	Baixa Abrangência
Alberto Filho	PMDB	Centro	Média Abrangência
Alexandre Leite	DEM	Direita	Baixa Abrangência
Antônio Carlos M. Neto	PFL	Direita	Alta Abrangência
Augusto Franco Neto	PSDB	Centro	Alta Abrangência
Bruna Furlan	PSDB	Centro	Média Abrangência
Bruniele Ferreira da Silva	PTC	Direita	Baixa Abrangência
Cabo Júlio	PL	Direita	Baixa Abrangência
Caio Nárcio	PSDB	Centro	Baixa Abrangência
Carlos Santana	PT	Esquerda	Não se Aplica
Ciro Nogueira	PFL	Direita	Média Abrangência
Covatti Filho	PP	Direita	Baixa Abrangência
Domingos Neto	PSB	Esquerda	Média Abrangência
Efraim Moraes Filho	PFL	Direita	Alta Abrangência
Emerson Olavo Pires	PSDB	Centro	Alta Abrangência
Expedito Netto	SDD	Direita	Alta Abrangência
Fábio Faria	PMN	Esquerda	Baixa Abrangência
Felipe Bornier	PHS	Esquerda	Média Abrangência
Fernando Coelho Filho	PSB	Esquerda	Média Abrangência
Filipe Pereira	PSC	Direita	Baixa Abrangência
Gabriel Guimarães	PT	Esquerda	Baixa Abrangência
Gladson de Lima Camili	PP	Direita	Alta Abrangência
Guilherme Mussi	PV	Esquerda	Não se Aplica
Hugo Motta	PMDB	Centro	Média Abrangência
Igor Avelino	PMDB	Centro	Alta Abrangência
Irajá Abreu	DEM	Direita	Alta Abrangência
Ivan Burity	PRN	Direita	Alta Abrangência
Jonathan de Jesus	PRB	Direita	Baixa Abrangência
Junior Betão	PPS	Esquerda	Não se Aplica
Leonardo Alcântara	PSDB	Centro	Alta Abrangência
Leonardo Picciani	PMDB	Centro	Baixa Abrangência
Lindberg Farias	PCdoB	Esquerda	Não se Aplica
Lucas Vergílio	SDD	Direita	Média Abrangência
Luciano Leitao	PDT	Esquerda	Média Abrangência
Marco Antônio Cabral	PMDB	Centro	Alta Abrangência
Marcelo Serafim	PSB	Esquerda	Média Abrangência
Odair Cunha	PT	Esquerda	Não se Aplica

Pedro Cunha Lima	PSDB	Centro	Alta Abrangência
Pedro Valadares	PFL	Direita	Alta Abrangência
Pedro Vilela	PSDB	Centro	Alta Abrangência
Reginaldo Lopes	PT	Esquerda	Não se Aplica
Ricardo Gomyde	PCdoB	Esquerda	Não se Aplica
Rodrigo Maia	PFL	Direita	Média Abrangência
Sérgio Reis	PMN	Esquerda	Média Abrangência
Ubaldo Junior	PSB	Esquerda	Média Abrangência
Valadares Filho	PSB	Esquerda	Alta Abrangência
Vanessa Felippe	PSDB	Centro	Baixa Abrangência
Vicentinho Júnior	PSB	Esquerda	Alta Abrangência
Wilson Santiago Filho	PMDB	Centro	Alta Abrangência

Fonte: CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados/TSE (2016)

Considerando o quadro acima e o gráfico abaixo, observa-se que entre aqueles que não ocuparam mandato eletivo anterior, temos uma maior prevalência de jovens parlamentares com alta abrangência territorial (34,00%), seguido pela média (28,00%) e baixa abrangência (24,00%). Se somarmos os parlamentares com alta e média abrangência territorial chegamos a 62,00% do nosso universo. Esse resultado valida parcialmente a nossa hipótese de que aqueles que ingressam diretamente no cargo de Deputado Federal possuem herança que agrega uma abrangência muito maior, capaz de dispensar o ingresso progressivo na carreira.

Gráfico 12 – Porcentagem de Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 que nunca ocuparam mandato eletivo antes de serem Deputados(as) Federais



Fonte: CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados/TSE (2016)

Parece-nos fundamental ainda esmiuçar com maior detalhamento aqueles com baixa abrangência territorial que atingiram direto o êxito no cargo de Deputado Federal, já que nos parece ser possível que mesmo com baixa abrangência territorial (herdeiros de capital político de quem ocupa ou ocupou cargo eletivo pela regra proporcional) tenham, na sua maioria, sucedido efetivamente seus familiares no cargo e/ou utilizado da consolidação do nome familiar para se projetar a cargos mais elevados, desprezando a utilização de carreira progressiva na sua trajetória política. É o que buscaremos apresentar abaixo:

Quadro 20 – Jovens Deputados/as Federais eleitos para a Câmara Federal do Brasil entre 1990-2014 com baixa abrangência territorial e que nunca ocuparam cargo eletivo antes de serem Deputado(a) Federal, considerando a principal capitalização de voto

<b>Nome do(a) Parlamentar</b>	<b>Principal Capitalização de Voto</b>
Agnaldo Muniz – PDT/RO	Igreja. Pai e Tio já ocuparam cargo eletivo.
Alexandre Leite – DEM/SP	Pai é vereador. Irmão é Dep. Estadual.
Bruniele Ferreira da Silva – PTC/MG	Marido foi Deputado Estadual em MG
Cabo Júlio – PL/MG	Líder da Greve da Polícia Militar (MG).
Caio Nércio – PSDB/MG	Sucedeu o pai como Deputado Federal
Covatti Filho – PP/RS	Sucedeu o pai como Deputado Federal.
Fábio Faria – PMN/RM	Pai foi Deputado Estadual (RN).
Filipe Pereira – PSC/RJ	Pai é o famoso pastor Everaldo Pereira.
Gabriel Guimarães – PT/MG	Pai ex-Deputado Federal.
Jonathan de Jesus – PRB/RR	Pai Deputado Estadual (RO).
Leonardo Picciani – PMDB/RJ	Pai foi Deputado Estadual (RJ).
Vanessa Felipe – PSDB/RJ	Pai foi Vereador do Rio de Janeiro.

Fonte: CPDOC/Biografia Câmara dos Deputados/Outras Fontes

O quadro 20 nos dá o panorama dos jovens parlamentares que ingressaram diretamente no cargo de Deputado Federal e que possuem baixa abrangência territorial, demonstrando que embora a abrangência territorial de captação de votos seja limitada ela se tornou suficiente – nos casos em análise – para consolidar uma candidatura de sucesso, isso porque a herança política familiar foi capaz de projetar a candidatura do sucessor para frente, levando esses parlamentares a abdicar da trajetória política progressiva.

## 6.2 A DIMENSÃO LONGITUDINAL DA ANÁLISE

Do ponto de vista longitudinal podemos considerar que apesar de algumas variações em cada legislatura não existem marcas significativas ao longo do tempo que possam revelar alterações do quadro de formação da elite política jovem, embora a eleição de 2014 tenha sido a que exponencialmente elegeu mais jovens deputados federais, chegando ao total de 21 casos, o que totaliza 4,09% do total das cadeiras. Esse exercício de atualização da dimensão longitudinal precisa de acompanhamento, buscando verificar se o fenômeno de crescimento acompanhará as próximas legislaturas, dado que buscaremos atualizar já na eleição de 2018.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de já termos tecido algumas considerações conclusivas ao longo de toda a tese, nos parece fundamental pinçar os principais achados do campo com vistas a reunir uma série de informações que irão nos auxiliar não só no processo conclusivo, mas também no desafio de propor uma agenda teórica importante para o fortalecimento do arcabouço científico que coloca no centro das suas indagações a juventude como ferramenta central das análises.

Não restam dúvidas de que o campo de estudos sobre juventude vem se estabelecendo como um nicho importante para compreender alguns desdobramentos de ordem política e social que são característicos de uma população mais jovem que vem se tornando expressiva na sociedade brasileira, motivo pelo qual alguns autores (BRENNER, 2011; BAQUERO, 2008; ABRAMO, 2008; GAUTHIER, 2005; SOUSA, 2002; SCHMIDT, 2001; GROppo, 2000, entre outros) têm dedicado esforços em compreendê-la de forma mais objetiva. No entanto, como já referimos, a produção acadêmica sobre juventude e suas relações com a política institucional ainda é incipiente, motivo pelo qual este trabalho passa a contribuir com a construção desse conhecimento, jogando luz sobre um objeto ainda pouco explorado pelos pesquisadores, a saber: a compreensão da elite política juvenil do país partindo de um estudo de caráter longitudinal (1990-2014) que buscou identificar algumas variáveis importantes para compreender os jovens Deputados Federais do período pós-constituição de 1988.

No que tange ao nosso objeto de análise não restou dúvidas de que a juventude constitui uma minoria parlamentar, trata-se de um universo ainda restrito: 2,49% das cadeiras ocupadas no parlamento federal durante todo o período investigado. Em estudo de nossa autoria, Nicoletti (2013), encontramos um percentual maior ao analisar a presença jovem no âmbito local, chegando ao índice de 16,26% de cadeiras ocupadas por jovens vereadores<sup>9</sup>. Compreender as características dessa jovem minoria política foi fundamental para tecer algumas observações sobre o perfil, trajetória e preditores comuns entre aqueles que precocemente atingiram o êxito eleitoral na esfera mais alta do país.

Ao fazermos uma analogia com os três tipos de cidadãos trazidos

---

<sup>9</sup> O estudo de Nicoletti (2013) alongou o entendimento sobre juventude, considerando jovem a faixa-etária dos 18 aos 34 anos, pois foi concebido antes da promulgação do Estatuto da Juventude.

por Urbinati (2010) no seu famoso “Representação como Advocacy” temos que a elite política investigada corresponde à cidadania plenamente ativa, ou seja, cidadãos imbuídos no propósito de ocupar de forma ampla o espaço da retórica.

Retomando um pouco da discussão trazida no capítulo 3 – sobre engajamento político – nos parece central considerar que há uma diferença gritante entre o engajamento dos jovens deputados com herança política familiar daqueles sem qualquer tipo de herança, isso porque o sucesso eleitoral dos jovens sucessores depende menos do engajamento político e mais do capital político de quem os projeta para o cenário tradicional, ao passo que aqueles sem herança política tendem a necessitar de um maior engajamento para o fortalecimento de suas bases. Talvez o conceito de “*habitus clivado*”, trazido na teoria de Bourdieu (2001), seja um elemento importante para pensar essas desigualdades, já que o autor parte do pressuposto de que o posicionamento na escala social é um vetor importante, devendo considerar também as relações estabelecidas com o campo em que cada sujeito se insere. Somado a isso a “abordagem disposicional” – que considera o papel das redes de interações anteriores ao engajamento – é peça fundamental para compreender essa sociologia da militância que tende a ser desigual entre aqueles com e sem herança política (SEIDL, 2014; BRENNER, 2011; LAHIRE, 2004; FILLIULE, 2001).

Os dados encontrados por esta tese reforçaram alguns estudos mais generalistas no campo das elites políticas, sinalizando que muitos resultados se repetem e isso é dado pela natureza das regras institucionais, ou seja, as elites políticas se reproduzem na mesma direção de suas regras. Os partidos políticos como principais agentes do processo são conservadores na sua essência e como tal tendem a jogar a regra do jogo. Dentro das suas matizes ideológicas, algumas variações são perceptíveis, como é o caso da maior abertura aos jovens sem herança de capital político familiar nos partidos de esquerda, mas parece ser este um ponto característico de seu campo.

Assim, a elite política jovem deste país é predominantemente composta por homens brancos, escolarizados, com predomínio de formação no campo jurídico, com baixo patrimônio adquirido – característico do universo pesquisado – e em sua massiva maioria (85,39%) herdeiros de capital político familiar.

Considerando que a nossa hipótese teórica central estava ancorada na premissa de que a construção da carreira política difere conforme a linha do espectro ideológico ao qual o parlamentar está vinculado (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007;

MARENCO, 2000), restou demonstrado que sim, os/as jovens Deputados/as Federais, eleitos/as entre 1990-2014 por agremiações de direita – e depois dos dados inserimos também o centro – herdaram com facilidade o capital político de seus familiares, fazendo com que fossem atalhados alguns caminhos percorridos na tradicional trajetória política ascendente, atingindo o êxito eleitoral em um dos maiores cargos federal sem que tivessem que percorrer caminhos maiores.

É verdade também que o campo da esquerda é o mais aberto à emergência de lideranças fora do eixo tradicional, como é o caso constatado de lideranças capitalizadas em movimentos sociais, o que corrobora em parte os achados de Marengo dos Santos e Serna (2007) e Chichelli (2009), digo em parte, pois a esquerda também reproduz a lógica da herança política familiar, isso foi verificado em 62,5% dos casos concretos, ocorre que seu campo é sem sombra de dúvidas o mais aberto ao surgimento de políticos fora do tradicional e do previsível na política.

O desafio de analisar a presença jovem no parlamento federal nos mostrou uma série de elementos importantes para compreender esse recorte da elite política, demonstrando que é possível erguer esforços em compreendê-la de forma mais aprofundada. Talvez a maior contribuição que este trabalho possa deixar para a academia é de um panorama geral de onde outros pesquisadores podem extrair informações sobre a jovem elite constituída no nosso país, promovendo trabalhos mais qualitativos e pontuais.

O fato é que os jovens estão ocupando espaço em todos os segmentos da vida pública, dirigindo, decidindo e propondo políticas, assim, compreender essa categoria social nos parece crucial para entender o país.

Importante consignar que sob a ótica longitudinal não constatamos mudanças significativas capazes de revelar alterações no quadro de formação da elite política jovem do país, apesar da eleição de 2014 ter sido a que mais jovens deputados federais elegeu na história pós-democrática do país, chegando ao total de vinte e uma ocorrências, o que totalizou 4,09% do total das cadeiras.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira** – Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, p. 3-55, 1988.
- ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n.8, p. 237-263, 2012.
- ALLUM, Percy. **The national political elite**. State and Society in Western Europe. Cambridge: Polity Press, 1995.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown & Co, 1965.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture revisited**. California: Sage Publications, 1989
- AMORIM NETO, Octávio; TAFNER, Paulo. Governos de coalizão e mecanismos de alarme de incêndio no controle legislativo das Medidas Provisórias. **Dados**, v. 45, p. 5-38, 2002.
- ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres no legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, p. 567-584, 2010.
- ARAÚJO, Clara. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil. **Periódicos UFSC**, 1998.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**: canais de acesso ao poder. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

BARRETO, Álvaro (Org.). **Sistema Partidário em Pelotas:** organização, eleições e troca de legenda (1979-2004). Pelotas: Editora da UFPel, 2008.

BAQUERO, Rute. Jovens e participação sociopolítica – em que paradigma de participação suas ações se inserem? In: AGENDA JOVEM. **Os Jovens na Agenda**. Ijuí: Editora Unijui, 2008. p.123-142.

BAQUERO, Marcello. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: BAQUERO, M. (Org.). **A Lógica do processo eleitoral em tempos modernos:** novas perspectivas de análise. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.

BAQUERO, Marcello. **Democracia, cultura e comportamento eleitoral: uma análise da situação brasileira**. Paper apresentado no Seminário: Democracia: teoria e prática. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 20-22 de setembro de 2001.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma Cultura Política Participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curtivi, 21 de novembro de 2003.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patricia. **Democracia Sulamericana:** A Corrupção como Limite para Participação Política Juvenil. 2011.

BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opin. Publica**, v. 17, n. 2, p. 369-399, 2011.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio. **Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Unb, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação Convencional e Não Convencional na América Latina. In: BAQUERO, Marcelo (Org.). **Cultura (s) Política (s) e Democracia no Século XXII na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 95-118.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v.. XI, n. 1, p. 147-168, Mar. 2005.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Os partidos políticos e o financiamento empresarial das campanhas legislativas para a Câmara dos Deputados. In: 36º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 2012, Águas de Lindoia-SP. **Anais...**

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bestrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bestrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDOUKAN, Adla Y. Trajetórias de Carreira e Arenas Políticas. 5º ENCONTRO DA ABCP. Belo Horizonte, 2006. **Anais...**

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123-142, jun. 2009.

BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: USP, 2011.

BRENNER, Ana Karina. **Jovens de partidos: a experiência da socialização política**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo: USP, 2009.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W.; STUKES, D. E. 1960. **The american voter**. NY: Wiley. 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar. **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARREIRAO, Yan de Souza. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opin. Publica**, v. 8, n. 1, p. 54-79, 2002.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 25, n. 4, p. 479-487, dez. 2009.

CHASQUETTI, Daniel. **Democracia, presidencialismo y partidos políticos en América Latina**: evaluando la “difícil combinación”. Montivideo: ICP-UDELAR, 2008.

CICCHELI, V. The Contemporary Engagement of Young people in France: normative injunctions, institutional programas and the multiplying forms of grouping. **Italian Journal of Sociol of Educ**, v. 2, n. 1, p. 234-256, 2009.

CONSTANT, Benjamin. Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos. **Revista Filosofia Política**, n. 2, 1985.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

CÔTÉ, Sylvain. The contribution of human and social capital. **Isuma**, v. 2, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.isuma.net/v02n01>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CUNHA, Patricia. **Democracia, participação e cultura política** :uma percepção da política pública de juventude. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DALTON, Russel. **The partisan American: dealignment and changing electoral politics**. Washington, DC: Sage, 2013

DALTON, Russel. J.; WATTENBERG, M. **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DE LIMA, Rafael Nachtigall. **Vereadores candidatos nas eleições para deputado no Rio Grande do Sul (2002-2010):** ambição política, resultados e continuidade da carreira. Dissertação de Mestrado. Pelotas: UFPel, 2013.

DELLA VECCHIA, Renato da Silva. **O Ressurgimento do Movimento Estudantil Universitário Gaúcho no processo de redemocratização:** as tendências estudantis e seu papel (1977/1985). Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DINIZ, Simone. Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial. **Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n.1, p. 333-369, 2005.

DOGAN, Mattei. Les professions propices a la carriÈre politique. Osmoses, filiÈres et viviers, in OfferlÈ, Michel, 1999, pp. 171-200.

DUBAR, Claude. **A socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Fontes, 2005.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora da UNB, 1957.

EASTON, David. DENNIS, Jack. **Children in political system:** origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill; 1969.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ERICKSON, Erik. **Sociedade y adolescencia**. 11.ed. México: Siglo Veinteuno, 1968.

FERREIRA, Adir; SOUSA, Margarete F. A democracia brasileira na cultura política estudantil. In: BAQUERO, Marcelo (org.). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1996.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos. **BIB**, n. 58, p. 7-28, 2º semestre de 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio (Orgs.). **Reforma política – Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 249-280.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (orgs.). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

FILLIEULE, O. “Introduction et propositions pour une analyse processuelle de l’engagement individuel”. In: FILLIEULE, O.; MAYER, N. Devenir militants. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1, p. 19-25, 2001.

FREIRE, André. Recrutamento Parlamentar. Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura. **STAPE**, 2001.

GALLAGHER, Michael; MARSH, Michael. **Candidate Selection in Comparative Perspective**. The Secret Garden of Politics. Londres: Sage. 1988.

GAUTHIER, Madeleine. A participação dos jovens na vida cívica. In: \_\_\_\_\_. **Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Nau Editora., 2005. p. 57-76.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da Direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GRILL, Igor Gastal. Heranças políticas, bases sociais e especialização política no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**. Algumas Contribuições Recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 129-148.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro, Difel, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feminista**, v. 9, n. 1, 2001.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Discutindo Empoderamento. In: LUCHMANN, Lígia; SELL, Carlos Eduardo; BORBA, Julian (Org.). **Movimentos Sociais, Participação e Reconhecimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

HYMAN, Herbert. **Political socialization**: a study in the psychology of political behavior. Glencoe: The Free Press, 1959.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Juventude e Integração Sul-Americana: Diálogos para Construir a Democracia Regional**. Brasil: IBASE, 2008.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; POLIS, Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Projeto Juventudes Sul- Americanas – diálogos para construção da democracia regional**. Brasil: IBASE, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:  
<<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20 mar. 2015.

INÁCIO, Magna. Mudança Procedimental, Oposições e Obstrução na Câmara dos Deputados. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (orgs.). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard G. **The political character of adolescence: the influence of families and schools**. Princeton: Princeton University Press, 1974.

KEIL, Ivete Manetzeder. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na polis? In: BAQUERO, Marcello (org.). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, v. XI, n. 2, p. 337-365, Out. 2005.

KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 65-81, fev. 2005.

KINZO, Maria D'Alva. Bases Sociais do Recrutamento Político no Sistema Partidário Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 161-162, out. 2002.

KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas em La participación social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (Coord.) **La participación social e política de los jovens en El horizonte Del nuevo siglo**. Buenos Aires: Clasco, 2000.

LAMBERT, William; LAMBERT, Wallace. **Psicologia social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

LAHIRE, B. **Retratos Sociológicos**. Disposições e variações individuais. São Paulo: Artmed, 2004.

LAMEIRÃO, Camila. A elite da política paranaense composição, lógica de recrutamento e valores democráticos. **Revista Sociologia Política**, v. 16, n. 31, p. 239-244, nov. 2008.

LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município?** Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LEI 12.852/2013. Instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

LEONI, Eduardo. Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998). **Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.

LEMONS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 366-393, nov. 2010.

LIMA, Vanessa Moreira. **A migração partidária e a reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas nas legislaturas 1983-2004**. Monografia (Especialização em Sociologia e Política). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2007.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 29, n. 85, p. 159- 178, 2014.

MACHADO, Amanda Santos. **Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MACHADO, Amanda; PERES, Paulo. Recrutamento Partidário de Jovens: Proposta de uma Tipologia. In: 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Águas de Lindóia, 2013. **Anais...**

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, n. 84, p. 141-174, 2011.

MAINWRING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas Democracias. O Caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo – Quais são, o Que Defendem, Quais são suas Bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: ANPOCS, 1996.

MARENCO DOS SANTOS, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MARENCO DOS SANTOS, André. No futuro do pretérito: as profecias não cumpridas para a democracia brasileira. In: SCHULER, Fernando; AXT, Gunter (Orgs.). **Brasil contemporâneo: crônicas de um país incógnito**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2006. p. 29-51.

MARENCO DOS SANTOS, André. **Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MARGULIS, Mário; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARIZ, Cecília Loreto; GRACINO JR., Paulo. As igrejas pentecostais no Censo de 2010. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.). **Religiões em Movimento**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MEYNAUD, Jean; LANCELOT, Alain. **As atitudes políticas**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Unb, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação Política em 3D – Elementos para uma teoria ampliada da Representação Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003.

MOISÉS, José Álvaro. A confiança e os seus Efeitos sobre as Instituições Democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Políticas?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da Experiência Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, 2008.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MORITZ, M. L.; SCHULZ, R. M. A difícil inclusão das mulheres no campo político o panorama nos países do Cone Sul. In: MENDONÇA, Daniel de (Org.). **Democracia e Processos Políticos**. 1 ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2011. p. 77-100.

MUXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 134-156, 1997.

MUXEL, Anne; RIOU, Cécile; LEHAY, Viviane. **Political Participation of Young People in Europe**. France: National Report, 2005.

NAZZARI, R. K. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

NICOLETTI, André Selayaran. **A presença jovem nas Câmaras de Vereadores dos municípios que compõe a Azonasul nas eleições de 2008: trajetória e cultura política**. Dissertação de Mestrado. Pelotas: UFPel, 2013.

NICOLETTI, André Selayaran; CALMET, Yasmin. **A Cor dos Poderosos: diversidade étnica na Câmara Federal? Uma análise da 55ª legislatura.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2017 (no prelo).

NORRIS, Pippa (org.). **Passage to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies,** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NORRIS, Pippa. Recruitment. In: KATZ, R.; CROTTY, W. **Handbook on Political Parties.** London: Sage Publications, 2006. p. 89-108.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament,** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NOVAES, Regina. Jovens da América do Sul: situações, demandas e sonhos mobilizadores. **Democracia Viva,** v. 38, p. 3-10, 2007.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

NOVAES, Regina. Jovens sem religião: sinais de outros tempos. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.). **Religiões em Movimento.** Petrópolis: Vozes, 2013. p. 175-190.

OLIVEIRA, W. J. **Paixão pela Natureza.** Atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e inícios dos anos 2000. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ORTIZ, Marcos Afonso. Enfoque participativo. In: 2º SEMINÁRIO DE REDESENVOLVIMENTO. São Paulo, out. 2005. **Anais...** p. 1-9.

PALERMO, Vicente. Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. **Revista de Ciências Sociais,** v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis.** Lisboa: Editora Casa da Moeda, 2003.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Muitas palavras:** a discussão recente sobre juventude nas ciências sociais. USP, 2007

PERCHERON, A. La formation politique de l'individu. In: PARODI, J. L. **La Politique.** Paris: Hachette, 1971. p. 142-168.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano; FUKS, Mario; BRAGA, Sérgio (Orgs.). **Quem Governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Introdução. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano; FUKS, Mario; BRAGA, Sérgio (Orgs.). **Quem Governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, ano 9, p. 268-290, 2º semestre de 2001.

PINTO, Celi. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. **Varia hist.**, v. 33, n. 62, 2017

PINTO, Simone Cuber Araújo. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. In: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. São Paulo, 2012. **Anais...**

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE. 2006. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2016.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PUTNAM, R. D. **Solo em La bolera:** colapso y resurgimiento de La comunidade norteamericana. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone.** New York: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RADIOGRAFIA DO NOVO CONGRESSO (1990-2014). Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/41-radiografia-do-novocongresso>> Acesso em: 20 mar. 2016.

RANNEY, A. **Pathways to Parliament**. Lond: Macmillan, 1965.

REIS, Fábio Wanderley. A razão do eleitor. **Jornal de Resenhas**, 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs0909200003.htm>> Acesso em: 31 mar. 2016.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, n. 45, p. 71-92, 1º semestre de 1998.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRAO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Carlos André dos. **A rebeldia por trás das lentes participação política juvenil no centro de mídia independente no Brasil**. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

SCHEEFFER, Fernando. **Ideologia e Comportamento Parlamentar na Câmara dos Deputados**: faz sentido ainda falar em esquerda e direita? Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2016.

SCHLESINGER, Joseph A. **Ambition and Politics: Political Careers in the United States**. Chicago: Rand McNally and Co., 1966.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política no Brasil**. A socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SCHIMITTI, Rogério Augusto. **Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1999.

SCHMITTER, Philippe. **Portugal: do Autoritarismo à Democracia**, Lisboa: ICS, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEIDL, Ernesto. Engajamento e Investimentos Militantes: Elementos para Discussão. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (Org.). **Narrativas Juvenis e Espaços Públicos**. Olhares de pesquisas em Educação, Mídia e Ciências Sociais. Niterói: Editora da UFF, 2014.

SEIDL, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (Orgs.). **As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SINGER, André. Quem tem medo da esquerda e da direita? **Jornal de Resenhas**, 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1410200007.htm>> Acesso em: 01 ago. 2016.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro – Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 – 1994**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SITE DO TSE. Estatística do eleitorado por sexo e faixa etária. 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatistica-doeleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o estabelecido. **Cadernos de Pesquisa**, n. 32, out. 2002.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; DURAND, Olga Celestina. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. **Perspectiva**, v. 20, n. esp., p. 163-181, jul./dez. 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira. Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). **Argumentum**, Belo Horizonte, 2009.

TABAK, F. **O Laboratório de Pandora**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Liberalismo, Conservadorismo e Partidos Políticos no Brasil. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Pernambuco, 2011. **Anais...**

TARROW, Sidney. **Power in Movement** : Social Movements, Collective Action and Politics. Cambridge : Cambridge University Press, 1994.

TARROW, Sidney. Making Social Science Work Across Space and Time: A Critical Reflection on Putnam's Making Democracy Work. **American Political Science Review**, v. 90, n. 2, p. 389-397, 1996.

TEIXEIRA, F. O censo de 2010 e as religiões no Brasil: esboço de apresentação. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.). **Religiões em Movimento**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1987.

URBINATI, Nadia. Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática. **Política & Sociedade**, v. 9, n. 16, p. 51-88, abr. de 2010.

VEIGA, Luciana Fernandes. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 400-425, 2011.

VILAROUCA, Márcio Grijó. Taxa de Sucesso Legislativo do Executivo no Processo Bicameral: Comparando os Governos FHC e Lula (1995-2006). In: 6º ENCONTRO DA ABCP. Campinas, 2008. **Anais...** p. 2-29.

YOUNG, Iris. Representação Política, Identidade e Minorias. **Lua Nova**, v. 67, p. 139-190, 2006.

ZUCCO JR, Cesar. Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: SEMINÁRIO LEGISLATOR VIEWS. Princeton University, 2009. **Anais...**

YSMAL, Collete. Elites et leaders. In: GRAWITZ, Madeleine; LECA, Jean. **TraitÈ de Science Politique - LíAction Politique**, v. 3, p. 6063-6642, 1985.